

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - UFRB
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS - CAHL
BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

JOYCE SOUZA LOPES

**A EMERGÊNCIA DA ABORDAGEM ÉTNICO-RACIAL NA FORMAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA**

**CACHOEIRA-BA
2014**

JOYCE SOUZA LOPES

A EMERGÊNCIA DA ABORDAGEM ÉTNICO-RACIAL NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO
SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Valéria Santos Noronha de Miranda.

CACHOEIRA-BA
2014

Ficha Catalográfica: Biblioteca de Cachoeira - CAHL/UFRB

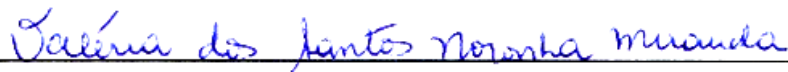


JOYCE SOUZA LOPES

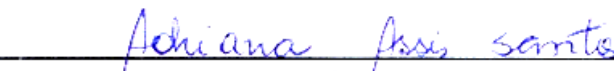
A EMERGÊNCIA DA ABORDAGEM ÉTNICO-RACIAL NA FORMAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

Cachoeira – BA, aprovada em 26/03/2014.

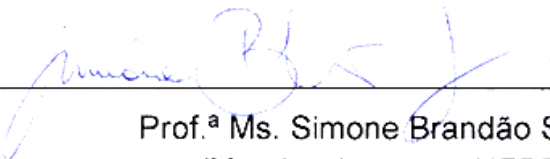
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Valéria dos Santos Noronha Miranda
(Orientadora – UFRB)



Prof.^a Ms. Adriana Assis Santos
(Membro Externo – UFBA)



Prof.^a Ms. Simone Brandão Souza
(Membro Interno – UFRB)

A *Rose* e *Jus*, meus pais, dedico;
A minha tia-avó *Margarida*,
Mulher, Negra, Lésbica, Nordestina, Trabalhadora Doméstica no Sudeste,
Cuja idade não declara;
Ao Núcleo Akofena, em respeito. Máximo respeito!

AGRADECIMENTOS

Ser grata...

A Deus e as Águas!

As que me abençoam a cada encontro, partida e dia vivido, vó Rosa e vó Judith; A vó João e Nando pelas histórias contadas em vida e em memória; Obrigada pelo presente mais querido: mãe e pai, o tudo tanto que não encontro palavras;

A família Souza pelo exemplo de luta, solidariedade e carinhoso respeito;

A família Lopes pela retaguarda pressentida, em especial à tia Ju e tia Neide;

A Caio pela coragem em apoiar-me vir;

A Igor por acompanhar minha maior mudança, a de tornar-me militante;

Ao Núcleo Akofena – em especial Alanesinha, Clissão, Laricota – pela “régua e compasso”... Por estes quatro anos e os que vierem;

À Tamizinha, afeto fiel, elo ancestral, irmandade;

A Fred pela paciência em ler cada texto, orientar, acompanhar passo-a-passo. Pelo amor parceiro e desajeitado, por ser rocha que nos fez cachoeira;

Aos companheiras/o de tantas casas, às Rachas, às Primas e também aos agregados/a que se sabem. Pela poesia e saudosismo dos bons tempos;

Ao povo que me acolheu em São Paulo no período de mobilidade acadêmica, em especial Elaine e família, Tamara, Dani, Débora e as Mães de Maio;

Saudações à Comunidade do Viradouro, a do Rosarinho e as boas amigas construídas em Cachoeira, terra d'água e afetos;

Carinho e respeito a/os mestres Valéria Noronha, Simone Brandão, Márcia Clemente, Albany Mendonça, Luís Flávio Godinho, pela atenção, predisposição e/ou inúmeras contribuições na minha vida acadêmica e na minha percepção de mundo;

Sucesso as/o companheiras desta barca, Lilica, Martinha, Ezilda, Indira, Thiago, Kamila, Diego e nossa Turma Serviço Social em Retalhos. Vocês fizeram dessa jornada um campo de múltiplas discussões e grande aprendizagem.

Fé, força, revolta... e amor aos nossos.

RESUMO

A partir da aproximação da produção acadêmica brasileira sobre a lacuna da abordagem étnico-racial do Serviço Social e de acordo com substratos empíricos da própria formação profissional do sujeito que pesquisa, pressupôs-se que este quadro de ausência é também insurgente na formação em Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Para comprovação desta hipótese, buscamos a realização do levantamento sobre o tratamento da temática étnico-racial na formulação do tripé ensino, pesquisa e extensão do Curso de Serviço Social da UFRB, as influências e determinações da lacuna então constatada, bem como encaminhamentos para sua superação. Além de identificar em que medida a política institucional da UFRB, norteadas pelo conjunto de normas e leis relacionadas à questão étnico-racial, está sob articulação entre a dimensão teórica e a dimensão prática no processo de desenvolvimento do Curso de Serviço Social, discorreremos a análise da Grade Curricular; dos Trabalhos de Conclusão de Curso; Grupos de Pesquisa cadastrados na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG-UFRB) e suas produções; Ações e projetos de Extensão e; Aplicação do Questionário-Levantamento sobre o tratamento da questão étnico-racial no Curso de Serviço Social da UFRB. Deste modo, ponderamos sobre pontos relacionáveis do processo de formação e a abordagem étnico-racial, como as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, de 1996; A configuração político-institucional da UFRB diante das atuais formulações da legislação no que diz respeito à abordagem da categoria raça/etnia na política educacional do ensino superior no Brasil; a operacionalização do Curso de Serviço Social da UFRB entre seus elementos constitutivos e; de acordo com o caráter de estudo propositivo, indicamos o pluralismo, a interseccionalidade e a transversalidade como elementos essenciais para o favorecimento da abordagem étnico-racial na formação profissional. Isto, em consonância com o arcabouço histórico-documental do projeto ético-político do Serviço Social.

Palavras-Chave: Raça / Etnia; Formação Profissional; Pluralismo; Serviço Social.

ABSTRACT

Starting from the approach of the Brazilian academic production on the gap of racial-ethnic approach to Social Service and according to empirical substrates of our own professional training of the subject researching, we assumed that this framework is also absent in insurgent training in Social Service of the Federal University of Recôncavo of Bahia. To try this hypothesis, we seek the realization of a survey on the treatment of ethnic and racial themes in the formulation of the tripod of teaching, researching and extension of the Course of Social Assistance in UFRB, the influences and determinations of the gap then found, as well as referrals to surpass this situation. In addition to identifying the extent to institutional politics of UFRB, guided by a set of norms related to ethnic and racial issues-laws, is under articulation between the theoretical and the practical dimensions in the process of development of the College of Social Work process, we discuss the analysis of Curriculum; Papers for Completion of the course; Research groups registered in the Dean of Research and Graduate Studies (PRPPG-UFRB) and their productions; Actions and projects for Extension and; Application of Questionnaire Survey on the treatment of ethnic and racial issues in the Course of Social Work UFRB. Thus, we discuss about relatable points in the process of training and the ethnic-racial approach, as the Curriculum Guidelines of ABEPSS, 1996, The political-institutional setting UFRB given the current formulations of our legislation related to the approach of the category race/ethnicity in education policy in higher education in Brazil, the operationalization of the Course of Social Service in UFRB between its constituting elements and, according to the character of purposeful study indicated pluralism, and mainstreaming intersectionality as essential elements for favoring the ethnic-racial approach in professional training. This, in consonance with the historical-documentary framework of ethical-political project of Social Service.

Keywords: Race / Ethnicity; Vocational Training; Pluralism; Social Service.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CAHL – Centro de Artes, Humanidades e Letras

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CCS – Centro de Ciências da Saúde

CES - Câmara de Educação Superior

CFE - Conselho Federal de Educação

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CFP – Centro de Formação de Professores

CNE - Conselho Nacional de Educação

CONAC – Conselho Acadêmico

CRAS – Centro de Referência em Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ENESSO – Executiva Nacional do Estudantes de Serviço Social

ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social

FCC - Fundação Carlos Chagas

FLACSO - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

GEA-ES - Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior no Brasil

GTP – Grupos Temáticos para Pesquisas

HUPES - Complexo Hospitalar Universitário Professor Edgard Santos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IFES – Instituição Federal de Ensino Superior

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPS – Instituto de Psicologia

MEC - Ministério da Educação

MN – Movimento Negro

NUPEQ – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Violência, Gênero, Raça/Etnia Maria Quitéria

PCRI - Programa de Combate ao Racismo Institucional

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC – Projeto Pedagógico do Curso
PPP – Projeto Político Pedagógico
PRPPG - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
REUNI - Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEPLAN - Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia
SESU - Secretaria de Ensino Superior
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. RAÇA E ETNIA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: DILEMAS E PERSPECTIVAS NO DEBATE CURRICULAR	
1.1. O projeto de formação profissional para os cursos de Serviço Social no Brasil: Breve problematização de suas diretrizes.....	18
1.2. Identificando a produção sobre a temática racial na formação em Serviço Social: A construção e efetivação do Grupo Temático de Pesquisa Relações de Classe, Gênero, Etnia, Geração, Sexualidades da ABEPSS.....	23
1.3. A formação profissional em Serviço Social nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) na Bahia: Dilemas e desafios no fortalecimento da dimensão étnico-racial.....	31
2. ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO EM SERVIÇO SOCIAL E A ABORDAGEM ÉTNICO-RACIAL: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA.	
2.1. A UFRB, uma universidade no “Recôncavo Negro”, perfil e condicionalidades.....	38
2.2. Sobre a abordagem étnico-racial no Curso de Serviço Social a partir do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão na UFRB.....	45
2.3. Discussões e Considerações.....	61
3. OS ESTUDOS SOBRE RELAÇÕES RACIAIS E A EFETIVAÇÃO DO PLURALISMO: PROPOSIÇÕES À FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL.	
3.1. Vida cotidiana, Classe e Raça: Análise dos estudos marxistas e sua abrangência sobre tais aspectos.....	66
3.2. Serviço Social, pluralismo e vontade acadêmica.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	85
ANEXO	92

INTRODUÇÃO

A inquietação proporcionada por três impulsos – militância antirracista, relacionamento inter-racial e construção de uma identidade branca – aleatoriamente e de forma dialógica, possibilitaram o início de um levantamento bibliográfico acerca de pesquisas no âmbito das Ciências Humanas que investigassem questões referentes às Relações Raciais no Brasil.

Então, correlacionando os substratos empíricos da própria formação profissional do sujeito que pesquisa, pressupôs-se que a temática racial é um elemento em lacuna na formação em Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Para comprovação e desenvolvimento desta hipótese buscamos sistematizar a abordagem da temática étnico-racial na formação em Serviço Social da UFRB a partir da análise crítica dos mecanismos de Ensino, Pesquisa e Extensão, sendo estes o aporte metodológico da construção do conhecimento acadêmico das universidades, sobretudo públicas.

No limiar da apresentação desta pesquisa, inferimos sua estruturação conforme o encadeamento das indagações levantadas. Primeiro, diante da constatação¹ da lacuna existente sobre o tratamento da questão racial no Serviço Social, formulamos as problematizações referentes ao Projeto de Formação Profissional para os Cursos de Serviço Social, de acordo com as Diretrizes da ABEPSS de 1996 e, de modo a identificar a propensão de superação da lacuna constatada, discorreremos sobre a construção e efetivação do Grupo Temático de Pesquisa Relações de Classe, Gênero, Etnia, Geração, Sexualidades da ABEPSS.

No Capítulo I, para além das perspectivas documentais e legais sobre a formação em Serviço Social e seus dilemas e desafios no fortalecimento da dimensão étnico racial em amplo sentido, em especial focamos a análise das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) na Bahia, a partir da concepção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) do Curso de Serviço Social da UFBA, em contraste com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da UFRB.

De acordo com nossos objetivos de comprovar metodologicamente a lacuna da temática racial entre as estruturas de ensino, pesquisa e extensão vinculadas ao Curso de Serviço Social da UFRB e apreender os motivos e influências desta lacuna, bem como os encaminhamentos para sua superação, condicionamos a realização de análise documental e o desenvolvimento de apreensões empíricas a partir da aplicação de questionário

¹ (FILHO, Silva. 2004), (RIBEIRO, 2004), (JUNIOR, Marques. 2007), (VELOSO, 2007), (ALMEIDA, 2013), (PINTO, 2003), (CARVALHO e SILVA, 2005), etc.

semiestruturado em formando/as, tendo em vista a identificação dos elementos que vislumbramos conforme o ciclo de integralização do Curso.

O Capítulo II trata-se da exposição dos resultados, discussões e considerações a respeito, de modo que apontamos as tendências e particularidades institucionais da UFRB que refletem os desafios presentes na própria construção da universidade. Isto, a partir de análise documental, tanto dos produtos institucionais que referem-se as questões étnico-raciais, quanto dos atuais marcos legais que regem sua configuração.

Bem como registramos o exame crítico da apreensão da abordagem étnico-racial com recorte no processo de implementação do Curso, utilizando como método a análise da Grade Curricular; dos Trabalhos de Conclusão de Curso; Grupos de Pesquisa cadastrados na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG-UFRB) e suas produções; Ações e projetos de Extensão e; do Questionário-Levantamento sobre o tratamento da questão étnico-racial no Curso de Serviço Social da UFRB.

Fundamenta-se esta pesquisa a partir da concepção de formação profissional qualificada ao exame crítico das expressões da Questão Social e, diante de colocações que demarcam a categoria raça/etnia enquanto uma de suas evidências, julgamos necessário a inserção de eixos discursivos, sobretudo do ponto de vista teórico-metodológico e ético-político.

Convenhamos que a análise unilateral seja simplória, nesse sentido, Marilda Yamamoto (2001) afirma que para dar conta da Questão Social, hoje, é preciso decifrar as desigualdades sociais – de classes – em seus recortes de gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade, meio ambiente etc. É preciso ainda decifrar as formas de resistência e rebeldia com que são vivenciadas pelos sujeitos sociais (2001, p. 114). Diante disto, uma das prerrogativas expostas é, justamente, sobre a perspectiva de centralização da categoria classe e recorte das demais, uma vez que se cria a ideia de epifenômenos. Desta forma, em que medida raça e classe devem dialogar na formação profissional em Serviço Social?

Entre as ciências sociais brasileiras, a interação/intersecção entre as categorias raça e classe no contexto de sociedades pós-escravista já se constitui enquanto debate clássico. Teóricos como Florestan Fernandes (1955), Octavio Ianni (1960), Carlos Hasenbalg (1979), por exemplo, referenciam suas obras no aporte teórico-metodológico da sociologia do conflito marxista, na perspectiva de que o mundo social é constituído por grupos ou indivíduos que tentam impor uns sobre os outros seus interesses políticos, culturais ou econômicos, imposição que pode ser realizada através de um processo explícito de conflito/opressão, ou

mesmo através de uma tecnologia social que consiga convencer, naturalizar ou impor ideologicamente alguns interesses.

Esta tecnologia social do convencimento, no caso das configurações raciais, relaciona-se em primeiro momento as políticas brasileiras de branqueamento, instituídas massivamente na década de trinta do século XX, tais quais alimentaram a ideia de que a inserção quantitativa do elemento branco poderia “purificar” o país, clareando suas linhas raciais. De acordo, o Brasil poderia elevar-se ao estágio de país civilizado, “seja por meio da dizimação dos negros pelas pestes urbanas (alcoolismo, sífilis, tuberculose), seja por meio da substituição de negros por trabalhadores e colonos europeus” (GUIMARÃES, 1999, p.86).

Esta teoria relaciona-se intimamente com a ideologia de democracia racial². No cerne destas questões, o mestiço deixa de ser o degenerado – devido à sua descendência africana, segundo as principais linhas dos estudos hoje conhecidos como “racismo científico” (COSTA, *apud* CARDOSO, 2008) – e passa a ser o genuíno povo brasileiro. “Essas duas ideologias (do branqueamento e da democracia racial) produzem uma população brasileira imaginada, primeiramente, branca e, depois, mestiça. Esse ideário persiste na sociedade brasileira e a democracia racial tornou-se uma ideologia popular” (CARDOSO, 2008, p.29).

Apontada como um mito por Florestan Fernandes (1978), a ideia de democracia racial é o argumento essencialmente arbitrário de que não existe racismo na sociedade brasileira. Podemos tomar como uma de suas expressões, sob a influência de outros fatores, o discernimento da questão racial não como tal, mas sim como uma questão de classe, recorrente entre as apreensões epistemológicas economicistas.

Entendemos que o debate em torno de raça e classe não é somente um clássico no contexto das ciências sociais no Brasil, mas também, em torno de tal debate que as relações sociais são fundadas e institucionalizadas no território nacional. Neste sentido, no terceiro capítulo apresentamos argumentos constitutivos dos processos de análise deste aporte em geral e no Serviço Social específico, focando assuntos como a possibilidade da análise marxista interseccional e a adoção efetiva do pluralismo, tal como aponta o projeto ético-político do Serviço Social.

É entre a perspectiva de apropriação e construção do conhecimento que o presente projeto se justifica e se faz enquanto análise propositiva, buscando contribuir para a

² “Em 1933, o sociólogo Gilberto Freyre publicou o livro *Casa-Grande & Senzala* tornando-se, provavelmente, o livro mais influente sobre relações raciais no Brasil, tanto no contexto nacional, quanto internacionalmente. Em geral, atribui-se a esse livro a responsabilidade de ser a obra matriz da ideologia da democracia racial no Brasil, bem como do lusotropicalismo em Portugal e nos países africanos de Língua Portuguesa” (CARDOSO, 2008, p. 44).

aproximação e aprofundamento das análises sócio-raciais durante a formação profissional em Serviço Social na UFRB. Trata-se de construir condicionalidades para que a apreensão da totalidade seja efetivada de forma qualificada, dando subsídio à problematização, reconhecimento e desmistificação da Questão Social e, para além disso, que sejam formados profissionais capacitados ao desenvolvimento de propostas de enfrentamento da mesma.

De modo introdutório, embora a esta altura de nosso discernimento não desejemos justificar, como tantas outras vezes, porque não usaremos aspas para escrever raça, branco, negro ou índio, devemos apontar nossas considerações sobre o conceito de raça, propriamente sociológico, diga-se de passagem, prescindindo qualquer fundamentação natural, objetiva ou biológica (GUIMARÃES, 2009). Nesse sentido, concordamos com Ribeiro quando afirma que:

A raça é humana, porém existem tipos raciais diferentes no interior desse todo, marcados, sobretudo por traços fenótipos – cor de pele, nariz, boca, cabelo. Essa diferença é absorvida como desigualdade, provocando hierarquias e exclusões. Considera-se que o racismo gera as desigualdades raciais, e por isso o termo raça é assimilado como conceito político. Entende-se que, com o reconhecimento de sua existência como realidade social e política, é possível promover o combate ao racismo (RIBEIRO, 2009, p. 404).

Em razão dos termos racial e étnico serem empregados conjuntamente nas produções sobre as relações raciais, os adotamos de forma semelhante em virtude de um conceito não substituir o outro, resultando assim na categoria étnico-racial (CARDOSO, 2008). Stuart Hall define etnia e raça da seguinte maneira:

[...] etnia é o termo que utilizamos para nos referirmos às características culturais – língua, religião, costume, tradições, sentimento de lugar – que são partilhadas por um povo [...].

[a raça] é uma categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas corporais – cor de pele, textura de cabelo, características físicas e corporais, etc. – como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro (Hall, 2005, p. 62-63).

Não obstante, diante da distância do Serviço Social a tais produções, é precavido apontarmos as configurações primárias dos estudos sobre relações raciais, como a ideologia do branqueamento, o mito de democracia racial, o conceito de raça-etnia, etc. Bem como, se faz apropriado não tomarmos como pressuposto o entendimento dos indicadores sociais sobre

desigualdades raciais no Brasil, importante vetor para o argumento sobre a relevância da abordagem étnico-racial no processo de formação. Vejamos:

60% dos jovens de periferia sem antecedentes criminais já sofreram violência policial / A cada quatro pessoas mortas pela polícia, três são negras / [...] A cada quatro horas, um jovem negro morre violentamente em São Paulo / Aqui quem fala é Primo Preto, mais um sobrevivente (Capítulo 4, versículo 3 - RACIONAIS MC'S).

Podemos observar, através da composição de Racionais MC's³, um panorama da realidade da população negra no Brasil. A reflexão proposta por esta e outras composições semelhantes, em conformidade com Roseli Rocha, “nos impele a pensar sobre uma realidade de expropriação, opressão e morte de milhões de pessoas, que pela sua condição étnico-racial tornam-se vítimas preferenciais de um sistema de exploração capitalista e de dominação racista e sexista” (2011, p. 2).

A configuração do esquema de genocídio⁴ do povo negro é o quadro mais esquizofrênico do fundamento racista na sociedade brasileira. A taxa de mortalidade de jovens (pessoas de até 24 anos) pretos e pardos por homicídios elevou-se em 13,5%, à medida que ocorreu uma redução de 28% no contingente branco, segundo o Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil 2009-2010. De acordo com Marcelo Paixão (et. al),

No contingente do sexo masculino em todos os grupamentos etários selecionados até os 24 anos de idade, a probabilidade de um jovem preto e pardo morrer assassinado era maior do que um jovem branco. No somatório de todas as idades de 0 a 24 anos, a probabilidade de um jovem preto e pardo do sexo masculino ser assassinado era de 123,2% maior do que a mesma probabilidade de um jovem branco (2010, p. 256-257).

Entendendo como genocídio não somente o quadro de homicídios, mas o plano geral de determinantes sociais que impossibilitam o desenvolvimento pleno do sujeito, os dados e amostragens da realidade racial no Brasil, na maioria das áreas, se não em todas, nos são tanto

³ “Muitos relatos e formas artísticas dos Racionais MC's refletem fraturas sociais e culturais do Brasil contemporâneo. Portanto, uma postura denunciadora tanto do ideal de branqueamento social e cultural como da construção mitológica da democracia racial e social, uma vez que a vida social constatada nessas produções intelectuais é dissonante do discurso racial-nacional, do pensamento da elite intelectual e do discurso estatal” (ROCHA, 2011, p.11).

⁴ A definição de genocídio que nos serve é da “Convenção sobre a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, aprovada pela Resolução 260A (III) do Conselho Geral das Nações Unidas, de 9 de dezembro de 1948, tornada efetiva em janeiro de 1951. De acordo com o Artigo II da Convenção, genocídio é: os atos abaixo indicados, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tais como: a) Assassinato de membros do grupo; b) Atentado grave à integridade física e mental de membros do grupo; c) Submissão deliberada do grupo a condições de existência que acarretarão a sua destruição física, total ou parcial; d) Medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo; e) Transferência forçada das crianças do grupo para outro grupo” (apud VARGAS, 2010, p. 37).

quanto alarmantes. Roseli Rocha (2011) nos apresenta a constituição de um conjunto elementar neste sentido, o qual podemos sistematizar da seguinte forma:

[TRABALHO] A partir dos dados do IBGE (2009) a taxa de desemprego da população economicamente ativa - PEA residente nas seis maiores regiões metropolitanas do Brasil [Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Porto Alegre] é de 5,3% de homens brancos, 7,9% de mulheres brancas, 7,5% de homens pretos e pardos e 11,2% de mulheres negras. O total da população branca desempregada representa 6,5% e da população preta e parda 9,2% (p.5).

[EXPECTATIVA DE VIDA] Com relação à expectativa de vida a pesquisa realizada pelo IPEA (2008) em 2006, apontou que, enquanto 9,3% das mulheres negras tinham sessenta anos ou mais de idade, entre as brancas essa proporção era de 12,5%. Em 1993 tinha-se 7,3% e 9,4%, respectivamente. Embora as mulheres estejam vivendo mais, as desigualdades entre os grupos étnico-raciais permanecem (p. 5).

[SAÚDE] A partir dos dados fornecidos em 2008 pelo Ministério de Saúde, Werneck (2009), afirma que as mulheres negras representam um dos grupos mais vulneráveis, bem como a piores condições de acesso a políticas de promoção, prevenção e assistência. Apresentam altas taxas de mortalidade por causas evitáveis, com destaque para a mortalidade materna. [...] No que tange à violência sexual, a partir dos dados fornecidos pela VIVA, 2006-2007, as mulheres negras representaram 55% dos casos notificados e as mulheres brancas 32% (p. 6).

[IDH] Ainda segundo o Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil de 2007- 2008 (PAIXÃO e CARVANO, 2008) o IDH7 dos pretos e pardos no ano de 2005 correspondia ao de um país de médio desenvolvimento humano, 25 posições abaixo da posição brasileira no ranking do PNUD. Já os brancos, no mesmo ano, apareciam com um IDH equivalente ao de um país de alto desenvolvimento humano, 19 posições acima da mesma colocação brasileira. Por conseguinte, o IDH de ambos os grupos estava separado por 44 posições no ranking do PNUD.

Podemos dar continuidade a este mapeamento abrangendo outras áreas, como educação, sistema carcerário, acesso a atividades de cultura e lazer, renda, moradia, etc., e então teremos o mesmo resultado: Negros/a (pretos/a e pardos/a) permanecem, sob processos de reestruturação do racismo, numa escala constante de discriminações correlacionáveis.

A esta altura, devemos apontar ainda que o que consideramos como abarcar os elementos étnico-raciais é ligeiramente distinto de tratar exclusivamente da questão do negro. Quando mencionamos e nos apropriamos dos estudos sobre Branquitude / Branquidade / Brancura trata-se da indicação de superação da ausência, entre as Ciências Sociais em geral, de investigações particulares sobre os brancos.

Este despertar contribui para desconstrução da ideia de quem tem raça é o negro, na medida em que os brancos se beneficiam do seu status humano generalizado (CARDOSO, 2008). O branco então, além de racializável deve ser entendido enquanto sujeito diagnosticável, objeto de pesquisa, observação e compreensão. Em 1957, o sociólogo Guerreiro Ramos já propunha essa discussão, dissertando sobre a necessidade de situar cientificamente o/a branco/a, entendendo que “o que se tem chamado no Brasil de “problema do negro” é reflexo da patologia social do “branco” brasileiro, de sua dependência psicológica” (RAMOS, p. 236, 1995).

Em oportunidade, vale situar o leitor ou a leitora sobre a síntese do impulso pessoal que justifica a determinação enquanto pesquisadora desta temática, que se dá por três fatores, em especial, 1 – Por ser resultado de uma relação inter-racial e por consequência apresentar um fenótipo ambíguo, essa autoafirmação racial branca é sempre questionada/questionável configurando-se enquanto uma identidade racial necessitada de constantes argumentações e fundamentações empíricas e teóricas; 2 - Pelo histórico de militância no Núcleo Akofena⁵, ao certo, o ponto de partida, um processo documental de três anos de discussões, desenvolvimento e inquietações enquanto branca militante antirracista no Movimento Negro; 3 – A construção de um relacionamento inter-racial politizado, o qual proporcionou o entendimento de que, mesmo antirracista, o racismo opera em minha subjetividade e socialização e, em alguma medida, me faz protagonista da supremacia racial branca.

Apondo isto, pois para devida criticidade à pesquisa social com tema racial é condição *sinequa non* posicionar-se acerca da autoidentificação, notificar o lugar que se fala, observa e escreve (SCHUCMAN, 2012). Entre tais meandros que a proeminência da presente pesquisa se instaura, entre elementos epistêmicos e políticos na configuração de uma proposição acadêmico-científica.

No limiar da configuração das complexidades apontadas, no processo de interação social entre brancos e negros⁶ e na reestrutura da *patologia social* racismo, que o assistente social preconiza o seu fazer profissional, portanto, deve reconhecer-se entre as relações e espaços a partir da sua perspectiva crítica e primar seu caráter propositivo e interventivo à superação dos parâmetros sócio-institucionais estabelecidos. Para tanto, o despertar analítico deve ser entendido como próprio da formação acadêmica.

⁵ Núcleo de Negras e Negros Estudantes da UFRB / Núcleo Akofena, Cachoeira-BA.

⁶ Brancos e negros, uma vez que o elemento indígena passou por um processo de genocídio tão profundo que sua recorrência sociológica e relacional é ligeiramente menor e seu tratamento, arbitrariamente, tem virado caso para especialistas.

1. RAÇA E ETNIA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: DILEMAS E PERSPECTIVAS NO DEBATE CURRICULAR

1.1 O projeto de formação profissional para os cursos de Serviço Social no Brasil: Breve problematização de suas diretrizes.

As determinações e ajustamentos do Projeto de Formação Profissional do Serviço social, como de qualquer outra categoria, são de caráter histórico e conjuntural. O atual currículo teve sua formulação em 1996, fundamentado por uma série de elementos de constituição do cenário nacional, e da América Latina. Nesse sentido, a década de 80, configura-se como um marco, caracterizada pela configuração do Movimento de Reconceituação e a partir do desenvolvimento da perspectiva crítica e da intenção de ruptura com o Serviço Social Tradicional iniciado ainda na década de 1960.

A “crise ideológica, política e de eficácia” (CAVALCANTI; MIRANDA, p. 7, 2005) entre as décadas de 60 a 80 direcionou uma dimensão do Serviço Social que tomou corpo numa constituição complexa entre os condicionantes de ditadura militar e a tendência a uma vertente modernizadora. Esta contextualização fez-se ímpar aos rumos teórico-metodológicos, técnico-acadêmicos e políticos para a profissão. Entre tais parâmetros,

[...] o Serviço Social brasileiro consolida a sua maturidade intelectual (Cf. Netto, 1996 e Iamamoto, 1992), alcança o reconhecimento e validação acadêmica como área de produção de conhecimento, determina o seu estatuto profissional e o seu significado social, define a sua relação com as demais disciplinas da área das ciências sociais e humanas, e, sobretudo, constrói e defende objetivos legitimados por um projeto de sociedade na defesa da liberdade, da democracia, dos direitos sociais e das políticas sociais públicas (GUERRA, 2004).

Diante dos avanços qualitativos que o Serviço Social viveu nas últimas décadas, no que diz respeito à formação e ao trabalho (IAMAMOTO, 2001, p.52), há de se apontar uma série de produtos de construção coletiva que favoreceram a configuração e consolidação sociotécnica da profissão, como o Código de Ética do Assistente Social, de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social – Lei 8662/93 e a nova Proposta de Diretrizes

Gerais para o curso de Serviço Social, 1996, que representam o desdobramento da trajetória de documentos anteriores que os serviram de base.

Conforme demais elementos, a formação profissional dos assistentes sociais se configurou objeto discursivo no interior da categoria e o novo perfil profissional assumido pós década de 80 foi elementar na construção de parâmetros acadêmicos. Segundo Marieta Koike, a configuração histórica do Serviço Social evidencia que a formação profissional é um processo dinâmico, continuado, inconcluso e em constante busca de referenciais críticos e modos de atuação, de forma que a radicalidade das exigências de capacitação profissional marcou o processo de construção das novas diretrizes curriculares (KOIKE, 2000, p. 107).

Desde 1970 a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), atual ABEPSS⁷, direciona a revisão curricular do Curso, sobretudo os paradigmas, as matrizes teórico-metodológicas e as propostas de ação profissional comprometidas com os interesses populares. A preocupação em conferir estatuto acadêmico à profissão, em condicionar questões relativas à revisão curricular, se deu principalmente a partir de 1972 com a implantação do primeiro curso, em nível de mestrado, de Pós-Graduação em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Segundo BEHRING (*apud* CFESS, 1996), a regulamentação do Currículo Mínimo em 1982, a primeira proposta básica para o projeto de formação, representou, junto com o Código de Ética de 1986, uma profunda renovação profissional, produto "daquelas conquistas políticas e teóricas, cujo lastro de crítica visava à recusa da base filosófica tradicional, predominantemente conservadora que informava o Serviço Social" (BEHRING, p.176, 2009 *apud* CFESS, 1996, p.176).

Assim, tais elaborações significaram determinada influência às Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, aprovada pela categoria em 1996. Produto de um amplo e sistemático debate realizado pelas Unidades de Ensino, as Diretrizes Gerais partiram da deliberação de revisão do Currículo Mínimo vigente (Parecer CFE nº 412, de 04.08.1982 e Resolução n.º 06 de 23/09/82). A revisão curricular é pressuposto de uma profunda avaliação do processo profissional conforme as exigências contextuais (ABEPSS, 1996a). De acordo com Andrade,

“O CURRÍCULO, longe de se constituir uma simples justaposição de conteúdos programáticos, é a expressão de um conjunto de concepções, é a explicitação de tendências políticas, teóricas e metodológicas que são

⁷ Em 1988 a ABESS fundiu-se com o Centro de Documentação em Política Social e Social, formando a ABEPSS, com o papel fundamental na formação profissional em Serviço Social.

iminentes à direção social que se deseja imprimir a um projeto de formação profissional, incorporado num projeto educacional de curso (ANDRADE, p. 173, 2000).

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394) em 1996, por exemplo, foi um dos aspectos oportunos à normatização e definição das Diretrizes, estabelecendo um patamar comum, de modo a assegurar a flexibilidade, descentralização e pluralidade no ensino em Serviço Social, bem como acompanhando as profundas transformações da ciência e da tecnologia, sob a exigência de padrões de qualidades adequados estabelecidos pelo ensino superior (ABEPSS, 1996a).

O significado social da profissão, a partir do caráter de trabalho coletivo inserido na divisão social e técnica do trabalho e sua historicidade no quadro das relações sociais entre classes e destas com o Estado, é apontado pelas Diretrizes como a própria contextualização para sua compreensão como processo, ou seja, “ela se transforma ao transformarem-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve” (ABEPSS, p. 4, 1996a).

O Serviço Social nos anos 90 foi afetado pelos efeitos do neoliberalismo, da flexibilização econômica e da reestruturação produtiva. Novas questões são postas à profissão, sobretudo quanto ao seu caráter interventivo e a construção do corpo do conhecimento, entre o desafio de decifrar as lógicas do capitalismo contemporâneo e as atuais configurações e manifestações da questão social⁸. Ainda que num contexto de crise de paradigmas e refutação da capacidade explicativa da teoria social crítica marxista, especialmente no âmbito das Ciências Sociais, esta se manteve com vitalidade no Serviço Social. Segundo a ABEPSS,

Uma leitura da produção teórica do Serviço Social, nos anos 80/90, sugere que a profissão aprofundou o debate sobre a vertente marxista com importantes rebatimentos na superação das debilidades teórico-metodológicas da formação profissional. Também, nessa década, as discussões sobre o pluralismo contribuíram para romper com a perspectiva eclética da formação, além de enfrentar o debate sobre a “crise dos paradigmas” nas ciências sociais e humanas (ABEPSS, 1996b, p. 148).

A tradição marxista permeou os constructos e produções da profissão desde o processo de crítica ao Serviço Social tradicional e, conforme reformulações teórico-metodológicas, acompanha o amadurecimento profissional até a contemporaneidade.

⁸ “[...] a questão social não se reduz ao reconhecimento da realidade bruta da pobreza e da miséria. Para colocar nos termos de Castel (1995), a questão social é a aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação” (TELES, 1996, p. 85).

A interlocução teórica e política entre o marxismo e as demais teorias sociais e disciplinas do conhecimento configurou-se um arranjo do Projeto Político Pedagógico da Formação Profissional de 1995, sob alegação da busca da apreensão da totalidade da vida social (ABESS nº 7, 1997, p. 42). É proposta uma acepção de pluralismo epistemológico amarrada a uma perspectiva de totalidade dialética, então, minada por uma tendência hegemônica, ou até mesmo ortodoxa, do marxismo, o que soa como algo contraditório (SILVA, 2008).

A Lei de Diretrizes Gerais para o Curso (1966a) apresenta uma reformulação de tais aspectos. Trata-se também, de forma efetiva, de um produto de caráter essencialmente marxista, mas aponta entre os princípios que fundamentam a formação profissional o “exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional” (ABEPSS, 1996a, p.6). Desta forma, cabe a pluralidade sem que esta esteja necessariamente condicionada à tendência marxista de forma ortodoxa, absolutizada. Contudo, o que se tem percebido até os dias atuais é que essa proposta de abertura encontra bastante resistência no Serviço Social e no processo de formação.

José Paulo Netto aponta que o que é comum entre Marx e o Serviço Social são os quadros macroscópicos, tanto a obra marxiana quanto o Serviço Social são impensáveis fora de uma lógica capitalista. “De fato, ambos têm como substrato imediato o que está sinalizado na nossa bibliografia sob o rótulo de ‘questão social’” (NETTO, p. 90, 1989).

É importante assinalar que no bojo histórico do Serviço Social define-se a questão social como elemento de centralidade ao fazer profissional. Adotada como fundamento básico da existência da profissão, está presente entre todos os pressupostos norteadores da concepção de formação apontados pela Lei de Diretrizes, assim, o processo de trabalho do assistente social é “determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais” (ABEPSS, p.5, 1996a).

Seguindo tais apontamentos, entender as relações entre as categorias raça e classe no Brasil (e América) permitiria aprofundar o conhecimento sobre as raízes político-econômicas que balizaram a construção do Estado-Nação brasileiro, além de possibilitar uma real apreensão de como se constituiu a ordem social excludente nos países capitalistas periféricos.

O entendimento da questão racial se dá a partir da correlação de forças entre classe e raça e superação da dicotomia e hierarquização entre tais categorias, bem como se nota outros determinantes tão quanto entrelaçados como gênero e sexualidade. Como aponta Antônio

Sérgio Guimarães,

Quando os conceitos de “raça” e “gênero” são aplicados aos estudos sobre desigualdades socioeconômicas ou pobreza eles têm o efeito virtuoso de revelar aspectos que o conceito de “classe” não poderia explicitar. Eles desvelam certas particularidades na construção social da pobreza que eram antes ignoradas (GUIMARÃES, 2002, p.77).

Essa percepção é intimamente relacionada às formas de determinação da questão social, um debate recorrente no Serviço Social pautado por vertentes e posições heterogêneas, decifrá-la, certamente, exige um determinado rigor teórico. A questão social deve ser imbricada durante o processo de formação de modo a garantir uma reflexão densa sobre os aspectos que a compõem, ao compreendermos a demanda de profissionais habilitados à apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade, como aponta a Lei de Diretrizes.

De acordo com os princípios que fundamentam a formação profissional, defende-se o “Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social” (ABEPSS, p.6, 1996a). É nesse sentido que Reginaldo Guiraldelli e Helen Engler dissertam que,

No que tange a presente discussão sob a ótica do Serviço Social, cabe considerar que tal profissão, resultante do trabalho coletivo que atua diretamente com as interfaces da questão social, busca o conhecimento no campo das Ciências Sociais, com vistas a diagnosticar uma determinada realidade e assim buscar ações efetivas no trato de questões que se referem ao “social”. Com isso, o Serviço Social pode buscar conhecimentos na respectiva área com o intuito de implementar políticas sociais públicas, eficientes e eficazes, tendo como público alvo homens, mulheres, brancos e negros (GUIRALDELLI e ENGLER p.264, 2008).

Os princípios mencionados implicam na capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão crítica da realidade social e do processo histórico como totalidade no sentido de apreender o desenvolvimento do capitalismo, do Serviço Social e das demandas postas, consolidadas e emergentes, referentes às expressões da questão social (ABEPSS, 1996a).

Assim, a atual lógica curricular expressa à necessidade de concepção do ser social e de suas dinâmicas de socialização. O pressuposto central das diretrizes propostas é a “permanente construção de conteúdos para a intervenção profissional nos processos sociais

que estejam organizados de forma dinâmica, flexível assegurando elevados padrões de qualidade na formação do assistente social” (ABEPSS, p. 53, 2012).

Cabe identificarmos se realmente este processo tem se efetivado de modo a contemplar as variadas dimensões da realidade social e, conforme aceção crítica, desenvolver mecanismos de análise e avaliação da formação profissional em Serviço Social. Ora, em consonância a Yamamoto, “Pensar a formação profissional no presente é, ao mesmo tempo, fazer um balanço do debate recente do Serviço Social, indicando temas a serem desenvolvidos, pesquisas a serem estimuladas para decifrar as novas demandas que se apresentam ao Serviço Social” (2006, p.169).

Em 2001, o Conselho Nacional de Educação e a Câmara Superior de Educação aprovaram o Parecer CNE/CES n. 492/2001, referente às diretrizes curriculares para dez cursos, entre eles, o Serviço Social. Este novo documento tem caráter legislativo e expressa as normativas da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC).

Segundo Mota (2007), entre a Lei de Diretrizes da ABEPSS e o Parecer CNE/CES, ocorreram mudanças substantivas. Ainda que este último tenha sido direcionado por uma Comissão de Especialistas em Serviço Social, os pareceristas da SESu/MEC realizaram cortes e alterações significantes na redação do documento final. Para Yamamoto (2008, p. 445), “a proposta original sofreu uma forte descaracterização no que se refere à direção social da formação profissional, aos conhecimentos e habilidades preconizados e considerados essenciais ao desempenho do assistente social”.

É consonante entre muitos/a autores/a que as diretrizes aprovadas pelo MEC não representam a categoria profissional e estão muito distantes das Diretrizes elaboradas em 1996, estas, articuladas e em consonância com o código de ética profissional e a lei de regulamentação da profissão, constituem a base do Projeto ético-político profissional. Desta forma, faz-se prerrogativa uma discussão recorrente sobre a “reforma” do ensino superior no Brasil e os desafios à atuação da ABEPSS.

1.2 Identificando a produção sobre a temática racial na formação em Serviço Social: A construção e efetivação do Grupo Temático de Pesquisa Relações de Classe, Gênero, Etnia, Geração, Sexualidades da ABEPSS

Para além da competência teórico-metodológica e técnico-operativa, exige-se um posicionamento ético e político à formação profissional em Serviço Social, de acordo com as

Diretrizes Curriculares (1996). O impacto da reflexão acerca da temática racial durante o processo de profissionalização é também assimilado em consonância ao Código de Ética, o qual expressa que devemos ter o compromisso e empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, a participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças, cabendo aos assistentes sociais a defesa dos direitos humanos, da equidade, da justiça social e consolidação da cidadania e da democracia.

A emergência da questão racial enquanto tema, relaciona-se com a influência e poder de mobilização do movimento negro, particularmente ao exigir do Estado brasileiro a adoção de políticas de reconhecimento histórico, promoção da igualdade racial, bem como de políticas reparatórias. Segundo Magali Almeida (2013), o pioneirismo da discussão étnico-racial no Serviço Social deu-se justamente numa conjuntura de expressão e ascensão de vários movimentos sociais e, dentre os protagonistas, o Movimento Negro (MN), na década de 1980, pós Constituinte, quando buscava-se desvelar a falácia de democracia racial e denunciar o racismo antinegro perpetrado pelo Estado e suas instituições. Relata Almeida:

E nós - aqui coloco-me como militante do MN- nos engajamos na construção da Marcha Contra a Farsa da Abolição [1988]. Quando os MNs assumem essa bandeira, essa agenda, eu estava militando no Conselho Regional de Serviço Social no Rio de Janeiro (na época CRAS-RJ), no cargo de vice-presidenta. Lembro-me que pautei na reunião do conselho pleno do então CRAS a necessidade da entidade assumir essa bandeira de luta, ou seja a luta contra o racismo e suas mazelas. E assim, assumimos essa luta [...]. O que eu quero dizer com essa memória é que a participação das assistentes sociais nesse movimento marca o pioneirismo da profissão e da regional do Rio de Janeiro nessa luta (2013, p. 1).

Outro fato marcante tratado foi o ocorrido em 1989 no VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em Natal, com a apresentação de duas teses sobre o Serviço Social e a questão racial, a saber, “*A questão racial enquanto elemento de uma prática transformadora*” de Maria José Pereira; Matilde Ribeiro e Suelma Inês Alves de Deus, de São Paulo, e “*O Serviço Social e os bastidores do racismo*” de Magali da Silva Almeida e Fátima Cristina Rangel Sant’Ana, Rio de Janeiro. No relatório final do Congresso houve a indicação para a inclusão de um eixo temático que discutisse raça/etnia e que viesse a garantir uma maior visibilidade para a questão. É a partir de então que os estudos raciais passam a ser reivindicados por determinadas assistentes sociais como uma categoria de análise (ALMEIDA, 2013).

Contudo, a produção sobre a temática racial no Serviço Social ainda reflete um contexto de ausência e lacuna sobre a presente discussão, constatado conforme levantamentos

como o quantitativo de Trabalhos de Conclusão de Curso em Serviço Social com a abordagem étnico-racial (SILVA FILHO. 2004); Estudos sobre a produção dos assistentes sociais nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS), considerado o maior fórum de debate da categoria (RIBEIRO, 2004), (MARQUES JÚNIOR. 2007), (VELOSO. 2007); Mapeamento dos artigos publicados na Revista Serviço Social e Sociedade, do primeiro ano de sua publicação (1979) até 2006 (SILVA FILHO. 2004), (MARQUES JÚNIOR. 2007); Realização da classificação do conjunto de produções bibliográficas de Serviço Social na pós-graduação a partir do DATACAPES, dentre livros e coletâneas, capítulos de livros, artigos publicados em periódicos e trabalhos completos publicados em anais no período de 2001 a 2003 (CARVALHO e SILVA, 2005).

Sobre a produção de livros, se reconhece apenas a publicação de Elisabete Pinto (2003) intitulada “*O Serviço Social e a questão étnico-racial – um estudo de sua relação com usuários negros*”. Esta autora, em sua trajetória de pesquisas, percebeu que o assistente social trabalha com a população negra sem ao menos ter conhecimento de sua história, de sua cultura e dos seus problemas (PINTO, 2003, p.23). Essa ignorância pode vir a ser um elemento de reforço e reestruturação de práticas preconceituosas, discriminatórias e/ou racistas contra a população negra brasileira, bem como um fator de neutralização à discussão e apreensão das práticas de supremacia racial branca.

Diante deste quadro, configura-se a conclusão comum entre os autores citados de que há pouco interesse investigativo sobre a categoria raça/etnia na formação acadêmica em Serviço Social em todos os níveis educacionais. Conforme Roseli Rocha:

Tal realidade aponta uma contradição para a formação profissional em Serviço Social, que defende, desde o processo de ruptura, a criticidade dos fenômenos sociais, bem como a leitura dos processos sociais a partir da perspectiva de totalidade social. [...] Neste sentido, a partir de uma perspectiva crítica e comprometida com um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero, é premente a incorporação da temática étnico-racial pelo Serviço Social em consonância com as diretrizes curriculares e com os princípios norteadores do seu projeto ético-político (p. 12, 2011).

As categorias teóricas racismo, profissionalização e Serviço Social são inter-relacionados e perpassam à formação educacional. A primeira como uma contradição histórica, uma herança da colonização europeia e do processo escravocrata desenvolvido no Brasil, a segunda pelo caráter potencial de despertar da consciência crítica e política, a terceira enquanto uma profissão que atua diretamente com um contingente social

desfavorecido e, não obstante, com elevado percentual da população negra.

Conforme a perspectiva de totalidade social que deve ser direcionada a busca da compreensão do fenômeno do racismo e suas múltiplas determinações, reestruturações e historicidade. A partir dos impasses científicos e das pressões políticas, categorias analíticas como sexualidade e raça saíram do reducionismo ao aspecto biológico e tomaram corpo enquanto espaço sociocultural determinado por condições objetivas, subjetivas e simbólicas.

O conceito de raça sofreu alterações de sua concepção científica biológica, através de um conjunto de teorias ligadas a correntes como o evolucionismo social, darwinismo social, teoria das raças e miscigenação, até sua concepção antropológica de raça enquanto aspectos culturais, nessa conjuntura, a obra do ensaísta Gilberto Freyre, *Casa-Grande & Senzala* (1961), é salutar para compreensão de uma grande mudança nas ciências e pensamento social brasileiro acerca do conceito de raça. Freyre (1961) introduziu o conceito de cultura (antropológico) nos espaços erudito-acadêmicos nacionais, que até então possuíam uma hegemonia intelectual das doutrinas racialistas do século XIX (GUIMARÃES, 1999).

Atualmente a adoção do conceito de raça, de forma a superar as acepções biológicas, se dá de forma hegemônica, embora haja ainda refutações quanto a sua constituição social. Segundo Amaro (2005, p. 59) “pratica-se no Brasil uma exclusão pela cor, pela etnia do sujeito, pela atribuição de valor diminuído e depreciativo ao indivíduo portador de determinada cor de pele. Esse processo de estigmatização e biopoder denomina-se racismo”.

Em reconhecimento à lógica patriacardo – racismo – capitalismo, devemos notificar a indissociabilidade desta simbiose. Trata-se de categorias que são inseparáveis e tampouco isoláveis, pois se fundiram historicamente e permanecem sob uma lógica de restauração de poder. Nesse sentido, é de suma importância entender a complexidade da situação social em que os negros encontram-se atualmente no cotidiano da sociedade brasileira, é necessário observarmos os condicionantes que determinam o racismo, a discriminação racial e o preconceito.

Sob esta perspectiva, Roseli Rocha (2011), Assistente Social do Instituto Fernandes Figueira – FIOCRUZ, elaborou um estudo com o objetivo de contribuir com o debate acerca da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social. Segundo a mesma,

Numa sociedade que se sustenta sobre os pilares do mito da democracia racial, a condição étnico-racial, que historicamente sempre foi utilizada como mecanismo de seleção e exclusão, aparece como elemento secundário nos estudos e pesquisas acadêmicas, bem como nas propostas e elaboração de políticas públicas voltadas ao enfrentamento das injustiças sociais. Vê-se que em todas as dimensões da vida social, seja na expectativa de vida, no

acesso a educação e na inserção no mundo do trabalho, a população negra aparece como o segmento social mais suscetível a discriminação (ROCHA, 2011, p. 4).

Outra autora do Serviço Social, Sarita Amaro (2005, p.67), nos aponta que "nem sempre o trajeto de discriminação e exclusão que arrasta os negros à assistência é conhecido pelos atores institucionais, responsáveis pelo seu atendimento", um segmento populacional majoritariamente usuário dos serviços sociais. Isto implica na reprodução de valores discriminatórios, uma vez que, segundo as/o autoras/e supracitados, a formação profissional não tem condicionado a apreensão de uma prática que possibilite construções efetivas de reconhecimento e enfrentamento do racismo. Nesse sentido, são inquietações comuns entre os que desenvolvem a temática:

Quais as implicações da carência de estudos e debates sobre esse tema para o exercício profissional? Diante de situações de discriminação e violência racial quais ferramentas têm sido utilizadas pelo Serviço Social para o enfrentamento dessa questão? [...] Que ações se fazem ainda necessárias para apreensão do fenômeno do racismo como gerador de discriminação, opressão e exploração dos sujeitos sociais? Quais ferramentas teórico-metodológicas e ético-políticas os profissionais de Serviço Social têm se apropriado com vistas à incorporação da temática étnico-racial como elemento fundamental para o processo de construção de relações sociais sustentadas em valores emancipatórios? Em que medida e extensão a questão étnico-racial tem sido tema relevante para os estudos e pesquisas no processo de formação e exercício profissional? (ROCHA, 2011, p. 13).

Estas inquisições configuram um leque de possibilidades de aproximações entre o Serviço Social e as pesquisas relacionadas à temática étnico-racial, e timidamente tomam corpo entre o levantamento epistemológico da categoria.

Diante do desafio de "assumir seu papel na qualificação de quadros e em fornecer subsídios para a graduação, na formação da massa crítica, na produção acadêmica e científica socialmente relevante capaz de garantir uma formação profissional de qualidade" (ABEPSS, p. 2), o estatuto da ABEPSS/2008, prevê, no artigo 34, a necessidade de criação de Grupos Temáticos para Pesquisas (GTPs) na área de Serviço Social, cujo objetivo geral é "avançar na qualificação do Serviço Social como área de produção de conhecimento socialmente relevante que venha a contribuir com o fortalecimento das lutas sociais" (Idem, p. 2).

Desde o início de junho de 2009 circulou, em nível nacional, o documento intitulado *A consolidação da ABEPSS como organização acadêmicocientífica – Documento base de discussão para a formação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs)*, com ampla divulgação entre as Unidades de Formação Acadêmica, sendo que muitas realizaram oficinas

locais da ABEPSS. Este processo de debate foi remetido às Oficinas Regionais, sendo que todas as regiões realizaram oficinas, as quais reuniram em torno de 1500 pessoas entre docentes, discentes e profissionais da área e áreas afins (ABEPSS, 2000, p. 1).

Entre as áreas de criação, configura-se o GTP Relações de Classe, Gênero, Etnia, Geração, Sexualidades com o papel de mobilização e estímulo efetivo de elaboração, produção e circulação do conhecimento em torno das categorias teóricas mencionadas, congregando especialistas para tratarem de sua relevância social e constituindo uma rede de pesquisadores que poderá estabelecer sua própria dinâmica. Este GTP, conforme a relação de sua ementa, propõe-se a tornar objeto o sistema capitalista-patriarcal-racista-heteronormativo; o Serviço Social e as relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades e; a interseccionalidade⁹ das opressões de classe, gênero, raça/cor/etnia, geração e sexualidade.

Sua construção e definição de atribuições, dinâmica e funcionamento, deram-se nos colóquios de criação dos GTPs, no XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço (ENPESS), no Rio de Janeiro, em 2010, sob um tumultuado processo em função da pluralidade de expressões de desigualdades que ele condensa, segundo relatoria do Grupo.

A relação de cinco campos temáticos (classe, gênero, etnia, geração e sexualidades) em apenas um eixo enquanto GTP demonstra justamente uma imaturidade profissional em relação à pesquisa, e ao tratamento em geral, destas questões. Trata-se de meios interseccionais, porém de uma amplitude de discussões quanto aos seus elementos constitutivos que são em si inalcançáveis quando relacionados em uma só categoria temática, a saber, opressões. Este método de generalização das opressões, o qual remonta a ideia de minorias sociais, é de uso frequente entre as estruturas de esquerda marxista e, como expõe Bárbara Machado, é um modo de “ensacar todas as outras coisas que não são “puramente” questão de classe” (2013, p.1).

Na própria relação de GTPs e seus respectivos ementários é notável uma disparidade entre os tópicos a serem tratados, em que somente o GTP Relações de Classe, Gênero, Etnia,

⁹ “A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Geração, Diversidades dispõe de cinco alíneas, inclusive o único com mais de uma, sendo uma delas intitulada Raça/etnia, a tratar os seguintes pontos:

Estado e raça. Formação social e Divisão racial do trabalho no capitalismo. Raça e etnia como construção social. Pensamento Social e raça/etnia. Desigualdades étnico- raciais, de gênero, geração e classe. Indicadores sócio- demográficos e desigualdade racial. Movimentos sociais e antirracismo. Serviço Social e Políticas públicas de promoção da igualdade racial. Formação profissional e desigualdades étnico- raciais: avanços e desafios para o projeto ético- político do serviço social. Exercício profissional, preconceito e discriminação racial (ABEPSS, [200-]).

A defesa do desenvolvimento destes aspectos no Serviço Social representa-se, timidamente, sob o recorte entre alguns estudos e, certamente, se configura fundamental ao fazer profissional. O tratamento desta temática nos espaços coletivos de discussão sobre formação e atuação, e pela ABEPSS, como entidade acadêmico-política e científica do Serviço Social, é um considerado avanço, porém é explícita a dificuldade em enquadrá-la um dos pilares constitutivos ao entendimento da totalidade social.

Ou seja, é um desafio, as/o que se propõe desenvolver os estudos sobre relações raciais no Serviço Social, condicionar uma discussão pautada no entendimento de que os constructos raciais não estão subjugados aos de classe, e sim dialogam e interseccionam-se entre demais fatores, como gênero, sexualidade, geração, configurando relações sociais complexas segundo interações simbólicas, subjetivas e materiais.

Devemos considerar que o desenvolvimento do GTP tratado representa um esforço, de parte da categoria, para trazer ao *lócus* do Serviço Social a concepção de interseccionalidade, na contramão das correntes dogmáticas e ortodoxas do Marxismo. No sentido de estruturação social, as relações são construídas a partir de três eixos básicos: classe, gênero/sexualidade e étnico-racial. Renato Veloso afirma que tais categorias constituem um conjunto de relações fundamentais que se entrelaçam, que se imbricam, potencializando-se de forma recíproca (2007, p.13). Assim, se dá o conceito de interseccionalidade, quando dois ou mais marcadores sociais são estabelecidos numa dinâmica de interação e dependência.

A partir desta perspectiva, permite-se a visibilidade das diferenças – desigualdades e privilégios – entre os grupos específicos e suas múltiplas determinações, possibilitando o confronto das disparidades que se estabelecem tanto no plano geral da sociedade, quanto intra-grupos. Desta forma, é reconhecido que raça, gênero, sexualidade, classe, dentre outras categorias, produzem efeitos distintos, dependendo do contexto analisado. Patrícia Mattos nos coloca as seguintes reflexões:

[...] como evitar a sobreposição de categorias de diferenciação, simplificando e obscurecendo o diagnóstico a respeito da relação entre as causas e os efeitos das desigualdades sociais? Como não confundir as causas com os efeitos e vice versa? Como não cair na armadilha de fazer análises adicionais e sobrepostas, que não permitam que se chegue a um diagnóstico preciso sobre as causas e os efeitos das desigualdades sociais? (2008, p. 02).

Tais questionamentos são precisos quando há a preocupação em evitar um provável reducionismo de uma categoria sobre as demais, ou o possível “essencialismo da diferença”. Nesse sentido, busca-se uma lógica de defesa da apropriação dos significados das desigualdades sociais, na formação em Serviço Social, para além da perspectiva de classe, isso pautado, sobretudo, na percepção de que:

A sociedade não comporta uma única contradição [...]. Com efeito, ao longo da história do patriarcado, este se foi fundindo com o racismo e, posteriormente, com o capitalismo, regime no qual desabrocharam na sua plenitude, as classes sociais. [...] O nó formado pelo patriarcado-racismo-capitalismo constitui uma realidade bastante nova, que se construiu nos séculos XVI - XVIII, e que não apenas é contraditória, mas também regida por uma lógica igualmente contraditória (SAFFIOTI, 2000, p.73).

Evitar a concepção de que todas as diferenças categóricas derivam de uma única instância causal é um passo determinante para superação da histórica lacuna do Serviço Social, no que tange o tratamento de questões como o patriarcado e o racismo.

Em que pese à questão racial, trata-se de um dos fundamentos da sociabilidade brasileira e, portanto, deve ser também da formação e trabalho profissional do assistente social, em consonância ao projeto ético-político da profissão. Esta prerrogativa é reconhecida por parte da categoria e já se constitui, ao menos, eixo temático entre diversas organizações e realizações representativas do Serviço Social, como ABEPSS, ENPESS, CBAS, revistas e periódicos da área. A luta contra o racismo faz parte da agenda de marcos jurídicos normativos do conjunto CFESS/CRESS. Como aponta Almeida,

É importante que essa agenda seja demandada pelos assistentes sociais. Se não houver demanda ela não vai aparecer. Se demandarem, o espaço esta garantido. Será uma conquista. [...] a temática relativa ao racismo é um fato consumado, não tem retorno, embora a produção científica seja incipiente. Mas já existe! (2013, p. 3).

Pra que essa demanda seja recorrente é preciso o reconhecimento de sua existência e validade. Desta forma, reafirma-se necessário uma formação profissional que abarque as questões étnico-raciais de modo a despertar o interesse na construção de um conhecimento crítico e propositivo, bem como a consolidar e qualificar os espaços de discussões já

construídos, valendo-se do histórico sócio-racial do contexto nacional e ainda do processo de lutas e garantias sobre a temática racial no seio do próprio Serviço Social.

1.3 A formação profissional em Serviço Social nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) na Bahia: Dilemas e desafios no fortalecimento da dimensão étnico-racial.

Apresenta-se a criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia como resultado de décadas de lutas e reivindicações das comunidades desta região pela democratização do acesso ao ensino superior na Bahia, uma vez que o estado era marcado pela oferta de apenas uma universidade pública federal. Em 2005, a UFRB foi consumada pela Lei nº 11.151, a partir do desmembramento da antiga Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), localizada no município de Cruz das Almas.

Pelo contexto de reforma da educação do terceiro grau, através do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI¹⁰), a UFRB foi implantada conforme um modelo multicampi, núcleos integrados de conhecimento que atualmente se configuram em sete centros em cidades como Cruz das Almas – sede da reitoria, Santo Antônio de Jesus, Amargosa, Cachoeira, Santo Amaro e Feira de Santana.

Neste contexto, o primeiro curso de Serviço Social numa instituição pública de ensino superior na Bahia foi criado em 29 de março de 2007, no município de Cachoeira, onde se localiza um dos campus da UFRB, o Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), após 70 anos do marco de existência da profissão no Brasil. “Desde o início dos anos 70, esse pleito foi acalentado por assistentes sociais baianos, tendo sido em diversos momentos bandeira de luta e pauta de reivindicação dessa categoria profissional” (NASCIMENTO, et al, 2009, p. 02-03).

Podemos considerar a oferta do curso de Bacharelado em Serviço Social, com implementação da primeira turma em 2008 na UFRB, e a partir do ano 2009 na Universidade Federal da Bahia (UFBA), uma conquista da categoria, sobretudo pela série de implicações à formação acadêmica pública que cumpre o preceito constitucional da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, garante aspectos democráticos e de autonomia, e, ainda, a inserção

¹⁰ Programa da Política Nacional de Educação, responsável pela expansão da oferta de vagas e/ou criação de novos cursos universitários, além do estabelecimento de novas universidades federais no interior do Brasil.

gratuita na forma do direito à educação pública, laica e de qualidade. Elementos estes, consoantes às bases profissionais.

O histórico da UFBA tem seu início em 18 de fevereiro de 1808 com a instituição da Escola de Cirurgia da Bahia pelo Príncipe Regente Dom João VI, o primeiro curso universitário do Brasil. Constitui-se em Universidade formalmente em 1950, logo no legado de seu primeiro reitor, Edgar Santos, tido como fundador da UFBA e referenciado pelo seu destaque na trajetória do ensino superior. Trata-se de uma instituição secular, com um processo histórico denso, cujo *link* com o Serviço Social se dá em tempo recente.

A constituição do Curso de Serviço Social na UFBA é contemporânea à criação do Instituto de Psicologia (IPS), há 40 anos Departamento de Psicologia, e do seu desmembramento da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas pelo Conselho Universitário da UFBA. O Instituto nasce então com dois cursos de graduação, em Psicologia e em Serviço Social e com áreas de concentração dos Bacharelados Interdisciplinares, programas de pós-graduação e atividades de extensão nessa área e afins (UFBA, 2012). Segundo o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFBA (PPP/UFBA),

Esses dois Cursos reafirmam uma vocação histórica, nascida nas hostes do Curso de Psicologia e, agora reforçado pelo Curso de Serviço Social, pelo apelo à dimensão social dos processos de vida e de trabalho que envolvem os sujeitos da formação e, do atendimento profissional no interior das instituições que contratam os profissionais dessas áreas, e mais, desafiam docentes e discentes na construção de saberes interdisciplinares e prenes de conteúdos transformadores (UFBA, 2012).

A primeira turma do Curso de Serviço Social da UFBA teve seu ingresso em 2009, após aprovação pela Câmara de Ensino de Graduação (parecer 617/08) ao reconhecer a elaboração de um documento fundamentado sobre a necessidade de criação do curso, documento este, sob impulso da produção de um “abaixo assinado” respaldado no apoio das Entidades Profissionais (CFESS, ABEPSS, ENESSO, CRESS-5^a) e com assinaturas de assistentes sociais, estudantes de Serviço Social e do Complexo Hospitalar Universitário Professor Edgard Santos (Complexo HUPES), cujas ações eram prejudicadas pela falta do suporte do referido Curso na própria UFBA (UFBA, 2012).

Assim, a contextualização institucional entre as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) que dispõem do Curso de Serviço Social na Bahia, a UFRB e a UFBA, se dá de modo distinto. Certamente, a historicidade de cada organização, bem como a territorialização e o corpo constitutivo de cada colegiado, imprimiram um caráter específico no processo de elaboração do Projeto do Curso de Serviço Social. Vale ressaltar que a

implementação dos Cursos foi efetivada em anos consecutivos, 2008 e 2009, respectivamente, e ambos foram frutos do processo de expansão pelo REUNI.

A construção do projeto pedagógico de um curso é caracterizada pela geração de um ciclo de discussões, debates e construções, envolvendo professoras e professores da área, sob a intencionalidade de desenvolvimento dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos da profissão. Nesse processo alude-se uma série de conformidades julgadas essenciais à formação, questões técnicas, administrativas, acadêmicas e pedagógicas. A respeito da dimensão étnico-racial, sobre a qual aqui nos debruçamos a mapear, tanto o projeto da UFRB, quanto o da UFBA, relacionam a importância do seu reconhecimento e suas especificidades regionais. Vejamos:

[...] com razão, um dos berços da nação brasileira. Terra rica em história, cultura e tradições e ao mesmo tempo herdeira de um sistema escravocrata implacável, que produziu uma sociedade marcada pela desigualdade e discriminação social e étnico-racial, o Recôncavo está enfrentando, ao entrar no século XXI, um novo desafio: forjar um olhar crítico sobre o seu passado para poder, enfim, construir um futuro capaz de transformar as distorções do passado e do presente. [...] Levando esta perspectiva em consideração, a criação do curso de graduação em Serviço Social atende a uma necessidade histórica e social da Região do Recôncavo da Bahia (UFRB, [200-], p.5).

No caso do PPP da UFBA, vimo-nos com a responsabilidade ética de darmos respostas à realidade de um Estado que é considerado **A Roma Negra**, fazer ecoar o som da tinta da caneta que grafou o projeto de cotas na UFBA e, fazer justiça a uma população demandatária do Serviço Social, constituída em sua maioria de mulheres e negros pobres. Neste sentido, as categorias gênero e raça/etnia tornaram-se uma lente necessária para pensarmos teoricamente a realidade social e o processo de consecução da igualdade (UFBA, 2012, p. 13).

Há uma série de acontecimentos e produções em torno da questão racial, que constituem um legado de conquistas sociais do início do século XXI, como a Conferência de Durban¹¹ (Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, 2001, África do Sul); o reconhecimento do Estado brasileiro como um país com a existência de prática racistas¹²; a adoção de políticas afirmativas entre

¹¹ “O intento desse encontro era o de analisar e interpretar parte das relações estabelecidas entre os movimentos negros e o Estado brasileiro no que concerne à construção de políticas étnico-raciais de caráter público, visando à superação das desigualdades sociais entre negros e brancos. Garcia (2006) denomina este momento como um salto cognitivo para os movimentos negros. Números de pesquisas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), Instituto de Economia Aplicada (IPEA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foram expostos na conferência, evidenciando empiricamente a extrema lacuna existente entre brancos e negros na sociedade brasileira” (BARBOSA, 2010, p. 56-57).

¹² Conforme discurso proferido pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso durante à cerimônia de entrega do Prêmio Nacional de Direitos Humanos em dezembro de 2001 (PINTO, 2003, p. 111).

organizações de ensino, comunicação, partidárias, setores da administração pública, etc.; a criação de órgãos estatais e políticas públicas voltadas à população negra; o desenvolvimento de pesquisas e eventos acadêmicos críticos e politizados, entre outros fatores. A partir de então, fica cada vez mais recorrente a demanda de tratamento da questão racial.

Não obstante, os cursos de Serviço Social da UFRB e da UFBA apontam-se concernentes a concepção de valorização da cultura e tradição negra, a tratar das dimensões de regionalização, do significado do sistema escravocrata, o desafio de superação de seu legado e a importância do sistema de cotas para tanto, e, em geral, relacionam o papel ético-político da profissão no processo de efetivação da igualdade social.

Contudo, o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFRB (PPC/UFRB) configura-se restritivo quanto a esta temática, dissertando-a somente como um elemento de caracterização contextual ou aspecto geral de justificativa de criação do Curso. Nesse sentido, o PPP/UFBA faz-se um notável avanço, ao propor, por exemplo, a conceituação de termos como raça e etnia e a pensá-los enquanto categorias analíticas e temáticas para formulação do Curso, e ainda como impulsionadores à reflexão dos docentes e discentes acerca das próprias identidades de gênero, de sexualidade, classe, étnico-racial e profissional.

A redação do PPP/UFBA apresenta uma série de dados que sinalizam a existência de significativas diferenças entre grupos de cor ou raça no país, como índice de mortalidade, taxa de analfabetismo, acesso à educação, rendimentos médios mensais, etc., os quais fundamentam a demanda de sua compreensão no processo de formação em Serviço Social. Assim, aponta-se o fornecimento de subsídios às interlocuções teóricas e a busca da transversalidade entre a fundamentação marxista do Serviço Social e articulação com as categorias étnico-raciais, de gênero e sexualidade, buscando conferir mais amplitude ao processo de formação, em conformidade ao caráter de pluralidade e o devido suporte para a compreensão das múltiplas expressões da questão social (UFBA, 2012).

Posto isto, confere-se atenção especial quanto à inserção da abordagem racial na matriz curricular do referido Curso, assim como das questões de gênero e idade/geração, sob a perspectiva da interseccionalidade, uma proposta de leitura da realidade social conforme a apreensão das diferentes dimensões do seu arranjo. A partir de revisões curriculares, é registrado o processamento de mudanças significativas no fluxograma, tendo em vista a configuração de disciplinas a considerar que “uma profissão constituída por uma maioria feminina e negra que tem como demandatários dos serviços mulheres e negros, não pode ignorar essa discussão no processo de formação, pois, tanto raça como gênero são categorias constitutivas e constituintes da vida social” (UFBA, 2012, p. 39-40).

Destacam-se também as alterações realizadas no eixo da Política Social, justificadas pelo imperativo de atenção à dinamicidade da sociedade e a inserção de demandas de segmentos sociais específicos nas pautas das políticas públicas, a partir de iniciativas que indicam a possibilidade de reconhecimento de problemas sociais como as formas de preconceito e discriminação contra negros e negras, mulheres, idosos/a, portadores/a de deficiência física, entre outras. Assim, os Componentes Curriculares relacionados foram reforçados no que tange ao tratamento das desigualdades e diversidades, como forma de gestão da possibilidade de reconstrução de uma humanidade democrática.

Um dos pontos percorridos enquanto fundamentação teórica à formação profissional do PPP/UFBA intitula-se *A transversalidade da categoria étnico-racial e de gênero*, apresentando elementos epistemológicos que condicionam o rearranjo da matriz curricular proposto, trata-se, sobretudo, de “[...] iluminar as dificuldades e facilidades no entendimento do tema para sistematizá-las, refletir sobre as mesmas e, ao reconhecê-las, propor formas de superação de posicionamentos embasados no racismo e sexismo ainda presente na sociedade” (UFBA, 2012, p. 46). Entre tais aspectos, transversalizar é compreendido como uma ação que vai além da implementação de uma disciplina específica, trata-se de abarcar o tripé ensino, pesquisa e extensão, de redimensionar o Projeto Político Pedagógico como um todo.

O princípio da pluralidade, a centralidade da ética e a transversalização de categorias como a étnico-racial, de gênero, questão social e trabalho, são referenciais orientadores (ético-políticos, epistemológicos, metodológicos e legais) apontados. Assim como são dimensionadas as dificuldades e os limites a um Projeto dessa envergadura. Mais uma vez constata-se a carência existente na produção teórica, discussão e compreensão das/o assistentes sociais quanto às questões étnico-raciais, a tratar de um *corpus* de conhecimento ainda recente. Vejamos,

Levantamos como uma hipótese explicativa da ausência de relação entre o objeto da profissão e as questões étnico-raciais e de gênero a insuficiência de assistentes sociais especializadas em currículo, o que dificulta a tradução e a interpretação do Código de Ética e das Diretrizes Curriculares na formulação dos projetos pedagógicos, deixando uma lacuna entre as Diretrizes Curriculares, o Código de Ética Profissional e os componentes curriculares dos Cursos de Serviço Social, no que tange às questões étnico-raciais e de gênero. Desta forma, consideramos que os currículos dos Cursos de Serviço Social podem incorrer no risco de reproduzir as desigualdades étnico-raciais e de gênero na formação, na produção do conhecimento, nos desenhos, na implementação e avaliação de políticas públicas (UFBA, 2012, p. 49-50).

Conforme o entendimento deste risco, o PPP/UFBA aponta, em caráter especial, a responsabilização dos assistentes sociais e seus agentes formadores em relação a uma atuação profissional concernente ao projeto ético político do Serviço Social, propondo a priorização de linhas de pesquisa com recorte em trabalho, direitos humanos, gênero e raça/etnia e apostando na consolidação das pesquisas e na produção do conhecimento, dada a devida atenção às múltiplas determinações da realidade e à sua totalidade.

Registra-se como segundo fator, que justifica a insuficiência do debate étnico-racial no Serviço Social, a influência do mito de democracia racial no imaginário e na atuação da categoria, ora, a profissão encontra-se imersa no conjunto de desafios e implicações que perpassam as relações sociais.

No tocante à inserção estudantil, são reconhecidas as potencialidades na garantia de meios de acesso e permanência de acadêmicos na Universidade, de modo a expressar atenção à Política de Educação e aos projetos da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROPAAE), em especial o projeto de Ações Afirmativas, um campo fértil para o Curso de Serviço Social no trato das questões étnico-raciais. Não obstante, o PPP/UFBA apresenta-se a favor do estabelecimento e qualificação do sistema de cotas sociais e raciais no ensino superior, entendido o seu caráter reparatório.

Em meio aos elementos apontados, o Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFBA configura-se segundo parâmetros à formação cidadã e a compreensão ética-política dos sujeitos envolvidos. Trata-se de uma propensão inovadora contraposta a arena de conflitos sociais como machismo, o sexismo, racismo, entre outras opressões correlatas que envolvem a formação e atuação profissional e as impõem limitações e dificuldades ao tratamento das expressões da questão social. Apostamos no potencial deste Projeto e o reconhecemos um modelo a ser discutido por demais instituições.

A participação de negras e negros militantes entre os espaços de construção e decisão política e/ou organizacional representam também a argumentação e defesa dos seus direitos de reconhecimento, reparação e igualdade e a formação de demais sujeitos sensíveis à causa. Nesse sentido, a constituição da equipe de coordenação e elaboração deste Projeto Pedagógico conta com a participação de assistentes sociais que, ao nosso entendimento, foram determinantes ao reconhecimento da insuficiência da temática étnico-racial no Serviço Social, bem como no processo de elaboração de um Projeto Pedagógico propositivo a superá-la.

Pelo legado de participações e produções, certamente embasamento para o que puderam contribuir, podemos citar a Prof^a Dr^a Elisabete Aparecida Pinto, coordenadora do Curso de Graduação em Serviço Social (2009-2010 e 2011-2012), primeira, e até então única,

a escrever um livro com a temática étnico-racial no Serviço Social (2003) e as assistentes sociais Marcia Correia, representante da Comissão de Raça, Étnia e Gênero do CRESS-BA e Maria Aparecida de Laia da Coordenadoria dos Assuntos da População Negra da Secretária Municipal de Participação e Parcerias.

Posto dilemas e desafios no fortalecimento da dimensão étnico-racial na formação em Serviço Social, constatamos uma grande distinção entre as Instituições Federais de Ensino Superior na Bahia, a UFRB e a UFBA. Entendemos que ambos os projetos permanecem em processo de revisão e qualificação, e que podem dialogar e contribuir entre os mesmos, tendo em vista o caráter crítico e construtivo, próprio do Serviço Social. Do ponto de vista relacional, o PPC/UFRB representa um estágio imaturo do Serviço Social quanto à apreensão de dimensões como a étnico-racial, de gênero, sexualidade, geração, etc., à medida que são notórios os avanços do PPP/UFBA e então o apontamos como referencial teórico-metodológico e ético-político.

A configuração deste ponto comparativo entre o projeto curricular do Curso de Serviço Social da UFRB e o da UFBA, únicas instituições públicas na Bahia que oferecem o Curso, se deu conforme o objetivo específico de apontar, com brevidade, o contexto regional de desenvolvimento da matriz profissional do Serviço Social no ensino público, identificando, sobretudo, o modo de apreensão e tratamento das questões étnico-raciais.

É consensual a lacuna dos estudos sobre relações raciais no Serviço Social e no processo de formação (FILHO, Silva. 2004), (RIBEIRO, 2004), (JUNIOR, Marques. 2007), (VELOSO, 2007), (ALMEIDA, 2013), (PINTO, 2003), (CARVALHO e SILVA, 2005), verificamos ainda como a reprodução desta condição perpassa a construção do Projeto Pedagógico do Curso da UFRB. Buscamos então identificar, apontado os dilemas e desafios perante o aporte da projeção do Curso, como se expressa o aspecto crítico-propositivo sobre a temática étnico-racial dos assistentes sociais no papel de agentes formadores ao objetivarem o PPC/UFRB, conforme a tríade ensino-pesquisa-extensão.

2. ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO EM SERVIÇO SOCIAL E A ABORDAGEM ÉTNICO-RACIAL: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA.

2.1. A UFRB, uma universidade no “Recôncavo Negro”, perfil e condicionalidades.

Os Estudos Regionais estão se formando enquanto subsídio importante para caracterização sócio-racial de determinadas áreas. Sobre o Recôncavo da Bahia é salutar salientar o legado histórico de socialização da descendência africana, do povo negro, logo sua influência determinante ao processo de construção identitária da região. A nova territorialização proposta pelo Governo do Estado – Territórios de Identidade, compreende o Recôncavo com uma área correspondente a 5.250,52 km², com uma população de 557.750 habitantes e composta por 20 municípios¹³ (SEPLAN *apud* NASCIMENTO et. al., 2009).

O projeto de construção da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) apresenta o Recôncavo enquanto uma sociedade multirracial, pluricultural e rica, “tendo como elemento ordenador o sistema senhorial escravista, cuja grande característica foi a imposição

¹³ Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo. (SEPLAN, 2004).

dos valores lusitanos, apesar das múltiplas formas de resistência, rebeliões, fugas e negociações exercitadas pelos povos e segmentos sociais dominados” (UFRB, p. 18, 2003).

A socialização imposta entre diferentes povos africanos, indígenas e portugueses foi uma das condições históricas que encaminhou a constituição de uma região culturalmente diversificada e complexa. Embora pluricultural, a formação étnico-racial do Recôncavo da Bahia é de maioria expressiva de negros. Conforme Walter Fraga (UFRB, 2010a), em fins do século XIX, os africanos e seus descendentes já representavam a maioria da população, cerca de 70 por cento.

Atualmente, segundo Censo 2010 do IBGE, a Bahia aponta uma proporção de 76,3% de negros (pretos e pardos) autodeclarados. Dentre os dez municípios brasileiros com maior porcentual de negros, oito estão demarcados enquanto região do Recôncavo. É entre esse contexto étnico-racial que a UFRB se auto afirma na proposição de “saberes, conhecimentos, formação, pesquisa e extensão diretamente relacionada à transformação social, notadamente, no que concerne à temática, inclusão e igualdade sócio-racial” (UFRB, p. 28, 2010a).

Em geral, os documentos institucionais da UFRB reconhecem e apontam, além do desenvolvimento econômico e social, o contexto étnico-racial da região do Recôncavo. O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2010-2014, principal instrumento de gestão, apresenta como missão da instituição:

Exercer de forma integrada e com qualidade as atividades de ensino, pesquisa e extensão, com vistas à promoção do desenvolvimento das ciências, letras e artes e à formação de cidadãos com visão técnica, científica e humanística e valorização das culturas locais e dos aspectos específicos e essenciais do ambiente físico e antrópico (UFRB, 2010b, p.13).

Os elementos raciais, como aspectos específicos e essenciais da cultura local, são indispensáveis ao processo de formação humanística e valorativa. Assim, a UFRB afirma seu posicionamento no que concerne à instituição de políticas e práticas educacionais, de ensino, pesquisa e extensão, comprometidas no âmbito das relações sócio-histórico-culturais locais, evidenciando:

[...] um posicionamento político, ético, epistemológico e emancipatório, na medida em que educação, igualdade racial e inclusão social são assumidas como referenciais constitutivos do pensar e agir como pautas político-pedagógicas da Universidade, sobretudo, pela possibilidade de contribuir na superação das formas conservadoras e discriminatórias, no que tange às questões raciais, e outras práticas excludentes, de gênero, de orientação sexual, de classe social dentre outras (UFRB, 2010b, p. 46).

Sob tais aspectos que a instituição se compromete com uma estrutura fortalecedora das políticas de ações afirmativas¹⁴ e inclusão social, o ponto central do tratamento das questões étnico-raciais, com o desenvolvimento de projetos e promoção do debate. Conforme o PDI 2010-2014, a UFRB se torna pioneira na implantação de uma Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE), em 2006, que trata das *Políticas de Acesso, Permanência e Pós-Permanência* de alunos oriundos das escolas públicas, afrodescendentes e índio-descendentes no ensino superior público, assim como do desenvolvimento regional, visando à criação do espaço necessário para a formulação e implantação de políticas de promoção da igualdade racial e inclusão social. Rita Dias de Jesus, pró-reitora da PROPAAE entre 2006 e 2009, em especial, destaca:

[...] a UFRB adotou o sistema de reserva de vagas para o ingresso através do vestibular, nas mesmas proporções que a UFBA, entretanto, inovou em alguns aspectos relevantes. Ao considerar o seu objetivo de desenvolvimento regional, foi a primeira universidade pública federal a constituir na estrutura administrativa uma Pró-Reitoria dedicada às políticas afirmativas com um vínculo estrito com os assuntos estudantis, a PROPAAE – Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – uma singularidade que a coloca como formuladora de políticas institucionais e ao mesmo tempo, implementadora de ações administrativas (JESUS, 2007, p. 181).

Vale ressaltar que o processo de promoção de ações afirmativas está no bojo do debate atual sobre as políticas de educação superior. O Projeto de Lei 7200/2006, que estabelece normas gerais e regula a educação superior no sistema federal de ensino, tem na sua Seção V o Artigo 45, que dispõe sobre a implementação de ações afirmativas: “As instituições federais de ensino superior deverão formular e implantar, na forma estabelecida em seu plano de desenvolvimento institucional, medidas de democratização do acesso, inclusive programas de assistência estudantil, ação afirmativa e inclusão social”. Segundo o Projeto, tais medidas devem considerar especialmente afrodescendentes e indígenas, sob premissas como: “I - condições históricas, culturais e educacionais dos diversos segmentos sociais; II - importância da diversidade social e cultural no ambiente acadêmico e; III - condições acadêmicas dos estudantes ao ingressarem, face às exigências dos respectivos cursos de graduação”.

Conforme o PDI 2010-2014 da UFRB, a partir da articulação de políticas, ações e programas, busca-se a objetivação do compromisso em estabelecer a inclusão social, o

¹⁴ As Políticas Afirmativas “[...] visam promover privilégios de acesso a meios fundamentais – educação e emprego - a minorias étnicas, raciais, sexuais, etc. que, de outro modo estariam deles excluídas total ou parcialmente. [...] Estas ações surgem como aprimoramento jurídico de uma sociedade cujas normas e mores pautam-se pelo princípio da igualdade de oportunidades na competição entre indivíduos livres” (GUIMARÃES, 1997, p. 223).

desenvolvimento sustentável, econômico e social e a preservação da memória e do patrimônio cultural da Região do Recôncavo da Bahia, como dimensões e foco para o cumprimento de sua missão. Por tais aspectos, a dimensão étnico-racial é tomada como escopo entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão e a configuração de uma Pró-Reitoria responsável, especificamente, para o planejamento, execução e promoção de ações afirmativas, representa uma atenção institucional no que tange assuntos como raça, racismo e igualdade social.

O reconhecimento da instituição da PROPAAE pela UFRB, como um avanço da política educacional do ensino superior, é apontado em pesquisas atuais sobre o desenvolvimento de ações afirmativas, segundo Rita Dias de Jesus e Cláudio Nascimento,

[...] a UFRB assumiu um posicionamento político de contribuir para a correção das distorções ainda vigentes no nosso País, criando a pioneira Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – PROPAAE, com a incumbência de trabalhar de forma articulada as Ações Afirmativas com os Assuntos Estudantis, ampliando o espectro da assistência estudantil, ao versar sobre – acesso, permanência, e pós-permanência de estudantes oriundos de escolas públicas, de afro-descendentes e indígenas na UFRB, tendo como foco o desenvolvimento regional em articulação com a formulação e implementação de políticas de promoção da igualdade racial e inclusão social no Recôncavo, na Bahia (JESUS e NASCIMENTO, 2010, p. 119).

Em estudo comparativo, Lays Macena Batista (2013) disserta sobre políticas de acesso e permanência e aponta a relação entre dois exemplos distintos de universidades que aprovaram as cotas como forma de ingresso à Instituição, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a UFRB, que, no entanto, consecutivamente, uma não adotou nenhuma política de permanência para estudantes cotistas e a outra, além de conceber políticas de permanência, ampliou o debate sobre políticas de ações afirmativas. Desta forma, a partir da criação da PROPAAE, Batista (2013) identifica a UFRB como exemplo louvável de tratamento das políticas educacionais no tocante a inclusão sócio-racial.

Embora inegável avanço, a PROPAAE apresenta lacunas e limitações institucionais. Dentre as críticas mais recorrentes, notam-se circunspeções sobre a destinação de recursos, que, como em grande parte dos âmbitos de atuação do serviço público, é inferior à demanda. As ponderações são direcionadas, sobretudo, à Coordenação de Assuntos Estudantis (CAE), responsável pela execução de ações tais como: moradia, alimentação, esporte e lazer, entre outras relacionadas, de maneira geral, com o processo de inclusão social/racial e assistência ao estudante a partir do Programa de Permanência Qualificada (PPQ).

À Coordenação de Políticas Afirmativas da PROPAAE, por sua vez, cabe à competência de formular programas e ações de acesso, permanência e pós-permanência de

estudantes oriundos das escolas públicas, de afrodescendentes e de índios-descendentes na UFRB, tendo como foco o desenvolvimento regional. “As referidas políticas são pautas que visam à criação do espaço necessário para a formulação e implantação de práticas institucionais de promoção da diversidade e inclusão social no Recôncavo da Bahia” (BARROS, 2013, p.39).

Sobre o tratamento das questões étnico-raciais, o que nos é aqui interesse focal, há, acertadamente, um compromisso concernente ao Projeto de Lei 7200/2006, ao Estatuto da Igualdade Racial¹⁵. Nesse sentido, a UFRB, através da PROPAAE, apresenta os seguintes projetos, programas e ações:

- Reservas de vagas a partir da política de cotas sociais e raciais em todos os cursos de graduação e tecnológicos na UFRB, sendo 43% das vagas destinadas a estudantes que tenham cursado o ensino médio na escola pública, sendo que desses pelo menos 85% de estudantes que se declarem pretos ou pardos; 2% das vagas de cada curso serão preenchidas por estudantes que se declarem índios descendentes e que tenham cursado ensino médio na escola pública.
- Criação e realização do Fórum Internacional 20 de Novembro e do Fórum Pró-Igualdade Racial e Inclusão Social do Recôncavo, em parceria com instituições, organizações, grupos sociais e movimentos étnico-raciais;
- Programa Conexões de Saberes, vinculado à Secretaria de Alfabetização, Educação Continuada e Diversidade do MEC, que busca ampliar a relação entre a UFRB e os moradores de espaços populares, suas instituições e organizações, promovendo o encontro e a troca de saberes, abarca o desenvolvimento de atividades como Rodas de Formação Pró-Implantação da Lei 10.639/03, mobilizando a comunidade local, professores e estudantes da UFRB e de Escolas de Ensino Médio dos municípios;
- Programas de realização de conferências, rodas de conversa, eventos e seminários temáticos com o enfoque em conhecimentos, saberes e práticas interdisciplinares como o Programa Câmbio Negro; Conversa Afiada: Universidade e Povos Indígenas; Evento Revisitando o 13 de maio; Seminário Interno a UFRB e a Questão Quilombola; Diálogo com os Cotistas e etc.;

¹⁵ Instituído pela Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, e “destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica” (BRASIL, 2010, p. 1).

- Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), o qual visa contribuir com o combate ao racismo e ao sexismo institucional na estrutura da universidade e busca promover esse mesmo enfrentamento na região do Recôncavo da Bahia;
- Quilombos Educacionais, cursos de pré-vestibular com o objetivo de promoção do acesso para povos e comunidades tradicionais, partindo do reconhecimento da necessidade e da importância de se garantir a tais comunidades o acesso ao ensino superior.
- Projeto de Pós-permanência: Equidade na Pós-Graduação, desenvolvido em parceria com a Fundação Carlos Chagas (FCC) e a Ford Foundation com o objetivo de preparar candidatos egressos de cursos de graduação para a pós-permanência, habilitando-os para os processos seletivos dos programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) da UFRB e demais universidades;

Desta forma, a instituição da PROPAAE configura-se o eixo central no que tange a aceção das questões étnico-raciais pelo PDI 2010-2014 da UFRB. A Coleção Estudos Afirmativos, livros-relatos publicados pelo Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior no Brasil (GEA-ES)¹⁶, que enfoca as experiências de ações afirmativas adotadas por Instituições de Ensino Superior como modo de repensar e recriar a própria estrutura acadêmica, lançou, em 2013, um volume sobre as políticas adotadas pela UFRB. Ronaldo Crispim Sena Barros, então autor, afirma que neste processo a UFRB,

[...] além de primar por uma intervenção efetivamente reparatória que compensa perdas históricas, tem a compreensão de que as políticas e as ações afirmativas não se reduzem ao mero pagamento de dívidas passadas, ou que se resumem em práticas compensatórias fundadas na necessidade de justiça racial, mas, sobretudo, tem a percepção de que as iniciativas de promoção da igualdade estão diretamente relacionadas a qualidade do ensino superior e à excelência na produção do conhecimento (BARROS, 2013, p.47).

Ao conceber entre as universidades públicas o tripé ensino-pesquisa-extensão como dado de excelência e, particularmente, entre a UFRB firmado enquanto compromisso social conforme os aspectos e determinações regionais sócio-raciais, essa tríade deve se configurar

¹⁶ Criado em março de 2012 pela Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO-Brasil) com o objetivo de atuar no debate sobre a democratização do ensino superior no país, “afirma as seguintes premissas: promoção e garantia do direito à educação; defesa de investimentos públicos na educação superior; relevância de garantir a presença da diversidade brasileira nas instituições acadêmicas; importância da equitativa distribuição territorial da oferta educacional no país. O GEA-ES é formado por pesquisadores, gestores e dirigentes de instituições públicas e representantes de movimentos sociais” (LÁZARO in BARROS, 2013, p. 6).

de modo indissociável favorável à construção do conhecimento e da formação profissional comprometida com a luta contra as injustiças sociais (SEVERINO, 1989).

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UFRB, outro instrumento de expressão das dimensões constituintes de sua concepção e organicidade, de modo introdutório, aponta que os Cursos de Graduação da Universidade visam formar profissionais críticos e reflexivos para atuar nos diferentes espaços e contextos e, “para que tenham identidade e possam auxiliar no cumprimento da missão da instituição, eles devem contemplar no seu mapa curricular, componentes curriculares que os caracterizem enquanto ofertados por uma IES situada no território do Recôncavo da Bahia” (UFRB, 2007, p.1). Nesta mesma direção, a Resolução do Conselho Acadêmico (CONAC) nº 01/2007, que aprova as diretrizes para elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos da UFRB, no Art. 6º § 4º, apresenta que “todos os currículos deverão incluir componentes curriculares de ensino, pesquisa e/ou extensão, ligados às temáticas do meio ambiente e diversidade sócio-histórica e étnica das culturas do Recôncavo” (UFRB, 2007, p.1).

Tais encaminhamentos institucionais são postos em consonância, também, com a Lei 10.639/2003¹⁷, que fomentou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais¹⁸ e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, dispondo em seu primeiro inciso que “As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes [...]” (BRASIL, 2003).

Logo, as afirmativas apontadas expressam uma compreensão política entre parâmetros legais e sua objetivação demanda correlação entre os sujeitos diretamente ligados com o processo formativo, sobretudo os Colegiados. No curso de Serviço Social, em específico, tal mote deve ser fundamentado a partir da concepção de formação profissional qualificada ao exame crítico da questão social, bem como da inserção de eixos discursivos do ponto de vista teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, sob o recorte de categorias como território de identidade, raça/etnia, gênero, sexualidade, geração, meio ambiente, etc.

¹⁷ Dispõe a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nas instituições públicas e privadas de ensino médio e fundamental, incluindo o “estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil” (Art. 26 - A§ 1o). Esta lei foi reformulada em 2008 valendo então a lei Nº 11.645/08: Altera a Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro e Indígena”.

¹⁸ Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, proclamada pelo Conselho Nacional de Educação.

Diante de uma análise documental, notifica-se a limitação para configuração conclusiva sobre as condições objetivas das formulações citadas, isto, especialmente, pelo caráter dual da legalidade, em que pese um aspecto formal, com a ideia de justiça, igualdade e inclusão, e outro material, relacionado às condições objetivas e intencionais de sua aplicabilidade. São necessárias, portanto, bases empíricas para o conhecimento mais aprofundado e fundamentado sobre a execução das diretrizes postas.

Ao que nos cabe atingir até então, a apresentação do perfil e das condicionalidades institucionais da UFRB, sobretudo sua autoconcepção, podemos considerar que os documentos apontados refletem uma perspectiva crítica e atendem as atuais formulações da legislação no que diz respeito à abordagem da categoria raça/etnia na política educacional do ensino superior no Brasil.

Tomamos, então, o direcionamento de identificar em que medida a política institucional da UFRB, norteadas pelo conjunto de normas e leis relacionadas à questão étnico-racial, está sob articulação entre a dimensão teórica e a dimensão prática no processo de desenvolvimento do Curso de Serviço Social, após cinco anos de sua implementação.

Segundo Valéria Miranda e Simone Souza (2012) “Toda a análise acerca da formação profissional do Curso de Serviço Social na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB aponta tendências e particularidades que refletem os desafios presentes na própria construção da universidade” (p.1). Os elementos apresentados são, portanto, a contextualização institucional, uma espécie de norte ao qual o Curso deve seguir, bem como são alguns dos parâmetros pelos quais podemos analisá-lo.

2.2. Sobre a abordagem étnico-racial no Curso de Serviço Social a partir do tripé ensino, pesquisa e extensão na UFRB.

Neste tópico pretendemos sistematizar a abordagem da temática étnico-racial na formação em Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia a partir da análise crítica do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, já que este é o mecanismo metodológico da construção do conhecimento acadêmico das universidades públicas, tido como compromisso social, então objeto desta pesquisa. Segundo Severino,

[...] numa sociedade organizada, espera-se que a educação, como prática institucionalizada, contribua para a integração dos homens no tríplice universo das práticas que tecem sua existência histórica concreta: no

universo do trabalho, âmbito da produção material e das relações econômicas; no universo da sociabilidade, âmbito das relações políticas, e no universo da cultura simbólica, âmbito da consciência pessoal, da subjetividade e das relações intencionais (2002, p.11).

Sob a pretensão de aprofundar o quadro geral desta institucionalização a partir do Curso de Serviço Social da UFRB, procuramos mapear a situação de abrangência, sobretudo no que tange o tratamento da questão racial, conforme análise da Grade Curricular; dos Trabalhos de Conclusão de Curso; Grupos de Pesquisa cadastrados na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG-UFRB) e suas produções; Ações e projetos de Extensão e; Aplicação do Questionário-Levantamento sobre o tratamento da questão étnico-racial no Curso de Serviço Social da UFRB.

2.2.2. Grade Curricular

A grade curricular de um curso de formação do ensino superior compreende o fluxograma de disciplinas e suas respectivas ementas, ou seja, é um documento básico para o processo educacional. Sob a lógica da apreensão gradativa, indica o percurso epistemológico, as principais fontes a serem trabalhadas e o perfil teórico da área.

Na grade curricular do Curso de Serviço Social da UFRB, entre as disciplinas obrigatórias, as que são elementares e configuram o *status* profissionalizante específico do Curso, apenas a disciplina *Antropologia* apresenta em sua indicação bibliográfica o tratamento de produções específicas sobre a temática racial, a saber:

- FRY, P. **A persistência da raça**. Ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- LÉVI-STRAUSS, C. **Raça e história**. São Paulo: Editorial Presença, 2003 [1952].

Entre os componentes curriculares optativos, aqueles que são complementares e o estudante pode escolher qual vai cursar durante a integralização do curso, a disciplina *Estrutura Social e Divisão de Classe no Brasil* indica um texto com temática racial enquanto referência: GUIMARAES, A.S. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: editora 34, 2002.

Diante de todas as disciplinas, somente duas dispõem em seu quadro explicativo o termo raça ou etnia, ambas de natureza optativa, trata-se de *Serviço Social e os Estudos Culturais* e do componente *Antropologia Afro-Americana*, cujas ementas são, respectivamente, as seguintes:

Através do viés político, metodológico e interdisciplinar, forjados pelos estudos culturais, identificar e questionar os sentidos e inter-relações de poder e dominação das práticas sociais, presentes nas sociedades industriais contemporâneas, situando-as em relação a diferenças, diversidade, multiplicidade e complexidade existentes no interior e entre culturas. Privilegiando temas como gênero, formas e preferência sexual, etnia, cultura popular, a disciplina deve buscar estabelecer nexos e aproximações entre os projetos políticos e campos de saber específicos do Serviço social e dos Estudos Culturais (UFRB, 2008, p. 75).

Africanistas vs. americanistas: 'campos' tradicionais da antropologia. Apresentação do 'campo' afroamericano: constantes e divergências. A diáspora africana nas Américas. Conceito de Atlântico Negro. Religião, língua e música: produção de identidades e etnicidade. Movimentos de reafricanização. Problemática do afrocentrismo. Questão das reparações e das ações afirmativas: abordagem comparativa (UFRB, 2008, p. 60).

Estas apresentam uma indicação bibliográfica pertinente quanto aos estudos das relações raciais, indicando autores clássicos e contemporâneos do cenário nacional e internacional, contudo, ainda reduzida quanto ao universo de possibilidades epistemológicas e a concepção de pluralismo. Notifica-se que dentre os seis anos de implementação do curso, das três disciplinas optativas mencionadas, apenas *Serviço Social e Estudos Culturais* foi ofertada, uma vez.

Assim como o tratamento da questão racial mostra-se incipiente, o Curso de Serviço Social da UFRB também não demonstra atenção à inclusão de componentes curriculares de ensino ligados às temáticas do meio ambiente e diversidade sócio-histórica e étnica das culturas do Recôncavo, Resolução do Conselho Acadêmico (CONAC) nº 01/2007. Ora, não há nenhuma disciplina específica, nem menos qualquer menção no Projeto Pedagógico do Curso sobre componentes curriculares que abranjam tais aspectos.

De tal modo, entre o quadro de 67 componentes curriculares analisados, tais quais são possivelmente ofertados pelo Curso de Serviço Social da UFRB, apenas uma disciplina obrigatória e três optativas apontam a temática étnico-racial, destas últimas duas tem a temática como ponto focal, conforme suas ementas.

Vale pontuar que a grade curricular é uma esquematização institucional de direcionamento, produzido pelo Colegiado do Curso, os/a docentes que ministram as disciplinas têm autonomia para reelaborarem a sua ementa e quadro referencial.

2.2.3. Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC)

O Curso de Serviço Social da UFRB exige, enquanto um dos requisitos para obtenção do grau de bacharel, a realização e apresentação de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em modelo monográfico dissertativo. A análise destas produções nos indicará o quantitativo de abordagens da questão racial, sendo mais um referencial em relação ao tratamento da temática durante a integralização do Curso e em sua finalização, em especial. Segundo José Barbosa da Silva Filho, “As monografias elaboradas pelos/as alunos/as constituem uma fonte importante para se conhecer o curso, não só porque indicam os temas em pauta em determinados momentos como o interesse e sensibilidade dos/as aluno/as para com determinadas questões” (2008, p.15).

Desde a implementação do Curso duas turmas colaram grau, porém foi realizado o levantamento apenas das monografias da primeira turma, correspondente ao período de 2012.2, até então as únicas disponíveis pela Biblioteca do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da UFRB e pelo Acervo Digital do Curso de Serviço Social.

De acordo com o total de 35 monografias, é possível classificá-las, tendo por base os títulos e palavras-chave, entre os seguintes eixos temáticos:

QUADRO I – Categorização das monografias

		GRANDE ÁREA	SUBÁREA
QUANTIDADE DE MONOGRAFIAS	7	EDUCAÇÃO / VIDA ACADÊMICA	Assistência Estudantil; Universidade; Inclusão Social; Serviço Social; Longevidade Escolar; Violência doméstica e sociabilidade escolar.
	5	ASSISTÊNCIA SOCIAL	Drogas; Bolsa Família; CREAS; Fazer profissional; Proteção Social.
	5	IDOSOS/A	Direitos; CAPS; Cuidado; Grupos de Convivência; Representações sociais da velhice.
	5	SAÚDE	Humanização; Trabalho; Serviço Social; Reforma psiquiátrica.

4	COMUNIDADES TRADICIONAIS	CRAS Quilombola; Meio Ambiente; Assistência Social; Marisqueiras; Bolsa Família.
4	FORMAÇÃO / ATUAÇÃO PROFISSIONAL	Estágio; Instrumentalidade; Educação a distância; Sistema Penitenciário.
2	TRABALHO	Direitos Previdenciários; Qualidade de Vida.
3	OUTROS	Movimentos Sociais / Mídia; Políticas Públicas Penitenciárias / Prisionização; ECA / Ato Infracional.

Fonte: UFRB, disponível em: www.ufrb.edu.br/servicosocial/tcc, acessado em janeiro de 2014.

Podemos verificar que temas relacionados a políticas públicas/sociais se sobressaem entre o que chamamos de subáreas, não obstante trata-se de um eixo operacional com uma grande demanda do Serviço Social e historicamente integrados com a profissão (Saúde, Educação, Assistência Social, etc.). A relação com a constituição de direitos e seus instrumentos de garantia é tão quanto relevante entre as produções (Direitos do Idoso, da Criança e do Adolescente, Trabalhistas, etc.).

O processo de análise seguiu com o reconhecimento da assimilação da questão étnico-racial a tais tematizações, conforme a identificação da menção de termos como raça, etnia, racismo, entre outros. Deste modo, entre os quatro Trabalhos relacionados à grande área Comunidades Tradicionais, dois pautam e desenvolvem especificamente aspectos como Território Quilombola, Raça Negra, Descendentes de Escravos, Mão de Obra Escrava, Estatuto Da Igualdade Racial, Direitos Quilombolas, etc. Os outros dois, tratam da questão quilombola sem mencionar expressivamente os elementos étnico-raciais.

Das duas monografias que abarcam em algum sentido a questão carcerária/penitenciária, uma das autoras se mostra atenta as especificações raciais, mencionando o modo seletivo e desproporcional como o sistema de segurança pública é operacionalizado, havendo mecanismos próprios de discriminação, opressão e racismo em larga escala.

Em geral, grande parte dos TCCs tem enquanto campo de pesquisa as comunidades e/ou instituições localizadas no Recôncavo da Bahia, contudo, poucos estão ligados às contextualizações sócio-histórica e étnica das culturas desta região. Vale pontuar ainda o número de dissertações que, embora proponham a composição de um perfil do seu objeto de pesquisa e relacionem a caracterização com relação à cor/raça/etnia, não tomam este elemento

como importante vetor causal das condicionalidades da vida cotidiana e não discorrem análises de acordo com os dados levantados.

O quadro abaixo apresenta as produções que desenvolvem a temática racial enquanto um dos pontos argumentativos de sua análise.

QUADRO II – Monografias com abordagem de raça/etnia

TEMATIZAÇÃO	TÍTULO	AUTORA
COMUNIDADES TRADICIONAIS	O Trabalho com Famílias no CRAS Quilombola da Bacia e Vale do Iguape	Aislane Dos Reis Santos
COMUNIDADES TRADICIONAIS	Populações tradicionais e proteção social: Dilemas da conservação ambiental às margens do Rio do Paraguaçu	Geisyelle Pires Reale
SISTEMA CARCERÁRIO	Políticas Públicas Penitenciárias e o Processo de Prisonização: um estudo sobre mulheres em situação de prisão no Conjunto Penal de Feira de Santana – BA	Fernanda Ferreira de Jesus

Fonte: UFRB, disponível em: www.ufrb.edu.br/servicosocial/tcc, acessado em janeiro de 2014.

Os dados apresentados nos apontam que não há a devida abordagem dos aspectos étnico-raciais no processo de construção das monografias do Curso de Serviço Social da UFRB. Um dos indicativos de determinação deste quadro é o fato de não haver a discussão e problematização em sala de aula, tal qual desperte entre os estudantes a sensibilidade e o entendimento dos condicionantes da realidade social de modo totalizante.

Esta consideração está em consonância com a constatação de Elisabete Pinto (2003) sobre a relação assistente social – usuário/a, quando diz: “Nessa trajetória, percebi que o assistente social trabalha com a população negra sem ao menos ter conhecimento de sua história, de sua cultura e dos seus problemas...” (p.23). E, embora as produções do Serviço Social tenham sido ampliadas quantitativamente e qualitativamente, a incorporação da dimensão étnico-racial ainda é tímida e insuficiente (PINTO, 2003).

2.2.4. Grupos de Pesquisa e suas produções

A atividade de pesquisa está intimamente relacionada à qualificação do processo de formação do estudante de graduação à medida que influencia no ciclo de aprendizagem, na

maturidade intelectual, na construção de atividades acadêmicas e no exercício de funções profissionais de maneira crítica. Conforme Maria Castro “Para desenvolver um olhar atento sobre as transformações do cotidiano, de onde emerge a maior parte do conteúdo social que faz gerar as perguntas que movem a ação das pessoas e das organizações, aprender a fazer pesquisa é o melhor caminho para apurá-lo” (2011, p.5).

Estruturalmente, a organização universitária que dispõe de Grupos de Pesquisa, formados por equipes de pesquisadores titulados ou em formação, tem em vista o desenvolvimento e aprimoramento do conhecimento. Na graduação, são estes os espaços de aproximação e iniciação científica. Identificar os Grupos de Pesquisas do Curso de Serviço Social da UFRB, quanto aos aspectos sobre raça e etnia, relaciona-se ao interesse de dimensionarmos quão relevante se mostra esta abordagem para os docentes da área. Deste modo, a partir do Cadastro de Projeto de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFRB, mapeamos a configuração do seguinte Grupo:

QUADRO III – Grupos de pesquisa com abordagem de raça/etnia do curso de serviço social da UFRB

COORDENADOR/A	NOME DO GRUPO DE PESQUISA
Valeria dos Santos Noronha	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Violência, Gênero, Raça/Etnia Maria Quitéria

Fonte: UFRB, disponível em: <http://www.ufrb.edu.br/ppgci/grupos-de-pesquisa/pesquisa-existent/357?ml=5&mlt=system&tmpl=component>, acessado em janeiro de 2014.

Esta se faz enquanto a única proposta de Grupo de Pesquisa que abarca a questão étnico-racial no Curso de Serviço Social da UFRB. Contudo, vale ressaltar que os discentes interessados podem participar de Grupos coordenados por professores de outros colegiados. Sobre a temática levantada, a UFRB registra os seguintes Grupos:

QUADRO IV – Grupos de pesquisa com abordagem de raça/etnia da UFRB

CENTRO	COLEGIADO	COORDENADOR/A	NOME DO GRUPO DE PESQUISA
CAHL	Ciências Sociais	Ana Paula Comim	Memória, processos identitários e territorialidades no Recôncavo da Bahia (MITO)
CAHL	Ciências Sociais	Angela Lucia Silva Figueiredo	Gênero, raça e subalternidade

CAHL	História	Antonio Liberac Cardoso Simões Pires	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros do Recôncavo da Bahia
CCS	Nutrição	Denize de Almeida Ribeiro	NEGRAS - Núcleo de Estudos em Gênero, Raça e Saúde
CCS	Psicologia	Terezinha Martins dos Santos Souza	Gênero/etnia/classe no serviço de saúde
CFP	Letras	Ana Rita Santiago da Silva	Linguagens, Literaturas e Diversidades

Fonte: UFRB, disponível em: <http://www.ufrb.edu.br/ppgci/grupos-de-pesquisa/pesquisa-existentis/357?ml=5&mlt=system&tml=component>, acessado em janeiro de 2014.

Em geral, é notório o esforço das instituições públicas de ensino superior e dos institutos de fomento à pesquisa quanto ao estímulo de sua realização, além do incentivo à criação de espaços de socialização, os eventos científicos. Quanto aos estudos relacionados à raça e etnia, o Estatuto da Igualdade Racial, Art. 12, indica que “Os órgãos federais, distritais e estaduais de fomento à pesquisa e à pós-graduação poderão criar incentivos a pesquisas e a programas de estudo voltados para temas referentes às relações étnicas, aos quilombos e às questões pertinentes à população negra” (BRASIL, 2006).

Nesta mesma direção, de outro modo, a UFRB (2007) propõe especialmente o desenvolvimento de temáticas ligadas à diversidade sócio-histórica e étnica das culturas do Recôncavo. O Curso de Serviço Social, em relação à pesquisa, como exposto, relaciona-se a expectativa étnico-racial a partir do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Violência, Gênero, Raça/Etnia Maria Quitéria (NUPEQ), o qual foi desenvolvido em três linhas: 1 - O perfil sócio-econômico, político e cultural dos discentes do curso de Serviço Social da UFRB; 2- ÓRUN AIYÊ – Um estudo propositivo em defesa da saúde da população negra no âmbito do Recôncavo Baiano; 3 - Garantia dos direitos sexuais de mulheres negras e lésbicas no Estado da Bahia. Os produtos destes trabalhos investigativos somam-se entre artigos, apresentações orais, pôsteres, criação de mesas temáticas, etc., conforme a relação abaixo.

QUADRO V – Produção com abordagem de raça/etnia do NUPEQ

LINHA	PROPONENTE	TÍTULO	EVENTO
2	Eline Peixoto Eliane Lima Valéria Noronha	ORUN AIYÊ: POLÍTICAS PÚBLICAS E SAÚDE DA MULHER NEGRA	ÓRUN AIYÊ – Um estudo propositivo em defesa da saúde da população negra no âmbito do Recôncavo Baiano.

2	Karem Trabuco Luana Braga Valéria Noronha	(RE) CONHECENDO O PAPEL DOS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO ORUN AIYÊ	Memorias Convención Internacional de Salud Pública - CUBA
2	Karem Trabuco Luana Braga Valéria Noronha	(RE) CONHECENDO O PAPEL DOS DETERMINANTES SOCIAIS DE SAÚDE: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO ORUN AIYÊ	II Reunião Anual de Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura no Recôncavo da Bahia
2	Leidy Anne dos Santos Alencar	SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES: TRANSVERSALIDADE DE RAÇA E GÊNERO NO SISTEMA DE SAÚDE.	XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
2	Leidy Anne dos Santos Alencar	(RE)CONHECENDO A QUESTÃO DO RACISMO INSTITUCIONAL E AS VULNERABILIDADES EM SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA DO RECÔNCAVO.	ÓRUN AIYÊ – Um estudo propositivo em defesa da saúde da população negra no âmbito do Recôncavo Baiano.
2	Valéria Noronha	TRANSVERSALIDADES NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL	XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (Mesa Temática)
2	Valéria Noronha	A INTERSECCIONALIDADE NAS POLÍTICAS DE SAÚDE: O DESAFIO DO PROJETO ORUN AIYÊ	Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades
2	Valéria Noronha	OS DESAFIOS PARA A GESTÃO DO SISTEMA DE SAÚDE: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO ORUN AIYÊ NO RECÔNCAVO BAIANO	X Congresso Internacional Rede Unida
3	Simone Brandão Valéria Noronha	GARANTIA DOS DIREITOS SEXUAIS DE MULHERES NEGRAS E LÉSBICAS EM SITUAÇÃO DE PRISÃO NO ESTADO DA BAHIA	IV Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH
3	Simone Brandão	IDENTIDADE DAS MULHERES NEGRAS E LÉSBICAS EM SITUAÇÃO DE PRISÃO E AS REPRESENTAÇÕES DA LESBIANIDADE NO SISTEMA PRISIONAL BAIANO: REAFIRMANDO DIREITOS SEXUAIS	Seminário Internacional Desfazendo Gênero: subjetividade, Cidadania e Transfeminismo

3	Simone Brandão Valéria Noronha	GARANTIA DOS DIREITOS SEXUAIS DE MULHERES NEGRAS E LÉSBICAS EM DITUAÇÃO DE PRISÃO NO ESTADO DA BAHIA	Seminário Enlaçando Sexualidades
---	-----------------------------------	--	-------------------------------------

Fonte: Própria autora.

A apresentação destes produtos tende a contribuir com a inserção dos elementos do debate sobre raça/etnia no Serviço Social e influencia a disseminação entre outras categorias profissionais, uma vez que são constituídos e apresentados por pesquisadores/a assistentes sociais em eventos científicos diversos.

Entende-se que o desenvolvimento de pesquisas é uma importante estratégia para o fortalecimento do Serviço Social como ciência social aplicada, bem como a competência investigativa é um dos elementos de constituição sócio-política profissional. Segundo José Paulo Netto (1999), enquanto profissão, o Serviço Social pode se constituir, e tem se constituído, como uma área de produção de conhecimentos e, ao nosso ver, tem uma dimensão ampla quanto as possibilidades de apropriações e desenvolvimento dos estudos sobre relações raciais, de acordo com seu vasto campo de atuação e interação entre os sujeitos, abarcando temáticas como trabalho, saúde, educação, moradia, movimentos sociais, direitos, políticas públicas e sociais, etc.

Em consonância com Reginaldo Guiraldelli e Helen Engler (2008), consideramos salutar ao Serviço Social a apropriação destas discussões temáticas a partir também da dimensão racial, algo que se se faz presente na pauta do universo acadêmico, político e do tecido social como um todo, além de estar entre as propostas profissionais de atuação, delineadas pelo projeto ético-político.

2.2.6. Projetos e ações de Extensão

A Extensão Universitária é uma das funções que compõem os pilares da instituição universidade e “a partir de sua dinâmica social se dá a produção das relações interdisciplinares entre as práticas de ensino e pesquisa, caracterizando-se como o elo de integração do pensar e fazer, da relação teoria-prática na produção do conhecimento” (JEZINE, 2004, p.1). Como oportunidade de intercâmbio e despertar de novos saberes, este eixo acadêmico constitui-se de forma indissociável na perspectiva de uma relação dialógica e transformadora entre universidade e sociedade.

As ações de extensão são classificadas entre programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, etc. que envolvem sujeitos do universo acadêmico ou não. A partir do cadastro da Pró-Reitoria de Extensão, localizamos as seguintes atividades desenvolvidas pelo Curso de Serviço Social da UFRB, conforme a temática em análise, a abordagem da categoria raça/etnia:

QUADRO VI – Atividades de Extensão com abordagem de raça/etnia do Curso de Serviço Social da UFRB

COORDENADOR/A	NOME DO GRUPO DE PESQUISA	MODALIDADE
Simone Brandão	GARANTIA DOS DIREITOS SEXUAIS DE MULHERES NEGRAS E LÉSBICAS NO ESTADO DA BAHIA	Projeto
Valéria Noronha	I SEMINÁRIO LOCAL SOBRE SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA EM SÃO FRANCISCO DO CONDE/BAHIA.	Evento
Márcia Clemente	OFICINAS DE IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL JUNTO A ESCOLA ESTADUAL DA CACHOEIRA	Oficinas
Albany Mendonça	CICLO DE DEBATES - ANÁLISE DO FAZER PROFISSIONAL NOS DISTINTOS ESPAÇOS SÓCIO OCUPACIONAIS: SAÚDE, FAMÍLIA E SÓCIO JURÍDICO, SOB O RECORTE DE GÊNERO, RAÇA E IDADE/GERAÇÃO	Evento

Fonte: Própria autora.

De acordo com o período de cinco anos de consolidação do Curso, a realização de quatro atividades de extensão com a abordagem da temática raça/etnia configura-se, mais uma vez, enquanto expressão da lacuna existente no Serviço Social. Ao considerarmos o Recôncavo da Bahia um território de população majoritária negra¹⁹, é consonante o desenvolvimento de ações e projetos voltados para o processo de identidade, pertencimento e valorização.

2.2.7. Levantamento sobre o tratamento da questão étnico-racial no curso de Serviço Social da UFRB

¹⁹ “O Recôncavo teve e ainda tem, ademais, um papel central na construção das expressões afro-baianas na cidade de Salvador: atuando como um tipo de retaguarda cultural, o lugar de onde provêm as tradições do samba-de-roda, a culinária afro-baiana e boa parte do artesanato comumente tido como (afro-)baiano” (SANSONE, 2006, p. 238).

Com a finalidade de averiguar empiricamente o processo de formação em Serviço Social na UFRB, no que tange a abordagem da temática étnico-racial, aplicamos questionários semiabertos enquanto percurso metodológico para aferição do grau de participação dos/a discentes formandos/a em projetos e ações de ensino, pesquisa e extensão com a temática em pauta. Da Turma 2010.1, entre os 25 estudantes matriculados no 8º semestre, último período de formação, 22 participaram do levantamento aqui apresentado.

Em relação ao perfil de sexo e raça, constatamos que 20 (90,9%) entrevistadas são mulheres e dois (9,09%) são homens; Destes, na pergunta aberta sobre cor/raça²⁰ 10 (45,45%) se declaram negro/a, cinco (22,72%) parda/o, quatro (18,18%) não declararam, dois (9,09%) brancos/a e uma (4,04%) preta, conforme quadro abaixo.

QUADRO VI – Perfil de cor/raça dos entrevistados/a

CATEGORIA	NEGRO/A	PARDO/A	ABSTENÇÃO	BRANCO/A	PRETO/A
VALOR	45,45%	22,72%	18,18%	9,09%	4,04%

Fonte: Própria autora.

De acordo com a referência do IBGE, ao considerarmos a categoria racial negra como as cores preto e pardo, 72,21% do total de entrevistados/a configura-se negro/a. Esta constatação da variável cor/raça está em consonância com os resultados do projeto de pesquisa “O perfil sócio-econômico, político e cultural dos discentes do curso de Serviço Social da UFRB” (MIRANDA; SOUZA, 2012), e, como apontam as autoras, estes dados são significativos já que estão em contraste com a amostra da PNAD de 2009 que indica que enquanto 62,6% dos jovens entre 18 e 24 anos estão cursando o nível superior, apenas 29,2% de negros estão incluídos nesse nível educacional.

Por outro lado, Beltrão e Teixeira (2004) revelam, em sua pesquisa sobre cor e gênero nas carreiras universitárias, que os cursos considerados mais femininos possuem um percentual maior de negros, pardos e amarelos em seu corpo discente, o que sugere influência da intersecção das categorias gênero e raça nesta questão (*apud* MIRANDA; SOUZA, 2012, p.46).

²⁰ “A melhor maneira de se perguntar quando se quer classificar em termos raciais, portanto, continua a ser: “qual é a sua cor?” ou “como o sr(a). se classificaria em termos de cor?” ou variações em torno da pergunta sobre cor” (GUIMARÃES, In SANSONE & PINHO (org.), 2008, p.78).

Outro elemento relacionável a configuração deste perfil é o fato de estarmos operacionalizando este levantamento especificamente com formando/as da primeira turma em Serviço Social em período noturno. Não obstante, entre os/as entrevistados/a, 13 (59,09%) desenvolvem atividades remuneradas e estão relacionados/a ao mercado de trabalho, dado inversamente proporcional ao apresentado pela pesquisa de MIRANDA e SOUZA (2012), a qual aponta que 73% dos estudantes entrevistados do Curso de Serviço Social da UFRB – duas turmas de período diurno e uma noturno – não desenvolvem atividades remuneradas ou estão fora do mercado de trabalho. Esta disparidade dos indica que há uma diferenciação elementar entre as turmas de integralização diurna e as noturnas, sendo estas últimas formadas por um percentual considerável de trabalhadores.

Formulado com o objetivo primeiro de especular o nível de envolvimento dos estudantes do Curso de Serviço Social da UFRB em atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão com temática étnico-racial, a primeira questão do levantamento neste sentido indicou o quantitativo de formandos/a que participaram de ações ou projetos com a temática étnico-racial realizados pela PROPAAE-UFRB. De acordo com o enunciado, 10 (45,45%) estudantes nunca participaram de qualquer ação ou projeto e 12 (54,55%) participaram de uma ou mais edições do Fórum Internacional 20 de Novembro, realizado em comemoração ao Dia da Consciência Negra.

A PROPAAE, como apontado anteriormente, desenvolve uma série de projetos e ações de caráter étnico-racial, contudo, nenhum/a dos/a entrevistados/a mencionou outra atividade quer não o Fórum 20 de Novembro. A participação de mais da metade dos/a formandos/a neste evento em especial, ocorre, conjecturamos, devido ao processo de divulgação e mobilização, tendo em vista que o Fórum além de dispor de amplo material de comunicação, faz parte do calendário acadêmico, sendo as atividades de ensino suspensas em seu período de realização.

Quanto à indagação: *“Você já participou de alguma ação/evento com a temática étnico-racial realizada pelo Curso de Serviço Social da UFRB?”* 18 (81,81%) formandos/a acusaram nunca terem participado, dois (9,09%) afirmaram participar do I Seminário Local sobre Saúde da População Negra; das Oficinas de Identidade Étnico-racial e; do Ciclo de Debates – Saúde, família e sócio jurídico, sob o recorte de gênero, raça e idade/geração e uma (4,54%) acusou participar do Ciclo de Debates – Saúde, família e sócio jurídico, sob o recorte de gênero, raça e idade/geração.

O resultado desta amostra nos foi tão surpreendente, quanto duvidoso. Isto, pois, a turma entrevistada foi responsável, sob coordenação da professora Albany Mendonça, pela

organização, promoção e realização de uma das poucas atividades de extensão com a abordagem de raça-etnia realizada pelo Curso – o Ciclo de Debates: Saúde, família e sócio jurídico, sob o recorte de gênero, raça e idade/geração – atividade complementar da Disciplina Processos de Trabalho.

Contudo, 81,81% dos/a formandos/a afirmaram não terem participado de qualquer espaço do tipo. Considerando que a memória em relação às atividades que nos envolvemos está relacionada à nossa apreensão de sua relevância, identificamos que, embora todos/a, ou a grande maioria, tenham participado do processo de elaboração do evento citado, poucos tomaram a discussão sobre raça como relevante e memorável. Conforme Michael Polak, “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado” (1992, p. 2004). E, entre aquilo que o relato tem de lembrado e esquecido, podemos encontrar o que foi/é mais ou menos importante para a pessoa.

Em relação à identificação das disciplinas do Curso que abordaram a temática, 10 (45,45%) formandos/a responderam que não tiveram acesso a ementas que contemplassem a categoria raça-etnia; 12 (54,55%) afirmaram que sim e apontaram participação em uma ou mais disciplinas, sendo mencionados os seguintes componentes curriculares:

QUADRO VI – Disciplinas com abordagem étnico-racial do curso de serviço social da UFRB

DISCIPLINA	NATUREZA
TEORIA SOCIAL III	Obrigatória
MOVIMENTOS SOCIAIS E CIDADANIA	Optativa
SERVIÇO SOCIAL E ESTUDOS CULTURAIS	Optativa
TÓPICOS EM SAÚDE E EDUCAÇÃO	Optativa
DIREITOS HUMANOS	Optativa
EDUCAÇÃO E ESPAÇOS NÃO-FORMAIS DE APRENDIZAGEM	Optativa

Fonte: UFRB, [200-].

De acordo com a natureza das disciplinas, apenas uma é obrigatória, Teoria Social III, e, vale notificar, a ementa da mesma não dispõe de abordagens teórico-metodológicas étnico-raciais, contudo, de acordo com a autonomia do/a professor/a, por hora, estas devem ter sido inseridas. Não obstante, tal componente é ministrado por professores do Curso de Ciências Sociais da UFRB, o que nos indica que a única disciplina obrigatória que abordou a questão

étnico-racial durante a integralização do Curso da turma 2010.1 da UFRB não foi ministrada por docente do Colegiado de Serviço Social, ou seja, este despertar ainda não afetou amplamente os profissionais da área, mesmo os formadores, de modo que entendam tal menção como determinante ao fazer profissional e ao processo de formação, sobretudo a partir da concepção de transversalidade²¹.

O fato de cinco componentes optativos abarcarem a questão, ainda que algumas não mencionem em ementa, por um lado significa que há profissionais assistentes sociais atentos e dispostos a trabalhar tal perspectiva, isto firmado também a partir da identificação de professores/pesquisadores que coordenam atividades de pesquisa e/ou extensão neste campo temático. Por outro lado, reforça nossa indicação de que há uma lacuna temática sobre raça-etnia na formação em Serviço Social em geral e, neste sentido, entre os mecanismos de ensino na UFRB. Uma vez que é facultativo matricular-se em disciplina que aborde as questões étnico-raciais, significa que tal abordagem não é determinante e fundamental a todo o processo de trabalho do assistente social, tanto quanto categorias como trabalho e classe social, por exemplo.

Sobre a determinação institucional de inclusão de componentes curriculares ligados às temáticas do meio ambiente e diversidade sócio-histórica e étnica das culturas do Recôncavo (UFRB, 2007), oito (36,36) formandos/a declararam não ter acesso a disciplinas que a contemplasse, 14 (63,63%) relataram uma ou mais das seguintes disciplinas:

QUADRO VII – Abordagem de temáticas relacionadas ao Recôncavo da Bahia

DISCIPLINA	NATUREZA	ABORDAGEM
TÓPICOS EM EDUCAÇÃO E SAÚDE	Optativa	Realização de oficinas sobre saúde e educação em espaços não-formais de aprendizagem no Recôncavo da Bahia
EDUCAÇÃO E ESPAÇOS NÃO-FORMAIS DE APRENDIZAGEM	Optativa	Realização de oficinas sobre identidade étnico-racial e pertencimento na Escola Estadual da Cachoeira
ECONOMIA	Obrigatória	Realização de Levantamento Socioeconômico na Comunidade Quilombola de São Francisco do Paraguassu – Cachoeira-BA
SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E	Obrigatória	Realização de Levantamento Socioeconômico na Comunidade Quilombola de São Francisco

²¹ “Temas transversais são um conjunto de conteúdos educativos e eixos condutores da atividade escolar que, não estando ligados a nenhuma matéria particular, pode se considerar que são comuns a todas, de forma que, mais do que criar novas disciplinas, acha-se conveniente que seu tratamento seja transversal num currículo global” (YUS, 1998, p. 17).

Ainda que muitos componentes não tenham sido mencionados entre os formulários, e isto novamente tem a ver com a memória seletiva, há um quantitativo considerável, bem como de ações e projetos de pesquisa e extensão, que, ao propor o desenvolvimento de atividades entre as comunidades locais, contemplam a determinação que se trata. O desenvolvimento de estágios curriculares em uma série de órgãos e instituições do Recôncavo, por exemplo, é amplamente abrangente neste sentido, sobretudo por ser uma disciplina com caráter de ensino, pesquisa e extensão.

De acordo com a disposição dos Grupos e Linhas de Pesquisa que dimensionam a questão étnico-racial, cinco (22,72%) estudantes participaram do Projeto Orun Ayê – Saúde da População Negra; dois (9,09%) participaram de projetos com esta temática coordenados por professores/a de outros colegiados; quatro (18, 18%) não se envolveram em grupos de pesquisa e; 11 (50%) participaram de pesquisas do Curso de Serviço Social ou outros, com temáticas distintas.

De modo a identificar como os/a formandos/a avaliam, em especial, o tratamento da questão étnico-racial pelo Curso de Serviço Social da UFRB, os/a indicamos as seguintes opções: 1 - É emergente / urgente (O Curso tem uma lacuna neste sentido); 2 - Executa-se o suficiente (O Curso realiza regularmente ações de ensino, pesquisa e extensão sobre a temática); 3 - É totalmente desnecessário (Tratar desta questão não é papel profissional do assistente social). A maioria dos/a formandos/a (86,36 %) apontaram a lacuna e emergência do tratamento da questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social da UFRB.

Enquanto complemento desta indagação, propomos que respondessem, caso quisessem, o que entendem relevante sobre esta discussão. Oito (36,36%) entrevistados/a discorreram sobre o assunto, 14 (63,63%) abstiveram-se. Entre as opiniões, podemos considerar que há um alinhamento quanto à direção de alguns resultados aqui já apresentados. Neste tocante, relacionamos os seguintes posicionamentos:

“O curso de Serviço Social é amplamente baseado nos problemas de classe, não levando muito em consideração às questões raciais, de gênero, etc.”
ENTREVISTA 3.

“O curso de Serviço Social da UFRB ainda não dialoga com os debates relacionados à questão étnico-racial, apesar de estar inserido em um contexto que é bastante recorrente a temática. Mas, acredito que isto não ocorra apenas na UFRB, mas, nas demais escolas de Serviço Social pelo País” ENTREVISTA 7.

“Este debate lamentavelmente em sua plenitude é negligenciado na formação dos futuros assistentes sociais, a meu ver apareceu de forma tímida. Outro agravante é o fato de estarmos em uma Universidade Pública eminentemente NEGRA, situada numa região de lutas NEGRAS e, negando todas as raízes” ENTREVISTA 13.

“O Serviço Social deveria considerar a questão racial para além da questão de classe, e incluir no limiar dessa discussão gênero como categoria analítica” ENTREVISTA 17.

Como já dimensionávamos a configuração das categorias classe e raça enquanto uma das problemáticas da abordagem do Serviço Social, sobretudo pelo tratamento hegemônico da categoria raça como epifenômeno de classe²², solicitamos também de modo opcional que o/a formando/a pontuasse o que considera relevante nesta relação. 16 (72,72%) entrevistados/a não opinaram a respeito. Dentre as seis (27,27%) respostas, destacamos duas que consideramos representativas de posições distintas:

“É válido entender que as fronteiras de raça, da mesma forma que as de classe se entrelaçam para servir a uma grande variedade de funções e análises políticas, econômicas, sociais e culturais. Os estudos étnicos nos convidam a olhar e a pensar de maneira diferente sobre nossa condição histórica e sobre a origem das desigualdades sociais que também refletem as distinções materiais, mas estão também para além, com suas especificidades no que tange à negação de uma determinada cultura em favor de outra. Por isso, o importante é não homogeneizar questões e sim apontar as múltiplas determinações de cunho analítico” RESPOSTA A.

“São categorias imprescindíveis, correlacionadas e indispensáveis na busca pela compreensão da realidade brasileira. Acredito que a classe constitui a categoria central que nos indica os principais elementos que torna inteligível a estrutura social política e econômica que vivemos, não obstante, a classe de maneira nenhuma explica tudo, gosto da afirmação de Lúckas, segundo o mesmo a classe seria a última cadeia causal, ou seja, o determinante central que abrange todos os outros determinantes sociais. Faz-se necessário também frisar que as duas principais classes do modo de produção capitalista, os possuídos e despossuídos dos meios de produção, não são homogêneas, antes são produto de cada realidade particular e dentro de cada classe tem-se uma grande diversidade” RESPOSTA B.

A “RESPOSTA A” indica uma concepção interseccional entre a categoria raça e classe quando aponta o entrelaçamento entre as mesmas, bem como se mostra atenta às diversas dimensões da vida social mencionando os eixos política, economia, sociabilidade e

²² “O enfoque dado a teoria de reprodução da força de trabalho e da classificação da Assistência Social como Aparelho Ideológico de Estado associado ao conceito teórico de classe como determinante para as paupérrimas condições de existência do proletariado, “conduziram a uma idealização profissional a níveis extremos, aprofundando distancias em relação às condições históricas reais” (COSTA *apud* BARBOSA FILHO, 2004, p. 106).

cultura. Ao indicar os estudos étnicos como mecanismo de apreensão histórica para além das desigualdades materiais nos direciona ao entendimento de que a análise classista e economicista é insuficiente para compreensão da totalidade social, além de deixar implícito categorias como etnocentrismo e racismo ao conceber a existência e necessidade de superação da negação de uma determinada cultura em favor da outra.

Já a “RESPOSTA B”, embora demonstre o reconhecimento da importância do tratamento da questão racial, representa o posicionamento hegemônico do Serviço Social, uma vez que trata classe como a coluna vertebral da estrutura social, como aponta, a cadeia causal, o determinante central dos fatores políticos e econômicos.

2.3. Discussões e Considerações

Os questionamentos sobre a abordagem da questão étnico-racial no Curso de Serviço Social da UFRB e sobre a relação classe e raça, em especial, nos possibilitou, para além das constatações sobre a lacuna da temática no processo de formação, a apreensão do posicionamento dos/a formandos/a em relação a tal aspecto.

De acordo com as opiniões em evidência, podemos apresentar uma síntese de que o Curso da UFRB tem uma abordagem classista, em geral, uma vez que não dialoga com questões tão relevantes como raça/etnia, gênero, sexualidade, etc., apesar de estar em um contexto territorial de identidade negra, bem como de apresentar um quadro discente com perfil massivamente de mulheres e negras/o.

Esta ausência e emergência de determinadas categorias analíticas, como destaca a Entrevista Nº 7, não ocorre apenas na UFRB, mas nas demais Escolas de Serviço Social no Brasil. Não obstante, isto, também é constatado por José Barbosa Filho (2004) a partir de sua análise do/no Curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). Entre demais abordagens nesta mesma direção, se reconhece que “o discurso da transformação social da realidade não inclui aspectos referentes à população negra no processo de formação profissional” (PINTO, 2003, p.162).

Todavia, devemos considerar que as críticas apontadas pelos/a formando/as indicam um despertar de parte desta geração de formandos/a da UFRB sobre a abordagem da questão étnico-racial, bem como das formas de apreensão da relação raça e classe. Presumimos que isto ocorre sob influência, também, do Movimento Negro em geral e, em específico do Movimento Negro Estudantil da UFRB, o Núcleo Akofena, com a representação de membros da organização entre a turma entrevistada. Segundo Lourenço Cardoso, o Movimento Negro é

o principal vetor causal das abordagens étnico-raciais na academia, as políticas afirmativas são um exemplo de pauta de influência direta à reflexão neste sentido.

A ocorrência de professoras sensíveis à causa e propulsoras de ações e projetos voltados à temática étnico-racial, mesmo que em pequena escala, é outro fator relevante de interferência no processo de reflexão do profissional em formação. Docentes de outros Cursos são igualmente interventivos neste sentido. O diálogo com as Ciências Sociais é um ponto favorável, tendo em vista que o domínio desta abordagem já é consolidado e permanece entre notáveis avanços, uma vez que, “O desenvolvimento dos estudos sobre relações raciais no Brasil marca o próprio momento de profissionalização e institucionalização das ciências sociais brasileiras” (PINHO, 2010, p.33).

Por outro lado, considerando o dito e o não dito, o fato de mais da metade dos/a entrevistados/a se absterem às questões abertas e facultativas relacionadas à abordagem da questão étnico-racial no Curso de Serviço Social da UFRB e sobre o enfoque da relação classe e raça, nos indica ainda imparcialidade ou falta de domínio explicativo quanto às questões levantadas, vislumbramos ser este mais um dos reflexos da lacuna epistemológica apontada.

Em consonância a José Barbosa Filho (2008), apontamos algumas hipóteses que podem ser levantadas relacionadas à ausência da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social: 1- A histórica influência da Igreja Católica na origem do Serviço Social na Europa e na criação das primeiras escolas brasileiras exerceu influência na legitimação do mito de democracia racial a partir do discurso da harmonia, da paz, do ‘amamos uns aos outros’, da igualdade entre todos os seres humanos perante Deus;

2 – O secular preconceito contra a população negra, relacionado ao senso comum que supõe que esta não produz uma cultura digna de aprendizado, e, inclusive, a falta de conhecimentos específicos por parte dos professores dos cursos de Serviço Social que, por sua vez, não assimilam criticamente esta condição;

3 – A não incorporação pelo Serviço Social da questão do negro ou racial como uma questão social. “[...] a questão social, gerada pela pobreza, exclusão e subalternidade, além de econômica, é também de pele, sendo que em alguns casos esta prevalece sobre aquela” (SILVA FILHO, 2008, p. 12), como comprovam pesquisas recentes e as discussões sobre a implementação de políticas de ação afirmativa ratificam e;

4 – A adoção do materialismo histórico-dialético no pós-movimento de reconceituação condicionou a categoria a pensar a estruturação da sociedade de modo economicista, conforme a relação entre estrutura (condições econômicas) e superestrutura (reprodução ideológica) e, assim, as desigualdades sociais se explicariam pela posição de classe, uma

visão já superada entre diversos autores das Ciências Humanas pela apreensão do capital simbólico, da realidade subjetiva e etc.

Ainda sobre este último aspecto, a respeito das distintas posições apontadas diante da indagação sobre a relação raça e classe, indica-se que os pontos de vista tanto entre os estudantes, quanto entre docentes e profissionais da área podem ser diversos, mesmo em uma categoria dotada de hegemonia teórico-metodológica. Conforme José Paulo Netto,

O sujeito coletivo que constrói o projeto profissional constitui um universo heterogêneo: os membros do corpo (categoria) profissional são necessariamente indivíduos diferentes – têm origens, situações, posições e expectativas sociais diversas, condições intelectuais distintas, comportamentos e preferências teóricas, ideológicas e políticas variadas, etc. (1999, p.5).

Diante disto, devemos garantir objetivamente um processo de formação e profissionalismo pautado no respeito e na ideia de pluralidade, como pauta-se o projeto ético-político do Serviço Social. Para tanto e tendo em vista a capacitação para apreensão das múltiplas determinações dos fatores de diferenciações sociais, o processo de formação deve abranger uma série de elementos até então ausentes, seja sobre raça-etnia, gênero, sexualidade, geração, etc.

José da Silva Filho (2004) lista, em especial, temas que entende serem essenciais para a compreensão dos problemas que afetam as relações da população negra com os demais segmentos da sociedade. Tais quais, História da África; Teorias Raciais; Democracia Racial e a teoria do Branqueamento; Cultura Negra e; Religião Afro-brasileira. Entre estes podemos selecionar tantos outros igualmente relevantes, como Direitos Quilombola; Movimentos Negros; Estudos sobre Branquitude / Branquidade / Brancura; Racismo Institucional, Estatuto da Igualdade Racial, etc.

Sobre a inserção de novas temáticas insurgentes e relevantes ao fazer profissional, pontuamos posicionamentos dos/a formandos/a entrevistados/a, tomados como contributivos à análise sobre a amplitude de enfoques e abordagens do processo de formação:

“O Projeto Pedagógico do Curso tem disciplinas optativas que discutem cultura e religiões que possibilita discutir as questões étnicas no recôncavo, mas por ser optativa fica a mercê do interesse do corpo docente. Isto significa que a questão étnico-racial é discutida na transversalidade nas disciplinas de Antropologia e Teorias Sociais e demais disciplinas. Isto pode se constituir numa lacuna no sentido em que a transversalidade da discussão fica submissa ao compromisso ético-político do/a docente o que pode implicar em ricas problematizações em sala ou em problematizações nenhuma” ENTREVISTA 6.

“Acho insuficiente a atenção dada as questões raciais e de gênero, ficam restritas a disciplinas de ciências sociais ou momentos extra-classe”
ENTREVISTA 8.

Concomitantemente, defendemos não necessariamente a instituição de disciplinas específicas sobre raça-etnia, ou demais categorias relevantes e ainda não contempladas na formação profissional, mas antes de qualquer outro ponto a transversalidade da abordagem da questão racial e outras interseccionalidades não só em componentes como Antropologia e Teorias Sociais, como também no entendimento da Questão Social, da Formação do Brasil Contemporâneo, de Trabalho, Classes Sociais, Política Social, Cidadania, enfim, no entendimento dos elementos constitutivos da formação profissional em geral.

Conforme Guiraldelli e Engler, “ao problematizarmos as relações de gênero e étnico-raciais, constatamos que tais aspectos constituem-se numa das expressões da questão social, objeto histórico, *par excellence* de intervenção do Serviço Social” (2008, p. 249). No entanto, dificilmente vislumbramos se quer a transversalidade deste tratamento no processo de integralização do Curso.

Como perspectiva propositiva de superação a lacuna constatada, apontamos a efetivação do pluralismo ao fiel propósito de sua exposição no projeto ético-político profissional. A Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional de 1996, por sua vez, afirma que “O que está na base do princípio pluralista é a própria historicidade da vida social. A partir deste fundamento é que se impõe a exigência da atualização de nossos conhecimentos e habilidades, visando à apreensão da realidade e à qualificação para a intervenção sobre a mesma” (ABEPSS, 1996, p. 43).

Deste modo, a direção resolutiva do quadro aqui exposto é prerrogativa profissional há tempos, tomando ainda o indicativo de superação de todas as formas de dominação e/ou exploração e o compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais.

3. OS ESTUDOS SOBRE RELAÇÕES RACIAIS E A EFETIVAÇÃO DO PLURALISMO: PROPOSIÇÕES À FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL.

3.1. Vida cotidiana, Classe e Raça: Análise dos estudos marxistas e sua abrangência sobre tais aspectos.

O Serviço Social latino-americano desenvolveu uma interlocução com o marxismo após o processo de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais expressas no período de ditadura militar, no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980. Em meio a inquietações e insatisfações, a profissão assume um posicionamento politicamente contrário ao Serviço Social Tradicional, impulsionando um amplo movimento de revisão em níveis teórico, metodológico, operativo e político. Trata-se do Movimento de Reconceituação.

No bojo desta conjuntura, a produção intelectual da área e o desenvolvimento do debate perpassaram por vertentes de análise distintas. Até o marxismo alcançar seu auge no pensamento e na atuação do Serviço Social houve desde a incorporação de abordagens funcionalistas, estruturalistas e mais tarde sistêmicas (matriz positivista), até as inspirações fenomenológicas²³. A primeira aproximação do Serviço Social ao marxismo, entretanto, é considerada enviesada, sobretudo pelo afastamento do pensamento de Marx, assim, um marxismo sem Marx. Segundo Yazbek,

Efetivamente, a apropriação da vertente marxista no Serviço Social (brasileiro e latino-americano) não se dá sem incontáveis problemas, [...] e que se caracterizam, quer pelas abordagens reducionistas dos marxismos de manual, quer pela influência do cientificismo e do formalismo metodológico (estruturalista) presente no "marxismo" althusseriano [...]. Um marxismo equivocado que recusou a via institucional e as determinações sócio-históricas da profissão (2009b, p.9).

A adoção do marxismo como referência analítica foi qualificada, sobretudo com Yamamoto (1982) no início dos anos 80, quando o Serviço Social foi tomado como circunscrito na dinâmica das relações de classe e no seu processo de reprodução. Este referencial, que avançou os anos 90, imprimiu a direção da profissão no país. O uso da corrente teórica marxista é parte de um processo de construção da hegemonia de novos referenciais teórico-metodológicos e interventivos para a profissão, decorrente de um amplo debate e de reconfigurações, tais quais permanecem contemporaneamente (YAZBEK, 2009b).

²³ Durante o Movimento de Reconceituação emergiram: “a vertente modernizadora (NETTO,1994, p.164 e ss) caracterizada pela incorporação de abordagens funcionalistas, estruturalistas e mais tarde sistêmicas (matriz positivista), voltadas a uma modernização conservadora e à melhoria do sistema pela mediação do desenvolvimento social e do enfrentamento da marginalidade e da pobreza na perspectiva de integração da sociedade[...]; a vertente inspirada na fenomenologia, que emerge como metodologia dialógica, apropriando-se também da visão de pessoa e comunidade de E. Mounier (1936), dirige-se ao vivido humano, aos sujeitos em suas vivências, colocando para o Serviço Social a tarefa de "auxiliar na abertura desse sujeito existente, singular, em relação aos outros, ao mundo de pessoas" (ALMEIDA, 1980, p. 114) [...]; a vertente marxista que remete a profissão à consciência de sua inserção na sociedade de classes e que no Brasil vai configurar-se, em um primeiro momento, como uma aproximação ao marxismo sem o recurso ao pensamento de Marx” (YAZBEK, 2009b, p. 8-9).

De acordo com esta centralidade marxista assumida pelo Serviço Social há décadas, encaminhamos a realização de uma análise no que tange o tratamento da vida cotidiana e a relação entre classe e raça a partir de tal vertente. Para José Paulo Netto e Maria do Carmo Carvalho (2007), é a vida cotidiana o espaço da *práxis*²⁴ realizada pelos assistentes sociais, porém esta questão fundamental não tem sido objeto de estudos e investigações por parte dos mesmos. Segundo tais autores, os assistentes sociais buscam seu “referencial de ação nas complexas relações sociais de reprodução e dominação, ignorando o cotidiano como palco onde estas mesmas relações se concretizam e se afirmam” (2007, p. 51).

Ao estudar a vida cotidiana não podemos deixar de situar a dimensão racial como forma e expressão de sociabilidade, parte da complexidade, contraditoriedade e ambiguidade das práticas e vivências sociais. Este é um dos pontos a serem apropriados pelo Serviço Social, em especial no processo de formação, já que a categoria considera em seu Projeto Ético-Político a necessidade de compreender o conjunto de condições e relações sociais na qual foi colocada a demanda e possibilidade de atuação do assistente social como tal. Conforme nos aponta Yazbek,

São múltiplas as mediações que constituem o tecido de relações sociais que envolvem esse processo de produção e reprodução social da vida em suas expressões materiais e espirituais. Essas relações que constituem a sociabilidade humana, implicam âmbitos diferenciados e uma trama que envolve o social, o político, o econômico, o cultural, o religioso, as questões de gênero, a idade, a etnia etc. Dimensões com as quais se defronta cotidianamente o Serviço Social e em relação às quais se posiciona quer do ponto de vista explicativo quer do interventivo, considerados nesta abordagem como dimensões de uma mesma totalidade (2009a, p. 1).

Vejamos: “A vida cotidiana é heterogênea e também hierárquica (NETTO; CARVALHO, 2007, p. 25). Cabe-nos identificar como se constitui esta espécie de heterogeneidade hierárquica e o primeiro aspecto notificável é que a hierarquia não é estática, bem como não é singular. Não existe uma hierarquia pré-definitiva e fundante entre raça, classe, gênero, sexualidade, origem, etc., mas um conjunto de aspectos hierárquicos e heterogêneos que se relacionam de modo transversal e assim expressam as correlações de desigualdades sociais (CRENSHAW, 2002). Se tomamos isto como pressuposto, o questionamento sobre a possibilidade de um marxismo interseccional é um pontapé inicial para o desenvolvimento da análise que propomos.

²⁴ Segundo Vazquez, a *práxis* “é atividade teórica e prática que transforma a natureza e a sociedade; prática, na medida em que a teoria, como guia da ação, orienta a atividade humana; teórica, na medida em que esta ação é consciente” (1968, p.117).

Sobre a interação entre as categorias classe e raça a partir do marxismo, Lênin (*apud* CHADAREVIAN, 2007) é considerado em seu pioneirismo. De acordo com sua contrariedade ao imperialismo, e suas formas de subjugação de culturas distintas sob o pretexto de inferioridade racial, vincula a problemática das minorias e nacionalidades oprimidas, ou simplesmente, a *questão nacional*. Seguindo esta mesma lógica, o problema nacional é tomado como desenvolvimento temático para autores/a como Rosa Luxemburgo, para qual a questão está diretamente subordinada à estrutura econômica, portanto, da eliminação da opressão de classe, resultaria naturalmente o fim das contradições das minorias nacionais e coloniais, e do racismo propriamente dito (CHADAREVIAN, 2007).

Esta proposição, limitada teoricamente e reducionista em certo propósito, representou-se progressista a sua época, enfrentou resistência e desencadeou conflitos até mesmo no movimento comunista internacional.

Entre estes aspectos, Segundo Pedro Chadarevian (2007) Mariátegui e Gramsci são autores igualmente memoráveis, ao posicionarem-se contra o predomínio do racismo na ciência e na política, num contexto de fascismo no mundo. Mariátegui criticou veemente a condição de vivência dos indígenas do Peru e se referiu, mais especificamente, a organização econômica da agricultura peruana, ainda sob estilo equivalente ao feudal, com indígenas submetidos a um regime próximo ao da servidão (CHADAREVIAN, 2007).

Gramsci, por sua vez, desenvolveu a defesa em relação aos camponeses do sul e das ilhas italianas, de onde é originário, e sua questão central é romper o estigma destes povos como biologicamente inferiores, elemento utilizado como justificativa das desigualdades regionais e do subdesenvolvimento da região (CHADAREVIAN, 2007).

A relevância de Gramsci para o estudo de raça e etnicidade, ao ver de Stuart Hall (2006), se dá pela revisão, renovação e sofisticação dos aspectos da estrutura teórica marxista, tornando-a mais pertinente às relações sociais contemporâneas do século XX. Afirma Hall: “[...] ainda que Gramsci não escreva sobre racismo e não aborde especificamente esses problemas, seus *conceitos* podem ser úteis à nossa tentativa de pensar a insuficiência dos paradigmas da teoria social nessas áreas” (2006, p. 282).

A partir de abril de 1939, Leon Trotsky (*apud* CLARK, 1969) apresenta-se como um dos promotores das discussões sobre o problema do negro norte-americano no interior do Partido Socialista (*Socialist Workers Party*), com base no documento “Notas Preliminares à Questão Negra”, assinado por um militante negro chamado George. Em reunião, propõe-se o debate particularmente sobre a questão programática da autodeterminação dos negros, sobre o que expõe Trotsky: “O companheiro George empregou três verbos: “apoiar”, “advogar” e

“introduzir” a ideia de autodeterminação. Não proponho que o partido vogue ou introduza, mas que proclame a obrigação de apoiar a luta pela a autodeterminação dos negros, se estes assim o desejam” (CLARK, 1969, p. 81).

Neste processo de discussões sobre a condição do negro, é reconhecida sua inferiorização e marginalização, bem como a criação de condições privilegiadas para os trabalhadores brancos às suas custas. Entende-se que “os brancos são tão poderosos, tão cruéis e tão ricos nos Estados Unidos, que o pobre meeiro negro não se atreve a dizer, nem mesmo para si próprio, que tomará uma parte deste país para ele” (TROTSKY *apud* CLARK, 1969, p. 82). Ainda assim, a autodeterminação dos negros é tomada por muitos dos marxistas partidários do socialismo como uma proposição reacionária e separatista, quando o lema é a união da classe trabalhadora.

Não é intenção, nem seria possível, resumir aqui toda a geração de formação de uma teoria marxista do problema étnico-racial. Nosso propósito é, minimamente, apontar a existência deste debate e entender como se engendrou no Serviço Social. Assim, de forma sucinta, tomamos em consideração que, dependendo do país, das condições particulares do movimento comunista e da pressão exercida pelo movimento negro, “[...] a análise marxista da questão racial passa, em um primeiro momento, pela negação ou ignorância do problema, em seguida para um reducionismo de classe, e, enfim, para avaliá-la como um problema nacional” (CHADAREVIAN, 2007, p. 92).

No Brasil, o debate clássico sobre raça e classe vem à tona a partir da década de 1950. Clássico, pois a associação entre estas duas categorias sempre foi fundamental no país e representa a área temática de boa parte dos cientistas sociais (GUIMARÃES, 2009). Sociólogos como Donald Pierson (1942), Roger Bastide (1951), Costa Pinto (1953), Thales de Azevedo (1953), Florestan Fernandes (1955), Guerreiros Ramos (1957), Octavio Ianni (1960), Fernando Henrique Cardoso (1962), Abdias do Nascimento (1968), dentre outros, inauguraram uma nova problemática central no campo, ao debruçaram-se sobre o lugar do negro nas sociedades de classes no período pós-abolição. A partir de então, pode-se falar, com propriedade, da institucionalização de uma sociologia das relações raciais no Brasil.

O conceito de raça reentra na cena intelectual nacional e internacional devido a uma série de pesquisas realizadas no Brasil e no mundo, financiadas pela UNESCO com o propósito de empreender investigações sobre as relações raciais entre brancos e negros, bem como categorias analíticas como raça, racismo e discriminação racial e sua viabilidade conceitual (MAIO, 1999). Trata-se de um processo de desenvolvimento de distintas escolas em um mesmo período, considerado como o ciclo de estudos da UNESCO, unânime quanto à

identificação do preconceito racial no Brasil, mas com grandes diferenças regionais, reconhecidas pelos autores. A postura teórica e o modo como conceberam a natureza e a constituição dos grupos raciais são os principais pontos para identificar as divergências de interpretações dos autores da época (GUIMARÃES, 2009).

De acordo com Antônio Sérgio Guimarães (2009), por um lado, há os autores da tradição americana e formação anglo-saxônica, para os quais os grupos raciais ou étnicos, e mesmo as classes sociais, são definidos pela pertença identitária, ou seja, pela autoclassificação dos indivíduos, e, em contraste, posicionam-se os autores de formação francesa ou marxista, que consideram os grupos raciais e as classes sociais como fenômenos da estrutura social, lugares definidos pela pré-configuração de posições. Por outro lado, colocam-se autores com a concepção de que a categoria raça, no Brasil, é desprovida de substância própria, sendo um mero epifenômeno de classe, o caso de alguns teóricos marxistas. Entretanto, outros autores, alguns também de cunho marxista, observaram os grupos raciais no Brasil como grupos reais de *status*.

Então, em meio às divergências gerais dos autores da época, podemos considerar, em específico, que não houve um consenso explicativo quanto à análise da correlação de classe e raça entre os precursores da interpretação marxista do problema racial no Brasil.

Dentre os autores marxistas desta geração, destaca-se alguns da formação da chamada Escola de Sociologia Paulista, Roger Bastide (1955), Florestan Fernandes (1955) e Oracy Nogueira (1954), os quais representam um fio de argumentação elementar, uma vez que se revelaram referencial norteador para as produções subsequentes. Sem a ambição de fazer uma cronologia epistemológica dos diversos enfoques em que se debruçam, apresento adiante a produção de Florestan Fernandes, em especial, pela densidade de seus produtos e por contemplar a intencionalidade de apreensão das fases, amadurecimento e releituras do marxismo em sua relação com os parâmetros raciais.

Respectivamente, Fernandes (1955) enfoca as relações raciais a partir da contemporânea organização social da produção e da divisão social do trabalho e parte da análise da realidade histórica da escravidão, ou seja, mapeia a linha temporal da escravização do negro até sua marginalização no mercado de trabalho e na sociedade como um todo.

Pontuam-se, a partir de suas primeiras produções, três exposições principais: 1- Concepção das relações de raça e classe como uma herança histórica escravista; 2- Identificação da falta, para o negro-liberto, da autodisciplina e do espírito de trabalhador livre, condições ao ordenamento espontâneo da regularidade do novo regime de produção e; 3- Apontamento da exclusão social dos negros como fato superável com o desenvolvimento do

capitalismo moderno e sua capacidade de integração. Contudo, diante do legado de Fernandes, este é um panorama simplista ou insuficiente de sua condução teórica. Segundo Diogo Valença e Márcia Clemente,

[...] embora seus trabalhos tenham sido interpretados à maneira de uma redução do preconceito de cor e discriminação racial a relações de classe [...] não se pode confundir a análise desenvolvida por Florestan Fernandes com uma sorte qualquer de materialismo rasteiro ou grosseiro, de tipo mecanicista e avesso às idéias de Marx, que reduza o homem à dimensão limitada de um ser produtor ou simplesmente imerso em relações de produção ou de classe (2011, p. 10).

Diante da progressiva politização e radicalização da sociologia de Fernandes, observada em sua evolução intelectual, “pode-se dizer que o dilema racial brasileiro possui várias dimensões, manifestando-se nos níveis micro e macro, histórico e estrutural, porém de modo a manter uma característica essencial, as relações de classe não conseguem eliminar a desigualdade racial” (VALENÇA; CLEMENTE, 2011, p.13).

Assim como o debate raça e classe é posto como clássico, a discussão sobre suas formas de inter-relacionamento é recorrente nas produções marxistas e nas suas críticas em geral. No tocante reducionismo, tanto Florestan Fernandes, quanto Gramsci, desenvolveram aspectos precisos. Gramsci (*apud* HALL, 2006) provou ser este um dos problemas teóricos mais difíceis e complexos de se abordar, em que frequentemente tem se delineado posições extremas,

Ou se “privilegiam” os relacionamentos de classe subjacentes, enfatizando que todas as forças de trabalho étnica ou racialmente diferenciadas estão submetidas à mesma relação de exploração no capital; ou se enfatiza a centralidade das categorias e divisões étnicas e raciais, em detrimento da estruturação de classe fundamental à sociedade. Embora esses dois extremos pareçam constituir pólos opostos, de fato, eles são imagens em reflexo um do outro, no sentido de que ambos se sentem compelidos a produzir um único e exclusivo princípio determinante de articulação – classe ou raça – mesmo que discordem sobre qual deles deveria receber o signo privilegiado (HALL, 2006, p. 309).

A partir da articulação destes extremos, é reconhecida a existência de duas correntes de estudos da questão racial no Brasil. A primeira remete-se a um viés excessivamente economicista, que tende a reduzir todos os problemas sociais e políticos à lógica da acumulação capitalista, o preconceito seria, pois, uma questão de posição econômica, de classe. A outra centraliza o elemento racial como categoria fundante e estrutural da

sociabilidade entre sujeitos e grupos distintos, de modo que a constante reconfiguração do racismo tem favorecido a manutenção de privilégios e da supremacia racial dos brancos.

A década de 1970, conjuntura de ditadura militar no Brasil, é minada por uma avalanche de produções marxistas, prevalecendo à noção de que a única forma de combate ao preconceito racial era a organização e luta da classe trabalhadora, embora a democracia racial já tivesse sido uniformemente desmistificada. Assim, configura-se certa lacuna teórico-metodológica entre os estudos de relações raciais, lacuna esta que só começa a ser superada com o livro de Carlos Hasenbalg, *Discriminação e desigualdades raciais*, de 1979. Segundo ele, “o racismo, como construção ideológica incorporada em e realizada através de um conjunto de práticas materiais de discriminação racial, é o determinante primário da posição dos não-brancos nas relações de produção e distribuição” (HASENBALG, 1979, p. 114 *apud* GUIMARÃES, 2004, p.26).

Do mesmo modo, esse livro pode ser também lido, na clave dos movimentos sociais, como a primeira tentativa de introdução do racismo na agenda política da nova esquerda brasileira e do novo marxismo, com a ressalva, entretanto, que, ao contrário do que se passava na Inglaterra ou nos Estados Unidos, será grande a reação a tal tentativa, e que a agenda da luta de classes, e não do racismo, ainda predominará aqui, no Brasil, até recentemente, pelo menos até os anos 1990. Um dos traços mais marcantes do trabalho de Carlos foi o de deslocar a relação marxista clássica entre “classe” e “raça” (GUIMARÃES, 2004, p. 26).

Doravante, o campo das relações raciais teve um grande salto ao principiar as pesquisas sobre as desigualdades sociais no Brasil conforme dados quanti-qualitativos de vários setores (saúde, renda, emprego, violência, afetividade, educação, residência, etc.), relacionando sua ligação intrínseca com as questões raciais, o que favoreceu o desenvolvimento de estudos especializados por áreas. Esta nova perspectiva serviu-se referencial primar para o atual motim de produções relacionadas, sobretudo, ao desenvolvimento e avaliação de políticas públicas.

Em tal ponto produtivo, podemos localizar ainda uma terceira vertente dos estudos raciais, que, ao invés de privilegiar raça ou classe, realizam a associação dos múltiplos sistemas de subordinação, seja pela concepção de discriminação composta, cargas múltiplas ou tripla opressão. Deste modo, tendem a realização do trato racial segundo a perspectiva de interseccionalidade ou transversalidade.

Embora entre as Ciências Sociais, em geral, a preocupação com a temática étnico-racial já tenha sido perpassada por uma série de reformulações e superações analíticas, no Serviço Social esta preocupação é marcada, tardiamente, a partir de 1989 com a realização do

6º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) no qual houve a apresentação de duas teses sobre o Serviço Social e a questão racial. Conforme sinalização de assistentes sociais intelectuais como Matilde Ribeiro (2004), Elisabete Pinto (2003), Magali Almeida (2003), Roseli Rocha (2009), dentre outras/o, verifica-se que ainda é preciso avançar na recorrência da discussão e em sua abrangência. Concomitantemente, aponta Elisabete Pinto:

[...] pensar, teorizar, escrever sobre a realidade do negro no Brasil, é algo complexo para o Serviço Social, pois o não compromisso da profissão é decorrente de uma estrutura ideológica discriminatória, que afeta também a atitude dos profissionais, contribuindo para a quase inexistência de produção teórica no Brasil sobre o Serviço Social e a questão étnico-racial (PINTO, 2003, p.171).

Segundo José Barbosa Filho (2004), além da influência do mito de democracia racial, e outros fatores, a forma reducionista e equivocada como o enfoque marxista foi apreendido e transmitido no circuito profissional, expressivamente na década de 60 e 70, trouxe refrações até hoje insurgentes, entre estas, a questão do negro na sociedade brasileira.

No Serviço Social a relação classe e raça configura-se, no mínimo, problemática, quando grande parte da categoria ainda permanece na fase compreensiva marxista de que raça é uma categoria-recorte de classe. Em sua tradição marxista, mais precisamente anos 1980, por exemplo, a categoria se apropria do pensamento de Gramsci “e particularmente de suas abordagens acerca do Estado, da sociedade civil, do mundo dos valores, da ideologia, da hegemonia, da subjetividade e da cultura das classes subalternas” (YAZBEK, 2009b, p. 12), contudo, não é de interesse tomar sua contribuição no que tange os aspectos raciais, que, embora não apresentada deste modo, é ligeiramente explícita quando o assunto é preconceito, discriminação, racismo.

Nas argumentações de Roseli Rocha,

A articulação das categorias de raça/etnia, classe e gênero para a compreensão das relações sociais e dos seus determinantes constitui fator fundamental para a intervenção profissional, haja vista as demandas sociais de origens diversas que se colocam como desafio no cotidiano do trabalho do assistente social (2009, p. 241).

Retomamos, assim, a indagação sobre a possibilidade de uma análise marxista interseccional e buscamos condicionar sua resposta partindo da produção/concepção dos autores desta própria corrente. Não obstante, Gramsci ao “adotar uma abordagem não-reduzitiva para as questões de classe, junto com sua compreensão da conformação

profundamente histórica de qualquer formação social específica, ajuda a apontar o caminho para uma abordagem não-reducionista da questão da raça/classe” (HALL, 2006, p.309).

Vale notificar que Gramsci nunca foi um marxista ortodoxo, dogmático e doutrinário, ele revisou e renovou amplamente a obra de Hegel e de Marx, compreendendo a necessidade de adaptação e desenvolvimento de conceitos novos e originais para dar conta dos complexos fenômenos sociais do mundo moderno. “Gramsci pratica um marxismo genuinamente "aberto"” (HALL, 2006, p. 295).

Do mesmo modo, Florestan Fernandes não só se colocou criticamente em relação aos conflitos e problemas raciais da sociedade brasileira, como se mostrou disposto a buscar novos horizontes para complementação de suas reflexões teórico-marxistas. Nesse sentido, expõe Octávio Ianni:

No âmbito da teoria sociológica, Florestan Fernandes realizou uma obra fundamental. Dialogou com as principais correntes de pensamento do passado e presente, desde Spencer, Comte, Marx, Durkheim e Weber até Mannheim, Parsons, Merton e Marcuse, entre outros. Além de realizar um balanço crítico de diferentes contribuições teóricas de uns e outros, formulou contribuições originais, abrindo novas possibilidades de reflexão. Há uma sociologia crítica muito desenvolvida nos escritos de Florestan Fernandes [...] (IANNI, 1996, p.25-26).

Em diálogo com os clássicos e os modernos, a perspectiva pluralista de Fernandes (*apud* IANI, 1996) favoreceu a consolidação de uma rica e complexa produção sociológica, sem que caísse no fosso do ecletismo sem lógica. Seu próprio processo de conhecimento é marcado por uma escala evolutiva da apreensão crítica do marxismo, uma espécie de autossuperação. A citação seguinte nos faz acompanhar o compasso de suas próprias reformulações e revisões, bem como não deixa margem à dúvida sobre a possibilidade de um marxismo interseccional.

Esse dilema liga entre si luta de classes e luta de raças (uma não esgota a outra e, tampouco, uma não se esgota na outra). [...] Se a classe tem de ser forçosamente o componente hegemônico, nem por isso a raça atua como um dinamismo coletivo secundário. A lógica política que resulta de tal solo histórico é complexa. A fórmula ‘proletários de todo o mundo, uni-vos’ não exclui ninguém, nem em termos de nacionalidades nem em termos de etnias ou de raças. Contudo, uma é a dinâmica de uma estratégia fundada estritamente na situação de interesses exclusivamente de classe; outra é a dinâmica na qual o horizonte mais largo estabelece uma síntese que comporte a todos os interesses, valores e aspirações que componham o concreto como uma ‘unidade do diverso’. Classe e raça se fortalecem reciprocamente e combinam forças centrífugas à ordem existente, que só podem se recompor em uma unidade mais complexa, uma sociedade nova, por exemplo. [...] Se além da classe existem elementos diferenciais

revolucionários, que são essenciais para a negação e a transformação da ordem vigente, há distintas radicalidades que precisam ser compreendidas (e utilizadas na prática revolucionária) como uma unidade, uma síntese no diverso. [...] Quer dizer que a raça é uma formação social que não pode ser negligenciada na estratégia da luta de classes e de transformação dentro da ordem ou contra a ordem, que há um potencial revolucionário no negro que deve ser despertado e mobilizado. Uma coisa é jogar contra o capital o dinamismo negador de classe contra classe. Outra coisa é jogar contra ele todos os dinamismos revolucionários que fazem parte da situação global (FERNANDES, 1989, p. 61-64 *apud* VALENÇA; CLEMENTE, 2011).

Florestan Fernandes certamente não é o único a comprovar que a corrente marxista pode abarcar a questão racial sem que a coloque como um epifenômeno da centralidade classe. Carlos Hasenbalg (1979), Heleieth Saffioti (GONÇALVES, 2011), Frantz Fanon (1983), e outros/a, demarcam similarmente suas posições na corrida de tentar fazer valer o marxismo e buscam estratégias, novos conceitos e fontes dialogáveis para superar o que poderia vir a ser um reducionismo classista ortodoxo. Concordamos com Castro-Pozo quando afirma que “não existe uma contradição direta entre marxismo e antirracismo, desde que o pesquisador-militante consiga analisar múltiplas fontes e beber de múltiplas tradições” (2005, p. 42).

Dizemos com isto que o marxismo por si só não dá conta das questões étnico-raciais, mas também não o colocamos na berlinda das teorias ultrapassadas e inutilizáveis, uma vez que não podemos legitimar as duas extremidades, tão típicas quanto frequentes, da análise da produção marxista:

Uma é a dos devotos. Consiste em proclamar que o Verdadeiro e Autêntico Saber é, contra as classificações estabelecidas pela Academia, o de nosso Herói. A outra atitude consiste em agarrar-se às gavetas e desprezar o saber incômodo, como dizendo: “se alguém não foi filósofo profissional, nem economista matemático, nem sociólogo do ramo, nem historiador de arquivos, nem neutro teorizador do político, não foi nada, ou quase nada”. A primeira atitude converte o clássico em um santo; a segunda atitude menospreza o clássico e recomenda aos jovens que não percam tempo lendo-o (ainda que logo estes acabem revisitando-o quase às escondidas) (BUEY, 2007, p. 2).

A partir desta análise conclusiva indagamos ao Serviço Social, mais uma vez, quanto à operacionalização de sua defesa ao pluralismo, o que tende a favorecer a requalificação do marxismo ou a aproximação e criação de novas vertentes epistemológicas. Entre os perigos analíticos do racionalismo, do reducionismo teórico e do economicismo, é feliz o posicionamento de assistentes sociais que nos convidam

[...] ao enriquecimento plural, pelo reconhecimento da forma como a realidade pode suscitar múltiplas respostas, da aventura de lançar-se ao que possa nos parecer desconhecido, da salutar curiosidade científica, do não-saber sábio. Ele instiga nosso olhar para os nexos e articulações possíveis e para a identificação de campos de diferenciação, a fim de construirmos com rigor acadêmico e com respeito às diferentes respostas que, comprovadamente, têm mostrado-se efetivas em diferentes contextos e por múltiplos atores sociais (FERRARINI, 2003, p.32).

A análise abrangente, que abarque os aspectos interseccionais de classe, raça, gênero, sexualidade, geração, etc., sem dúvida favorece a argumentação e à reflexão crítica sobre a vida cotidiana e suas determinações fundamentais. Ora, “a vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade” (Heller, 1972, p. 17). Precisamos apreender quais são estes aspectos de sua individualidade, e, para tanto, exercitar um olhar crítico, desenvolver teorias críticas, múltiplas e próprias do Serviço Social.

Nossa proposição é, então, que a inserção e a aproximação de autores/a outros/a, críticos e expansivos em relação ao marxismo oficial e canônico, e até mesmo os não-marxistas, seja garantida desde a formação bacharelar para que o processo de avaliações e reflexões sobre o Serviço Social seja proeminente na pesquisa e no fazer profissional. Trata-se de um indicativo de superação da centralização de uma teoria em detrimento das demais, de modo contrário, há de permanecer uma áurea positivista sobre a concepção de pluralismo regularmente defendida pelo Projeto Ético-Político.

3.2. Serviço Social, pluralismo e a vontade acadêmica.

Carlos Moore, em *O marxismo e a questão racial: Karl Marx e Friedrich Engels frente ao racismo e à escravidão* (2010), provoca uma reflexão sobre a validade e superação do(s) marxismo(s) dogmático(s), apontando a construção de novas bases epistemológicas. À época de uma densa crítica ao marxismo, Moore pauta, sobretudo, a experiência socialista de Cuba e a reestruturação do modelo de opressão e discriminação contra os/a negros/a cubanos. Assim, é taxativo quanto a insuficiência desta corrente para análise das condicionalidades étnico-raciais e faz-se um dos mais radicais contrapontos às tensões deterministas e ao universalismo abstrato pensado como plano ético-político.

Entre os paradigmas da economia política e dos estudos culturais, Ramon Grosfoguel (2012), por sua vez, propõe o desenvolvimento de epistemologias fundamentadas numa nova

cartografia sobre as relações de poder globais, na esfera do “sistema mundo europeu/euro-norte-americano moderno/capitalista colonial/patriarcal” e a partir do abandono da categoria de “sistema-mundo capitalista” ou “capitalismo global”. Trata-se de um posicionamento característico dos estudos descoloniais – ou estudos subalternos, cuja crítica fundamenta-se na necessidade de superação dos cânones dos conhecimentos ocidentais, em especial do ponto de vista eurocêntrico. Para o mesmo, a partir da Teoria Descolonial,

A velha divisão entre cultura e economia política, tal como é apresentada nos estudos pós-coloniais e nas abordagens político-económicas, é superada (Grosfoguel, 2002). Os estudos pós-coloniais conceptualizam o sistema-mundo capitalista como sendo constituído principalmente pela cultura, ao passo que a economia política vê nas relações económicas o factor determinante primordial. Na abordagem da “colonialidade do poder”, a questão de saber o que vem primeiro, “a cultura ou a economia”, é um falso dilema, um dilema do ovo e da galinha, que turva a complexidade do sistema-mundo capitalista (Grosfoguel, 2002). [...] A descolonização e a libertação anticapitalistas não podem ser reduzidas a uma única dimensão da vida social. É necessária uma transformação mais ampla das hierarquias sexuais, de género, espirituais, epistémicas, económicas, políticas, linguísticas e raciais do sistema-mundo colonial/moderno. A perspectiva da “colonialidade do poder” desafia-nos a refletir sobre as mudanças e transformações sociais de uma forma que não seja redutora (GROSFOGUEL, 2012, p. 53-54).

Assim como entre as Ciências Sociais em geral, no Serviço Social há produções críticas que superaram o viés exclusivamente marxista. Mekada Graham (2009), assistente social, descreve a experiência do Serviço Social Afrocentrado na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, uma proposição que parte da *geopolítica do conhecimento* ou *corpo-política do conhecimento*, ou seja, que utiliza uma estratégia epistêmica a partir da localização particular do sujeito de enunciação, contraposta a concepção etnocêntrica de neutralidade e apatia científica, já bastante criticada.

Como uma profissão que apresenta um compromisso ético-político com o empoderamento, a autodeterminação e a igualdade, em busca da promoção da justiça social, o Serviço Social deve atentar-se ao processo histórico e aos encaminhamentos sociais dos movimentos negros e emplacar posicionamento a respeito da perspectiva antirracista. Neste tocante, Graham (2009) aponta, em primeiro lugar, o racismo que permeia a profissão e suas instituições, em segundo, as questões de diferença cultural, sensibilidade e competência. Destaca determinada corrente do Serviço Social norte-americano pelo fato de relacionar e compreender os efeitos institucionais do racismo, que permeiam áreas da vida social, moradia, emprego, educação, etc. Para o Serviço Social afrocentrado, a apreensão do construto social

de raça e racismo se torna fundamental ao discurso antirracista como ferramenta para promoção da igualdade social, de modo que:

Os pesquisadores afrocentrados têm se engajado em regenerar e recuperar as filosofias e culturas africanas como eixo central na análise e na busca de soluções para os problemas sociais das comunidades negras. O Serviço Social afrocentrado está engajado numa leitura crítica dos antecedentes culturais e em sua restauração como arcabouço de referência na geração de novas teorias para o Serviço Social. Ele desafia a profissão a dismantelar a opressão cultural presente em seus atuais paradigmas e a abraçar uma multiplicidade de conhecimentos a fim de concretizar seus objetivos humanitários de igualdade e inclusão (GRAHAM, 2009, p. 314).

Carlos Moore (2010), Ramon Grosfoguel (2012), Mekada Graham (2009), dentre muitos outros/a autores/a e suas produções, dificilmente são ou serão tratados durante o processo de formação em Serviço Social, pois representam correntes ou posições de superação ao marxismo, então hegemônico na área. Na verdade, este tratamento dificilmente será abordado pelo Serviço Social, não necessariamente por ser o marxismo uma teoria hegemônica, mas por muitas vezes apresentar-se messiânica, ortodoxa e/ou enviesada.

Consequentemente, poucos/a profissionais tem acesso ao mundo de possibilidades epistemológicas, bem como não desenvolvem autonomia suficiente para que possam construir uma *práxis* de acordo com seu olhar e vivência de mundo. Ao apresentarmos as três perspectivas acima, mesmo que numa síntese reduzida, intencionamos indicar quão vasta é a variedade de interpretações sobre a realidade e a vida cotidiana. Devemos considerar que:

O corpo profissional é uma unidade não-homogênea, uma unidade de diversos; nele estão presentes projetos individuais e societários diversos e, portanto, configura um espaço plural do qual podem surgir projetos profissionais diferentes. Mais exatamente, todo corpo profissional é um campo de tensões e de lutas. A afirmação e consolidação de um projeto profissional em seu próprio interior não suprime as divergências e contradições. Tal afirmação deve fazer-se mediante o debate, a discussão, a persuasão – enfim, pelo confronto de idéias e não por mecanismos coercitivos e excludentes (NETTO, 2006, p. 5).

Este posicionamento de José Paulo Netto é primar a nossa defesa de uma formação pluralista. De acordo com a diversidade de expectativas, condições e direcionamentos teóricos, os sujeitos devem ser autônomos no seu processo de aprendizagem e, para tanto, devem ter acesso a uma amplitude de possibilidades epistemológicas que favoreça sua construção crítica de forma contra hegemônica ou a favor da hegemonia teórica da profissão.

A erosão do Serviço Social Tradicional, posta em pauta a partir de 1960 com o Movimento de Reconceituação, foi determinante para possibilidade de existência de um

pluralismo profissional (NETTO, 2006). Contudo, os ditames da renovação encontram resistência a consolidar-se em vários sentidos, inclusive sobre o pluralismo. “Este debate se expressa na significativa produção teórica do Serviço Social brasileiro, que vem gerando uma bibliografia própria, e que tem na criação e expansão da pós-graduação, com seus cursos de mestrado e doutorado, iniciada na década de 70, um elemento impulsionador” (YAZBEK, 2009a, p.13). Sem dúvida, estes cursos têm sido propulsores para proposição de pluralismo tal qual defendemos. Yazbek nos lembra que a pós-graduação configura-se como um espaço privilegiado, “por definição, de interlocução e diálogo entre as áreas do saber e entre diversos paradigmas teórico-metodológicos. Neste espaço, o Serviço Social brasileiro vem dialogando e se apropriando do debate intelectual contemporâneo no âmbito das ciências sociais do país e do exterior” (2009a, p. 14). Entender porque isto não se concretiza também no processo básico de formação profissional, a graduação, seria um objeto de estudo elementar e contributivo para os avanços que aqui incitamos.

A efetivação do pluralismo, valendo-se o processo de educação e formação profissional sem as amarras do “caminho certo”, depende da vontade majoritária da categoria dos assistentes sociais. Não se trata de conciliar o inconciliável, mas de garantir o confronto das tendências teórico-metodológicas e das posições ideopolíticas. Em consonância com Netto (1989), advertimos que a centralização teórica precisa ser enfrentada como algo que tem prejudicado a riqueza do debate entre posições contrárias, e, as vezes, nem tão contrárias assim. Em suas palavras:

[...] inclino-me a pensar que o debate está centralizado por profissionais vinculados à tradição marxista (ou a ela próximos) ‘porque a efetiva diferenciação da categoria não está sendo explicitada’. Nesta eventualidade, a polêmica pode esvaziar-se, dado que distintos protagonistas, representantes de outras tendências, não se fazem ouvir – e a perda é coletiva, posto que não ocorra um confronto de ideias aberto, marxistas e não marxistas deixam de estimular-se reciprocamente no terreno privilegiado que é o do enfrentamento ideal (NETTO, 1989, p. 100-101).

Posto que o indicativo de pluralismo é constituído entre polêmicas e reflexões no Serviço Social, a perspectiva que rege é aquela que defende uma espécie de hegemonia com pluralismo, pelo temor ao risco de posicionamentos ecléticos (YAZBEK, 2009a). Consideramos este temor o mesmo que afeta os que ainda insistem na consolidação de uma unidade perante a luta de classes, desconsiderando todo o teor produtivo que a diversidade pode trazer para o centro do diálogo, do debate de ideias. Segundo Maria da Silva, a hegemonia marxista proposta,

[...] soa, no entanto, como algo contraditório ao Pluralismo, pois tem se identificado com fechamento. Ao perseguir a tendência hegemônica, pode-se correr o risco de cair num anti-pluralismo, apesar da opção pelo Pluralismo. Isso leva a um fechamento — até mesmo inconsciente — teórico, capaz de empobrecer o exercício da democracia, da cidadania, da liberdade, da maturidade em escolher e opinar criticamente (2008, p.146).

Neste ponto, julgamos necessário relacionar também as diferenciações entre ecletismo e pluralismo. O ecletismo pode ser definido como uma tolerância liberal, uma degradação teórica do pluralismo na tentativa de conciliar interesses inconciliáveis (NETTO, 1999). “Equivalente a Sincretismo (...) é uma mescla de pontos de vista, de concepções filosóficas, de conceitos científicos, de valorações políticas, procedidas de forma arbitrária, sem conciliação interna e sem compatibilidade” (MUNHOZ, 1996, p.104).

Defender o pluralismo, por outro lado, significa entender que cada profissional é dotado de capacidades e liberdade para adoção de qualquer que seja o aporte epistemológico, desde que atenda aos princípios norteadores da categoria. Uma formação plural é, portanto, baseada na multiplicidade de produções teóricas condizentes ao Projeto Ético-Político profissional. Conforme José de Oliveira Filho,

É totalmente infundado, pelo que vimos, associar ecletismo com pluralismo e, quando isto ocorre, muitas vezes é indicativo da presença de um interlocutor dogmático tentando desqualificar o suposto adversário, desviando-se do diálogo intelectual. A esta definição negativa podemos acrescentar uma positiva. É quando se está preservando um sistema argumentativo [...]. A adoção do pluralismo metodológico evitará os impasses do falso dilema - adotar-se o ecletismo ou o dogmatismo (1995, p. 265).

O Projeto Ético-Político do Serviço Social, de acordo com o Código de Ética Profissional de 1993, aponta para “Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual” (CFESS, 1993, p. 24). Neste sentido, até então argumentamos em direção a algo que já é posto como máxima entre a categoria, mas que, infelizmente, encontra-se com bastante resistência ao efetivar-se. “[...] a elaboração e a afirmação (ou, se se quiser, a construção e a consolidação) de um projeto profissional deve dar-se com a nítida consciência de que o pluralismo é um elemento factual da vida social e da própria profissão, que deve ser respeitado” (NETTO, 2006, p.6).

Outro princípio profissional elementar à nossa discussão, como já mencionado, é o que indica “Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”

(CFESS, 1993, p. 23). Ora, retomamos, em especial, a emergência dos estudos sobre relações raciais no processo de formação em Serviço Social. Estes, entre suas diversas vertentes epistemológicas, abordam elementos como identidades, preconceito, discriminação, intolerância, racismo, sexismo, etc., que, de modo abrangente, relacionam-se as apreensões e vivências do assistente social enquanto indivíduo e, portanto, perpassam também a sua compreensão sobre a realidade e sobre o fazer profissional.

Não obstante, tais aspectos devem ser apreendidos como objetos de reflexões ético-políticas e como questionamento em relação aos valores internalizados e disseminados pela categoria ainda no processo de formação. A esta altura, não pretendemos reentrar no debate de que o marxismo não é capaz de dar todas as respostas a todas as questões relacionadas a tais aspectos, engendradas na complexidade das relações sócio-raciais contemporâneas, mas também não temos a prepotência de indicar qualquer outra teoria que atenda aos requisitos.

Defendemos “[...] uma posição que entenda democracia no saber como vital para a produção científica de qualidade, por acreditar que a liberdade de divergir pode levar a produzir com originalidade” (MUNHOZ, 1996, p. 107). O diálogo, as discussões, construções e desconstruções entre distintas produções, contrárias ou não, nos parecem o meio para que cada sujeito em formação se aproprie do que julgar mais eficiente para análise da totalidade e das especificidades sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nos aproximarmos da produção acadêmica brasileira sobre a lacuna da abordagem étnico-racial do Serviço Social e identificarmos a configuração deste indicativo no processo de formação profissional na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, nesta monografia a

nossa primeira preocupação foi buscar os elementos de averiguação e comprovação de nossa hipótese entre as estruturas de ensino, pesquisa e extensão, apreender os motivos e influências desta lacuna, bem como os encaminhamentos para sua superação.

Deste modo, nos aproximamos da contextualização geral da formação profissional a partir, sobretudo, da Proposta de Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social da ABEPSS (1996), quando nos deparamos com o indicativo de pluralismo e, logo, o dimensionamos como uma possibilidade real de efetivas mudanças no quadro de ausências já constatadas. Deixamos este ponto “de molho” para, antes de discorrer suas minúcias e defesa, entender como de fato o Curso da UFRB é integralizado diante de nossos pressupostos.

Quando nos propomos a relacionar o projeto do Curso de Serviço Social da UFBA e o da UFRB, foi no intuito de indicar que, embora o quadro de ausências seja estrutural da categoria profissional e objetivado mais uma vez na UFRB, como vimos diante da análise dos seus mecanismos de operacionalização, temos no Curso da UFBA um indicativo de superação, ao menos discursiva.

Nesta mesma direção, o exame documental com fins de apreensão do posicionamento da UFRB no que diz respeito à Política Nacional de Educação Superior e o tratamento da questão étnico-racial nos mostrou a configuração de uma instituição politicamente diferenciada, preconizando de forma pioneira a implantação de uma Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE), que trata das *Políticas de Acesso, Permanência e Pós-Permanência* de alunos oriundos das escolas públicas, afro-descendentes e índio-descendentes na universidade, apontando ainda o desenvolvimento regional e a formulação e implantação de políticas de promoção da igualdade racial e inclusão social.

A configuração política, institucional e territorial da UFRB é uma possibilidade de sensibilização para renovação de um Curso condizente, tendo em vista, também, o imperativo de criticidade e transformações próprios da categoria dos assistentes sociais. Devemos considerar que entre os indicativos institucionais sobre a questão étnico-racial e sua efetivação pelo Curso há um distanciamento palpável. Destarte, a ausência da questão étnico-racial se configura antes como um problema do Curso, que da Universidade. Estes, como um todo que é, devem dialogar em propensão ao discurso e prática unívoca da superação de todas as formas de opressão, como se propõem entre seus produtos históricos e documentais, seja a Universidade, seja a Profissão.

Não dizemos com isto que a UFRB é um modelo de universidade antirracista qualificado, mas que é pioneira no sentido de propor este debate com maior recorrência. Há

ainda um caminho árduo e longínquo no sentido de romper com as amarras do racismo e suas múltiplas facetas no universo educacional acadêmico.

Ao menos, na tentativa de atender a demanda posta, a categoria dos assistentes sociais tem se mostrado, aos poucos, sensível à questão, uma expressão disto é a construção e efetivação do Grupo Temático de Pesquisa Relações de Classe, Gênero, Etnia, Geração, Sexualidades da ABEPSS. O desenvolvimento de pesquisas nestas áreas, mesmo que ainda insipiente, também nos mostra que no Curso de Serviço Social da UFRB já há quem preze por tais discussões, o debate já não é tanto inserção e sim ampliação e qualificação.

No tocante do entendimento dos motivos e influências da escassez da abordagem étnico-racial no Serviço Social e no Curso da UFRB em específico, concluímos serem fatores correlatos e determinantes, os modos de configuração do racismo e suas determinações para o exercício profissional, bem como a própria história da profissão, o conservadorismo que marca sua gênese e as apropriações enviesadas ou reducionistas do marxismo, então hegemônico.

Diante do exposto, o pluralismo, a interseccionalidade e a transversalidade são elementos que tomamos como essenciais para o favorecimento da abordagem étnico-racial na formação profissional. Não obstante, José Barbosa Filho aponta que a “invisibilidade temática sobre a questão do negro na sociedade brasileira no curso de graduação em Serviço Social da UFF, assim como em outros cursos de graduação, se deve a ausência desse assunto do currículo do sistema de ensino brasileiro” (2004, p.106).

O ponto de vista de defesa do pluralismo parte do entendimento de que, além de ser uma prerrogativa já pontuada pela categoria em seu projeto ético-político, é um direcionamento elementar ao que se refere o diálogo epistemológico, a criticidade e o exercício da autonomia do sujeito em formação, para que, diante da diversidade de quadros teóricos que lhes forem apresentados, possa adotar aquele que venha a condizer com sua visão de mundo, seja esta hegemônico ou contra hegemônico.

O pluralismo nos vem a calhar, sobretudo, pelo entendimento de que o marxismo não dá conta de dimensões como raça, e em sua gênese nem se propôs a tanto. De tal modo, a adoção de outros aportes é complementar, significa, por um lado, que aqueles que se identificam com o marxismo não necessariamente irão aboná-lo em propensão de novas teorias, mas interagir com aquelas que julguem pertinentes. O Serviço Social, não por isso, penderá em sua hegemonia teórico-metodológica. Por outro lado, afirma-se o respeito e o constante diálogo para com aqueles que adotarem outros arcabouços não marxistas.

De acordo com o levantamento das produções de autores marxistas que alcançaram o destaque das questões étnico-raciais sem reduzi-las a epifenômeno de classe, podemos considerar que se é possível uma análise marxista interseccional, é a partir do pluralismo.

A análise abrangente, que abarque os aspectos interseccionais de classe, raça, gênero, sexualidade, geração, etc., sem dúvida favorece a argumentação e à reflexão crítica sobre a vida cotidiana e suas determinações fundamentais. Ora, “a vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade” (Heller, 1972, p. 17). Precisamos apreender quais são estes aspectos de sua individualidade, e, para tanto, exercitar um olhar crítico, desenvolver teorias críticas, múltiplas e próprias do Serviço Social.

Não obstante, a transversalidade é o modo como sugerimos a amplitude da abordagem étnico-racial no processo de formação em Serviço Social. Não vislumbramos necessariamente a criação de grupos específicos, disciplinas optativas ou obrigatórias com ementas focais, eventos temáticos, mas, sobretudo o tratamento da questão étnico-racial como integrante circular que perpassa grande parte do eixo longitudinal de formação profissional.

O que estamos propondo não é um grande passo na mudança conceitual do Serviço Social, longe disto, é a efetivação do que já se preconiza entre os documentos históricos da profissão, do seu projeto ético-político. O que nos revela a dificuldade dos assistentes sociais objetivarem seus próprios princípios na vida cotidiana, quando o assunto é raça/etnia. De modo relacionável, nos aponta Martinelli:

É com o movimento do real que temos de aprender a dialogar, é em direção a ele que precisamos lançar nosso olhar, aguçar nossa razão, estimular nossa consciência crítica, de forma que se possa desvendá-lo, lançando as raízes da possibilidade de construção de práticas sociais múltiplas, plurais, capazes de contribuir efetivamente para a produção do novo (2005, p. 71).

Diante da competência técnico-operativa, da qualificação teórico-metodológica e do posicionamento ético-político, o impacto da reflexão acerca da temática étnico-racial durante o processo de profissionalização certamente será assimilado no exercício profissional de modo a promover avanços na desconstrução do racismo, na configuração de novas práticas sociais e na superação das formas de opressão e discriminações.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **A ABEPSS e o Fortalecimento da Pesquisa na Área do Serviço Social: A Estratégia dos Grupos Temáticos de Pesquisas (GTPs)**. Brasília: TEMPORALIS, Ano. 1, n.1 (jan/jun), 2000.

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996a.

ABEPSS. **Estatuto da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS**. São Luís: ABEPSS, 2008.

ABEPSS. **Projeto ABEPSS Itinerante: as diretrizes curriculares e o projeto de formação profissional do Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2012.

ABEPSS. **Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades**. [200-]. Disponível em: <http://abepss.org.br/paginas/ver/30>. Acesso em dez. de 2013.

ABEPSS/CEDEPSS. **Proposta básica para o projeto de formação profissional**. Revista Serviço Social & Sociedade. Nº 50. Ano XVII. Abril de 1996. São Paulo: Cortez, 1996b.

AMARO, Sarita. **A Questão Racial na Assistência Social: um debate emergente**. In: Revista Serviço Social & Sociedade, nº 81. São Paulo: Cortez, 2005.

ALMEIDA, Magali da Silva. **Entrevista com a professora Magali da Silva Almeida**. 2013. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=we&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CCkQFjAA&url=http%3A%2F%2Fufjf.emn.uvens.com.br%2Flibertas%2Farticle%2Fdownload%2F2695%2F1951&ei=q70wU7mVK6fV0QGc74DYDg&usq=AFQjCNH0LRASJwuu4jYteWNziJXHlPfwuw&bvm=bv.63587204,bs.1,d.dmQ>. Acessado em novembro de 2013.

ANDRADE, Maria Ângela. **A prática do ensino no curso de Serviço Social – Reflexões necessárias**. São Paulo: , v.8, nº 1, 1999, p. 31-56.

BARBOSA, Izabel Cristina Oliveira. **“Tornar-se Negro”**: O processo de formação da identidade negra positivada. 2010. Disponível em: <http://www.ess.ufrj.br/monografias/105052914.pdf>. Acesso em dez de 2013.

BARROS, Ronaldo Crispim Sena. **Políticas afirmativas no ensino superior: a experiência da UFRB**. 2013. Disponível em: http://www.flacso.org.br/gea/documentos/estudosafirmativos/Políticas_Afirmativas.pdf. Acesso em: janeiro de 2014.

BATISTA, Lays Macena. **COTAS PARA QUÊ?**. Cadernos Imbondeiro, v. 2, n. 1, 2013.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. RAMOS, Sâmya Rodrigues. **O protagonismo da ABEPSS no passado e no presente: 30 anos de lutas**. In: O projeto ético político profissional trinta anos depois: sentido e desafios. Serviço Social e Sociedade. Nº 88, em 2006.

BRASIL, **Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: SECAD; SEPPPIR, jun. 2009.

BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial**. 2006. Disponível em: http://www.chesf.gov.br/portal/page/portal/chesf_portal/conteudos_portal/docs/Estatuto_da_Igualdade_Racial_Novo.pdf. Acesso em: fevereiro de 2014.

BRASIL. **Parecer CNE/CES 492/2001 de 03/04/2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Ministério de Educação/Conselho Nacional de Educação, Brasília, 2001. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em: dez de 2013.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: janeiro de 2014.

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CES 15, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. Conselho Nacional de Educação, Brasília, 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES152002.pdf>>. Acesso de dez. de 2013.

BUEY, Francisco Fernández. **Marx e os marxismos: Uma reflexão para o século XXI**. 2007. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.org.ar/clacso/formacion-virtual/20100715075801/cap7.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2014.

CARDOSO, F. H. e IANNI, O. **Cor e Mobilidade Social em Florianópolis: Aspectos das Relações entre Negros e Brancos numa Comunidade do Brasil Meridional**. São Paulo, Companhia Editora Nacional (Coleção Brasileira, vol. 307). 1960.

CARDOSO, L. **O branco 'invisível': um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil [Período: 1957-2007]**. Dissertação (Mestrado em Estudos Sociais), Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

CARVALHO, Denise B.B.; SILVA, Ozanira. (org.) **Serviço Social, Pós-graduação e**

CASTRO, Maria da Conceição Araújo. **O papel da pesquisa na formação do aluno da graduação**. 2011. Disponível em: http://faculadefundetec.com.br/img/revista_academica/pdf/artigo_conceicao.pdf. Acesso em: fevereiro de 2014.

CAVALCANTI, Patrícia Barreto; MIRANDA, Ana Paula Rocha. **O Serviço Social e sua ética profissional**. Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social, ano 1, n. 2, jul. 2005. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br/biblioteca.php>>. Acesso em: dezembro de 2013.

CFESS. **Serviço Social a caminho do século XXI: o protagonismo ético político do Conjunto CFESS-CRESS**. Serviço Social e Sociedade Nº 50. São Paulo: Cortez, 1996.

CHADAREVIAN, Pedro Caldas. **Os precursores da interpretação marxista do problema racial**. Rio de Janeiro: Crítica Marxista, n.24, 2007.

CLARK, Kenneth B. **O Protesto Negro – James Baldwin, Malcolm X e Martin Luther King**. Rio de Janeiro: Editora Laemmert, 1969.

COSTA, Diogo Valença de Azevedo & CLEMENTE, Márcia da Silva. **"Luta de classes ou luta de raças? O protesto social no Brasil"**. XI CONLAB: Bahia. 2011.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas. Ano 10, 1º semestre, 2002.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo, Companhia Editora Nacional. 3ed. 2v. 1978.

GRAHAM, Mekada. **O Serviço Social Afrocentrado na Gra-Bretanha e nos Estados Unidos**. In Nascimento, Elisa. *Afrocentricidade: uma Antologia Basicas*, Selo Negro Edicoes, University of Brazil.

GROSGOUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global**. *Periferia*, v. 1, n. 2, 2012.

GUERRA, Yolanda. **A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância**. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, 2011.

GUERRA, Yolanda. **Ensino da Prática Profissional no Serviço Social: subsídios para uma reflexão**. *Revista Temporalis, ABEPSS*, ano I, n. 2 p. 153-161, jul. a dez, 2000.

GUIMARÃES, Antônio “**A desigualdade que anula a desigualdade: notas sobre a ação afirmativa no Brasil**”. In: SOUZA (org.) *Multiculturalismo e Racismo*, Brasília: Ed. Paralelo 15, 1997.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Preconceito de cor e racismo no Brasil**. *Revista de Antropologia*, v. 47, n. 1, p. 9-43, 2004.

GUIMARÃES, Antônio Sergio. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo. 34. ed. 2002.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 1999.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: 4ª Ed. Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2005.

GUIRALDELLI, Reginaldo; ENGLER, Helen Barbosa Raiz. **As categorias gênero e raça/etnia como evidências da questão social: uma reflexão no âmbito do Serviço Social**. *Serviço Social & Realidade*, v. 17, n. 1, p. 248-267, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro, RJ: DR&A, 2005.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez Ed. CELATS (Lima-Perú), 1982.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5. Ed. São Paulo, Cortez, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, Octávio. **A sociologia de Florestan Fernandes**. Estudos Avançados, v. 10, n. 26, p. 25-33, 1996.

JESUS, Rita de Cássia Dias P. de. **De como tornar-se o que se é: narrativas implicadas sobre a questão étnico-racial, a formação docente e as políticas para equidade**. PPGE:FACED:UFBA. Tese de Doutorado, 2007.

Jezine, Edineide. **As práticas curriculares e a extensão universitária**. Belo Horizonte: Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. 2004.

KAUFMANN, Roberta Fragoso Menezes. "**Ações afirmativas à brasileira: necessidade ou mito?**". Minas Gerais: UNIJUS, v. 10, nº 10, p. 117, 2007.

KOIKE, Marieta. **As novas exigências teóricas, metodológicas e operacionais da formação profissional na contemporaneidade**. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais - módulo 5. CFESS-ABEPSS-CEAD-UNB, Brasília, 2000.

MAIO, Marcos Chor, "**O Projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50**". Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.14, nº. 41, 141-158, 1999.

MARQUES JUNIOR, Joilson S. **Serviço Social e questão racial: um balanço da produção teórica no Pós-Durban**. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, Rio de Janeiro, FSS/UERJ, 2007.

MATTOS, Patrícia. **O Conceito de interseccionalidade e suas vantagens para os estudos de gênero no Brasil**. XV Brasileiro de Sociologia. UFSJ. 2011.

MIRANDA, Valéria dos Santos Noronha; SOUZA, Simone Brandão. **O curso de Serviço Social no Recôncavo baiano: Os desafios na formação profissional**. Tandil: Revista de Trabajo Social – FCH – UNCPBA, Año 5 - Nº 7 Volumen 4, Julio de 2012.

MOORE, Carlos. (2010). **O marxismo e a questão racial: Karl Marx e Friedrich Engels frente ao racismo e à escravidão**. Belo Horizonte/Uberlândia: Nandyala/Cenafro.

MOTA, Ana Elizabete. **Trabalho e Serviço Social: Considerações sobre o conteúdo dos componentes curriculares**. Revista Temporalis, ano VII, n. 14. Brasília: ABEPSS, jul-dez, p. 55-88, 2007.

MUNHOZ, Divanir Eulália Naréssi. **O desafio do cotidiano: o enfrentamento da construção**. São Paulo: Pontifícia Universidade de São Paulo, 1996. (Tese de Doutorado).

NASCIMENTO, Abdias do. **O negro revoltado**. (Org.). Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1968.

NASCIMENTO, Cláudio Orlando Costa do & JESUS, Rita de Cássia Dias P. de. **A condição de estudante e a experiência de acesso e permanência qualificada na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia UFRB**. REVISTA POLÍTICA & TRABALHO, v. 33, 2010.

NASCIMENTO, Jucileide, et al. **A trajetória do serviço social na Bahia: formação acadêmica e desafios no âmbito da primeira universidade pública no Recôncavo**. Revista Temporalis. N.17. 2009.

NETTO, J. P. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. In: MOTA, A. E. et al Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

NETTO, J. P. **O Serviço Social e a tradição marxista**. Serviço Social & Sociedade, Cortez, ano 10, n. 30, p. 89-102, maio/ago. 1989.

NETTO, José Paulo. **O Serviço Social e a tradição marxista**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 30, p. 89-102, abr. 1989.

PAIXÃO, Marcelo JP; CARVANO, Luiz M. **Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil, 2007-2008**. Editora Garamond, 2008.

PIERSON, Donald. **Branços e pretos na Bahia**. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, (1942) 1971.

PINHO, Osmundo. **O mundo negro: A hermenêutica da reafirmação em Salvador**. Curitiba: Progressiva, 2010.

PINTO, Elisabete Aparecida. **O Serviço Social e a questão étnico-racial** (um estudo de sua relação com usuários negros). São Paulo: Terceira Margem, 2003.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos históricos, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. RJ: Editora UFRJ, 1995.

RIBEIRO, Matilde. **As abordagens étnico-raciais no Serviço Social**. In Serviço Social e Sociedade, nº79. São Paulo: Cortez, 2004.

RIBEIRO, Matilde. **Existirmos, a que será que se destina?** Leituras de Resistência, Corpo, Violência e Poder. Florianópolis: Editora Mulheres, 2008.

ROCHA, Eduardo. **“Senhor de engenho, eu sei bem quem você é”: raciais MC’s e a desconstrução político-cultural da nacionalidade**. In: Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais: Diversidades e (des) igualdades. 2011.

ROCHA, Roseli da F. **A questão étnico-racial e a sua relevância no processo de formação em serviço social**. In: Comunicação apresentada no XI Congresso Luso Afrobrasileiro de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia. 2011.

ROCHA, Roseli da Fonseca. **A questão étnico-racial ea sua relevância no processo de formação em serviço social**. In: Comunicação apresentada no XI Congresso Luso Afrobrasileiro de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia. 2011.

SAFFIOTI, H. I. B. **Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento?** In: Revista Dossiê Crítica Marxista. Unicamp. 2000.

SANSONE, Livio. **Desigualdades duráveis, relações raciais e modernidades no Recôncavo: o caso de São Francisco do Conde**. Revista USP, n. 68, p. 234-251, 2006.

SEPLAN. **Análise territorial da Bahia Rural**. Salvador, 2004. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: dez. de 2013.

SEVERINO, A. J. **Competência técnica e sensibilidade ético-política: o desafio da formação de professores.** Cadernos FEDEP (Fórum Estadual de Defesa da Escola Pública), São Paulo, n.1, p.10-23, fevereiro de 2002.

SEVERINO, AJ. **Serviço social e interdisciplinaridade dos fundamentos filosóficos a prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão.** Cortez, 1989.

SILVA FILHO, José Barbosa. **A questão do negro no curso de Serviço Social na Universidade Federal Fluminense.** Disponível em: < http://www.bdttd.ndc.uff.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=893/>. Acesso em: dez. 2010.

SILVA FILHO, José Barbosa. **O Serviço Social e a questão do Negro na sociedade brasileira** – Rio de Janeiro: Marques Saraiva, 2006.

SILVA, Maria das Graças. **Marxismo, pluralismo e formação profissional do assistente social.** Paraíba: Teoria Política e Social, v.1, nº1 - JUL/DEZ, 2008.

TELLES, Vera da Silva. **Questão Social:** afinal do que se trata? São Paulo: Perspectiva, vol. 10, n. 4, out-dez, 1996.

UFBA. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia.** Bahia: UFBA, 2012.

UFRB, Conselho Acadêmico – CONAC. **Resolução nº. 01/2007** aprova as diretrizes para elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos da UFRB, 2007.

UFRB. **Caminhos, histórias e memórias: 5 anos.** Bahia: UFRB, 2010a.

UFRB. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2010-2014.** Bahia: UFRB, 2010b.

UFRB. **Projeto de criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.** Bahia: UFRB, 2003.

UFRB. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.** Bahia: UFRB, [200-].

VALENÇA, Diogo; CLEMENTE, Márcia. **Luta de classes ou luta de raças? O protesto social no Brasil.** In: Comunicação apresentada no XI Congresso Luso Afrobrasileiro de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia. 2011.

VARGAS, João Costa. **A diáspora negra como genocídio:** Brasil, Estados Unidos ou uma geografia supranacional da morte e suas alternativas. Revista da ABPN, v. 1, n. 2, 2010.

VASQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis.** RJ, Paz e Terra, 1968. p 117.

VELOSO, Renato. **Gênero e Serviço Social: um diagnóstico necessário.** In Superando desafios: cadernos de serviço social do Hospital Universitário Pedro Ernesto – UERJ – Rio de Janeiro: Visão Social Produções, 2007.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade.** CFESS; ABEPSS. SERVIÇO SOCIAL: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: DF. CFESS/ABEPSS, 2009b.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade.** CFESS; ABEPSS. SERVIÇO SOCIAL: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: DF. CFESS/ABEPSS, 2009a.

YUS, R. **Temas transversais em busca de uma nova escola.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

ANEXO

**LEVANTAMENTO SOBRE O TRATAMENTO DA QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL
NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRB**

NOME:	
SEXO: [] F [] M	DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL:
PERÍODO:	TURNO:

Já participou de alguma ação/evento com a temática étnico-racial realizada pela PROPAAE?
[] Não
[] Sim. Qual (is)?

Você já participou de alguma ação/evento com a temática étnico-racial realizada pelo Curso de Serviço Social da UFRB?
[] Não
[] Sim. Qual (is)?

Você já participou de alguma ação/evento com a temática étnico-racial fora da UFRB?
[] Não
[] Sim. Qual (is)?

Você já participou de alguma disciplina que abordou a temática raça/etnia?
[] Não
[] Sim. Qual (is)? Como foi a abordagem?

Você já participou de alguma disciplina que abordou os aspectos relacionados a meio ambiente, diversidade sócio-histórica e étnica das culturas do Recôncavo?
[] Não
[] Sim. Qual (is)? Como foi a abordagem?

Como avalia o nível de pluralismo teórico do Curso de Serviço Social da UFRB?
[] Ruim - Só temos indicação e acesso aos pensadores clássicos e seus adeptos.
[] Regular - Há uma vertente predominante, mas também indicação de outras fontes.
[] Bom - Temos acesso a uma diversidade de teorias sociais/sociológicas.

Como avalia o tratamento da questão étnico-racial pelo Curso de Serviço Social da UFRB?
[] É emergente / urgente (O Curso tem uma lacuna neste sentido).
[] Executa-se o suficiente (Realiza-se regularmente ações de ensino, pesquisa e extensão).
[] É totalmente desnecessário (Tratar a questão não é papel profissional do assistente social).

Já participou de algum grupo de pesquisa da UFRB que abordou a questão étnico-racial?
[] Não
[] Sim. Qual (is)? Como foi a abordagem?

O que pensa sobre a relação raça e classe? (questão opcional)

Escreva o que considera relevante sobre o tratamento da questão étnico-racial pelo Curso de Serviço Social da UFRB. (questão opcional)